



NO SEGUNDO DIA SEM ELÉTRICOS E AUTOCARROS

GUINÉ-BISSAU

Exigências protelam o acordo em Londres

LONDRES, 28 (Por David Reid, da Reuter) — Exigências políticas dos nacionalistas africanos da Guiné Portuguesa estão, ao que se julga, a protelar hoje um rápido acordo de cessar-fogo naquele território da África Ocidental, segundo círculos geralmente bem informados.

As conversações para um cessar-fogo entre o novo regime português e representantes do autoproclamado Estado da Guiné-Bissau — nome dado à Guiné Portuguesa pelo movimento nacionalista PAIGC — entraram no quarto dia.

O dr. Mário Soares, socialista e ministro dos Negócios Estrangeiros no Governo provisório de Portugal, esperava selar um acordo de cessar-fogo até ontem à noite, visto que outros assuntos prementes reclamam a sua presença em Lisboa.

No entanto, adiou a sua partida a fim de participar hoje em mais outra sessão — a quinta desde que as conversações se iniciaram, no sábado.

Os mesmos círculos disseram que se as negociações continuarem a arrastar-se, poderá deixar a delegação portu-

guesa a cargo do dr. António de Almeida Santos, novo ministro responsável pelos territórios ultramarinos.

O dr. Almeida Santos juntou-se ontem às conversações depois de uma missão de seis dias de avaliação dos factos aos maiores e mais ricos territórios de Moçambique e de Angola, os quais, ao contrário da Guiné Portuguesa, têm vasta população branca.

O dr. Mário Soares declarou que pretende abordar separadamente o problema de restaurar a paz nos três territórios.

Considera, todavia, um cessar-fogo na Guiné Portuguesa como um primeiro passo no sentido de negociações similares com os outros movimentos nacionalistas em Angola, território rico em petróleo e minério.

O novo regime chefiado pelo presidente António de Spínola, general de cavalaria e herói das guerras africanas, está a procurar uma solução ordeira por meio de cessar-fogo e referendo pelo qual os territórios africanos podem decidir o seu próprio futuro.

O dr. Soares afirmou que o

Continua na pág. 28

A CIDADE FICOU TAMBÉM SEM PÃO

A população de Lisboa soube hoje o que é uma cidade privada, ao mesmo tempo, do seu principal meio de transporte e do seu principal alimento. Nem autocarros e eléctricos, nem pão — esta a situação que de repente se apresentou aos lisboetas — gente de que fazem parte os trabalhadores que, não conseguindo por outro modo a satisfação das suas reivindicações, lançou mão da greve. Quer no caso da Carris, quer da panificação, os trabalhadores encontram-se empenhados em conseguir dignamente «o seu pão».

Ontem, ao fim da tarde, contrariando o apelo da direcção do seu Sindicato, os trabalhadores da indústria da panificação, reunidos em frente do Ministério do Trabalho, decidiram iniciar imediatamente a paralisação do trabalho.

Antes, uma delegação dos trabalhadores, constituída pelos elementos da direcção, tinha estado reunida com o secretário do ministro do Trabalho, Daniel Cabrita, para lhe apresentar duas reivindicações: semana inglesa e abolição ou remuneração dobrada do segundo período de trabalho aos sábados.

A delegação regressou informando a multidão de que, em resultado da entrevista com Daniel Cabrita, os trabalhadores deveriam esperar 10 dias pela resposta do Grémio.

«Impossível esperar!», disseram os trabalhadores.

Nas padarias que tinham representantes na manifestação, e no comício que se realizou a seguir, o trabalho parou logo a seguir. Entre a noite e o princípio da madrugada, a greve

ve generalizou-se nas padarias da capital e arredores. Esta manhã, nenhuma delas abriu para vender pão ao público.

As 11 horas da manhã, a direcção do Sindicato reunia-se para decidir se continuaria a greve, ou como a continuaria.

Como o Grémio apenas amanhã à tarde, se reúne, é de crer que Lisboa continue sem pão por mais um dois dias, pelo menos.

Os trabalhadores reivindicam 6000\$00 a 8750\$00 por mês; pagamento percentual de horas nocturnas; semana de 42 horas; 26 dias de férias; subsídio de Natal; salário igual para trabalho igual; e pouco mais.

A SITUAÇÃO NA CARRIS

Entretanto, continua a greve dos 5.176 empregados da Carris.

«Após o comunicado da 1.15, emanado do Ministério do Trabalho, não sabemos mais nada sobre as reivindicações que nos levaram à greve», disse-nos, esta manhã, na Estação das Amoreiras, um delegado sindical ligado ao movimento do pessoal da empresa. «De qualquer maneira, acrescento que sei ter continuado naquele ministério a reunião para a solução do problema», informou ainda.

O comunicado limitava-se praticamente a informar que a negociação prosseguiria.



A falta de pão era tema de todas as conversas esta manhã na cidade, sobretudo em redor das padarias

Não se paga portagem na ponte sobre o Tejo

«Pode seguir. Hoje não paga» — é mais ou menos com estas palavras que os automobilistas são recebidos na portagem da ponte sobre o Tejo. Os vinte escudos voltam às carteiras. Nos condutores há sorrisos de alegria. «Acho muito bem não se pagar. Vinte escudos era muito. Esperemos que o pessoal seja atendido nas suas reivindicações e que sejam revistas as portagens», declarou-nos o advogado Guerra Madalena, surpreendido esta manhã pela greve do pessoal da ponte.

«Esta greve tem toda a minha simpatia. Devia continuar assim para o povo e o pessoal ver aceites as suas reivindicações. Justas, certamente», declarou-nos por seu turno, José Luis Pracós.

Exactamente às zero horas, o pessoal da ponte sobre o Tejo deixou de cobrar a portagem, mantendo-se no entanto no local de trabalho.

«Fomos praticamente convidados à greve. Desde o dia 10

de Maio que apresentámos o nosso caderno reivindicativo e ninguém ainda se importou com isso. Ontem tentámos tudo por tudo para que nos fosse dada alguma satisfação. Abso-

lutamente nada. Neste momento nós não queremos levantar o problema salarial. Queremos apenas saneamento. O afastamento do chefe da secção de Contabilidade, dr. António Dóres, o afastamento da secção de contabilidade e a criação de uma comissão que reorganize os serviços de Gabinete da Ponte», disse-nos o delegado dos Trabalhadores e adjunto da secção de exploração, Alcídio Rocha.

O problema salarial não consta desta primeira fase de reivindicações. No entanto, um cobrador de 3.ª ganha 2 700\$00, um de 2.ª 2 900\$00

Continua na pág. 28

PERALTA EM CAXIAS

declarações do dr. Palma Carlos

O capitão Peralta encontra-se na prisão-hospital de Caxias desde o fim da tarde de domingo — segundo revelou o advogado dr. Manuel João da Palma Carlos esta manhã aos representantes dos órgãos da Informação.

Começou por referir que tinha estado no Tribunal Militar a fim de proceder à consulta do processo do seu constituinte. Verificou com espanto que o mesmo não se encontra naquele local e até agora não

há informação de onde possa estar.

O dr. Palma Carlos acrescentou que ligava esse facto aos acontecimentos ocorridos no sábado e no domingo. Depois de verberar a intervenção da P.S.P. e da G.N.R., disse considerar as acções levadas a cabo no último fim de semana tremendamente prejudiciais para a democratização do País, por fazerem o jogo da reacção. Aliás, recordou o dr.

Continua na pág. 16

EDIÇÃO DE 32 PÁGINAS
INCLUINDO "ECONOMIA"

Dez anos
no Tarrafal
PÁG. 14

2.ª EDIÇÃO

DL/NACIONAL

PARTIDO TRABALHISTA DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS

"TRANSPORTE GRATUITO PARA CABOS E PRAÇAS"

Doze cidadãos (dois gerentes, dois artistas, um produtor agrícola, um contabilista, um viajante, um guarda-livros, um director de empresa, um analista, um funcionário público e um operário), apresentando-se como comissão organizadora, e reunidos «em Associação Cívica Independente para a Estruturação de um Partido Político» (como dizem) pedem a divulgação do programa do novo organismo. Denomina-se «Partido Trabalhista Democrático Português (P.T.D.P.)», estabelecendo a sua comissão organizadora as bases fundamentais da sua ideologia, cuja aceitação a priori, irmanará os seus membros, independente-

mente da sua etnia ou religião».

Dos dezasseis pontos passamos a apresentar sinteticamente os seguintes: «Consciencialização do Povo Português dos seus direitos fundamentais e também dos seus deveres para com a Sociedade constituída; reforma das estruturas básicas do Ensino, com o direito à Educação e à Cultura até ao limite máximo da capacidade intelectual de cada indivíduo, custeadas pelo Estado; reestruturação da Justiça, dos serviços policiais e prisionais (...); direito à propriedade privada, limitada por impostos indirectos; fusão das pequenas indústrias em sistemas

cooperativos ou similares, com repúdio de monopólios que não pertençam ao Estado; democratização da Arte e do desporto com iniciação nos estudos primários; revisão da Concordata com a Santa Sé; dignificação do funcionalismo público, concedendo-lhe direitos e exigindo-lhe deveres equiparados ao trabalhador de empresas particulares; redução do tempo de prestação do serviço militar obrigatório; gratuidade para as praças e cabos das Forças Armadas em todos os transportes públicos colectivos; emancipação da mulher e sua participação na vida da Nação; e unificação do sistema monetário em todos os Esta-

dos.

No campo da «Segurança Social» propõe o P.T.D.P. o «estabelecimento de novos esquemas de previdência», a «democratização e socialização da medicina», «estabelecimento de um salário mínimo nacional» (cujo quantitativo omite), o «repúdio da agiotagem», a «extinção da vadiagem e da prostituição», e outras medidas.

Como em relação a vários outros dos maiores problemas nacionais, o programa do Partido Trabalhista a Democrático Português é omissivo quanto à guerra colonial e à independência dos territórios africanos.

Fado e xadrez no "Mercado da Primavera"

O «Mercado da Primavera» continua a atrair as atenções dos visitantes nacionais e estrangeiros pela gama de atractivos, que tem para oferecer.

Este ano, para além dos habituais expositores estão patentes algumas novidades entre as quais destacamos os trabalhos em madeira, de Valado de Frades, os pratos do Redondo, a Loixa de Alcobaça e de

Porto de Mós; trabalhos em cortiça e os famosos bonecos saloios de Santa Susana.

No próximo dia 30 realiza-se no «Mercado da Primavera» o finalissimo do Concurso de Fado Amador e nos dias 1 e 2 de Junho o Grande Torneio de Xadrez que constituem motivos de interesse para os apreciadores dessas modalidades.

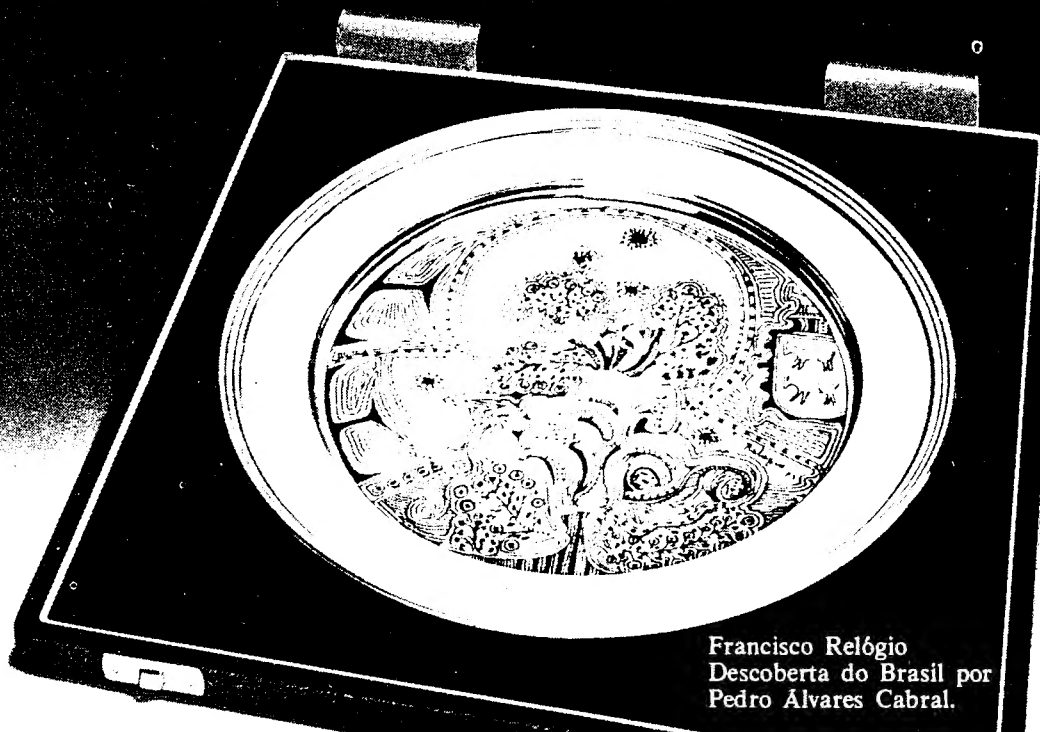
COLHEITA DE SANGUE

Até ao dia 9, a unidade móvel do Instituto Nacional de Sangue encontra-se estacionada na Praça de Espanha (junto do metropolitano), onde funciona como posto fixo para colheita de sangue, todos os dias das 10 às 13 e das 17 às 20 horas, com uma equipa médica e de enfermagem.

Os dadores, que são previamente examinados, devem ter entre os 18 e os 65 anos de idade.

Combata a inflação investindo em obras de arte.

Em tiragem limitada, a maior edição histórica do século.



Francisco Relógio
Descoberta do Brasil por
Pedro Álvares Cabral.

Em ouro e prata, seis soberbas salvas da autoria dos melhores artistas portugueses contemporâneos. Um investimento de valor potencial assegurado para colecionadores.

A Imperial Silver Company de Londres tem o orgulho de anunciar que Francisco Relógio, um dos artistas portugueses cuja projecção internacional se está a afirmar cada vez mais, criou esta primeira salva a ser emitida numa série de seis, todas elas sobre grandes momentos históricos portugueses.

Em todo o mundo haverá apenas 783 salvas das quais 33, no máximo, serão em ouro maciço de 18 quilates. Para garantir a importância do investimento nesta edição todas as artes finais originais serão destruídas, uma vez completada a edição. Cada prato numerado mede 23 centímetros de diâmetro, pesa mais de 375 grs em prata, ou 565 grs em ouro de 18 quilates e traz a marca de contraste de London Assay Office e da Casa da Moeda Portuguesa.

"A Descoberta do Brasil" de Francisco Relógio marca o princípio de uma magnífica iniciativa, pórtico de uma valiosa série de edições limitadas, a emitir de seis em seis meses.

A título adicional cada salva será acompanhada por um soberbo livro de arte editado pelo conceituado artista e crítico Lima de Freitas.

Cada livro é composto por notas biográficas do artista, dados sobre a sua obra e pela história de cada tema. Completada a edição das salvas, os colecionadores que tiverem adquirido toda a série receberão totalmente grátis, uma bela capa de couro trabalhada à mão, assinada por todos os artistas e tendo gravado o nome do próprio colecionador.

Os subscritores desta edição histórica limitada serão os proprietários, não apenas de uma magnífica e original obra de arte criada pelo internacionalmente famoso artista Francisco Relógio, mas ainda de um magnífico investimento. O preço de cada salva em prata maciça é de Esc. 12.500\$00 e em ouro de 18 quilates é de Esc. 175.000\$00.

Cada salva será assinada e numerada individualmente e embalada num elegante estojo. É favor enviar o seu pedido, tão depressa quanto possível, à Esitreda, Lda., que foi autorizada por Francisco Relógio e pela Imperial Silver Company a distribuir esta série em Portugal.

FRANCISCO RELÓGIO



SALVA COMEMORATIVA DA DESCOBERTA DO BRASIL

ESITREDA, LDA. - Calçada do Combro, 29, 1.º - Dto. - Lisboa

Agradeça que considerassem a minha subscrição para a salva de Francisco Relógio numa edição limitada de apenas 783.

Pretendo _____ Salva(s) em prata maciça, a 12.500\$00 cada salva.

Estou interessado em reservar as próximas 5 salvas desta série ☐

Nome _____

Pretendo _____ Salva(s) em ouro maciço de 18 quilates, a 175.000\$00 cada salva.

Junto o meu cheque no valor de Esc: _____

Morada _____

Nota: Devido à constante subida do ouro e da prata, só podemos manter estes preços até ao dia 1 de Julho de 1974.

D.L.

★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★

CASINOS do ALGARVE

às 23h e 1h
até 29 de Maio

ALVOR

a voz de
LIA UYA
fantasista
GERARD SETY
ballet
TAKE FIVE
e a Orquestra do Casino

VILAMOURA

a cançonetista
VICKY
pickpocket
JOE WALDYS AND LIBERO
ballet
GERRY ATKINS SHOW
e a Orquestra do Casino

Sala de máquinas - acesso livre a maiores de 21 anos
Sala de jogos - diariamente das 17h às 3h
Alvor - telf. (0082) 23141
Vilamoura - telf. (0082) 65319/86
Grupo C - Maiores de 14 anos

CASINOS DO ALGARVE

TEAM

AMÉRICO MADEIRA-BÁRBARA

ENSINO E POVO

-um problema candente

25 de Abril abriu novos rasgos de esperança na reestruturação do sistema educacional português. Depois de 48 anos de fascismo em que impiedosamente bramiram ou castraram as estruturas educacionais que podiam ter permitido ao povo português manter viva a sua consciência, novos horizontes se antevêm. Desde as primeiras medidas, logo após o 28 de Maio de 1926, como a extinção do tão «discutido» ensino primário superior (hoje ciclo preparatório) — criado durante a 1.ª República — pelo Decreto n.º 11730 de 15 de Junho de 1926, iam decorridos apenas 19 dias do velho «Estado Novo» ao encerramento das escolas normais nas sedes de distrito, à substituição dos professores primários por regentes escolares, que careciam de preparação e conhecimentos para exercer funções docentes.

A obrigatoriedade escolar, reduzida para três anos só foi elevada para quatro na década de cinquenta e, finalmente para seis, nos nossos dias. Conhece-se toda a série de vicissitudes com que se deu essa medida, que ainda hoje se encontra por satisfazer integralmente. Desde as primeiras medidas de Leite Pinto às de Galvão Teles e Veiga Simão, a ambiguidade e a duplicidade das medidas para pôr em execução os decretos que foram saindo, foram notórias e ilustram bem ao serviço de quem se fazia a educação do povo.

Nem sequer fazemos referência às primeiras medidas dos ministros da Educação depois do 28 de Maio de 1926, mas não queremos deixar de lembrar Carneiro Pacheco como um dos grandes responsáveis em mergulhar o país numa noite de ignorância e de submissão. Tudo foi pretexto para encerrar escolas, expulsar professores, limitar frequências de alunos etc.

A existência simultânea do ciclo complementar do ensino primário e do ciclo preparativo do ensino secundário é reveladora dessa ambiguidade. Há ainda selecções a fazer e dificuldades a manter no acesso de determinadas camadas da população à cultura, e ao direito à educação. A escola do campo e a escola da cidade — diria eu.

A classe dos grandes latifundiários e dos exploradores ainda mantinha interesses num tipo de ensino que lhe evitasse a saída de jovens que, se prosseguissem um tipo de ensino diferente, acabariam por abandonar o trabalho agrícola. Por outro lado os grandes monopólios, que aqui instalavam e desenvolviam as suas indústrias, não se compadeciam com a existência de um tipo de ensino com as características rudimentares daquele. O ciclo preparatório do ensino secundário vem nessa linha de pressões; Permitir um índice de formação mais adequada à produtividade na indústria —, mas num tipo de indústria que vive mais de técnicas estrangeiras e de técnicos estrangeiros. Esta simbiose de interesses era, no fundo, irreconciliável. Tentou-se fazer Veiga Simão no tipo de «reforma» que apresentou ao país. Desenvolver o ensino do ciclo preparatório (o fenómeno era irreversível) acabando por eliminar o ciclo complementar do ensino primário —, a medida que não chegou a tomar por ter surgido o 25 de Abril —, mas limitar o desenvolvimento do ensino secundário, considerando o «recorrente» sempre na linha das anteriores medidas. Um grau de ensino que esteve votado ao malogro porque a sua contenção tinha de se adequar aos interesses das classes dominantes, ávidas em manter o seu poderio cada vez mais ameaçado pelas contradições de um sistema inerte e incapaz.

Se nos debruçarmos sobre os diplomas, sobre o ensino secundário durante a longa noite fascista, concluímos que todas as medidas que se tomaram não visaram mais que a sua contenção e o seu empobrecimento. Só recentemente se tentou a polivalência neste grau de ensino, ensaiando algumas experiências que nem oficialmente estavam reconhecidas dado o tipo de pressões a que se assistia para impedir a sua prossecução. O ensino técnico e o liceal mantiveram-se separados. O primeiro preparando directamente mão-de-obra qualificada para ingresso na indústria, dificultados que estavam os acessos ao ensino médio e superior por quem tinha, na maioria dos casos (por razões económicas), de optar por este grau de ensino. Segundo era o «currículo» e o passaporte para a Universidade a que só acediam uma minoria de privilegiados.

Um exemplo da estratificação social deste grau de ensino secundário quanto à colocação de estabelecimentos é o da linha de Vila Franca de Xira (zona operária onde o maior número de estabelecimentos de ensino secundário são escolas técnicas) e o da linha do Estoril onde o maior número de estabelecimentos de ensino secundário é de liceus.

Quanto ao ensino superior estava tudo adequado ou adequando-se aos interesses das classes dominantes. O ensino médio, comercial, industrial e agrícola, vegetou durante anos e anos e não teve a acompanhá-lo quaisquer medidas que possibilitassem a sua reestruturação e o seu desenvolvimento.

O número de conclusões há 20 anos e agora não sofrem alterações apreciáveis. Ligeiros acréscimos mas sem significado para uma sociedade que se dizia em vias de transformação. Praticamente continuava acantonada nos dois grandes fungos que representavam o país, Porto e Lisboa, à excepção do ensino médio agrícola disperso por outras duas cidades directamente ligadas

Continua na pág. 8

HELENA CIDADE MOURA

REFORMAR NA CONTINUIDADE...

O prof. Veiga Simão tem sido discutido: tem os seus adeptos, tem os seus antagónicos e tem sobretudo um Decreto-Lei de 25 de Julho de 1973 que aprova as bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo.

Até 25 de Abril vivíamos todos num quarto fechado, fechado com porta férrea que ninguém pensava ser possível abrir. Muitos não se acomodaram nessa situação; havia aqueles que explicavam teoricamente que lá fora havia mundo, luz, possibilidade de vida e criavam o desejo de abrir essa porta, outros que sangram os punhos de encontro a ela, outros que se esfacelaram nessa muralha de ferro, outros ainda que saíram para demais longe a poderem abanar. Tão grande foi o esforço, que, um dia alguém cheio de coragem, no máximo desespero da generosidade, deu a volta à fechadura e a porta abriu-se, caímos todos de roldão para um mundo iluminado.

Neste Portugal novo (uso os «slogans» porque eles são nes-

se momento a voz da consciência colectiva), perante este Portugal do futuro, empurrados para uma situação transformadora que nos leva à democracia, que significado tem uma reforma educativa, velha já quando nasceu?

E o contexto social que se formam as linhas de um sistema educativo, e na rede tecida pela ideologia ainda não representada nos padrões sociais que se fomenta a pedagogia, sempre na vanguarda das reformas educativas.

Se o prof. Veiga Simão não tinha elementos para saber aquilo que o país precisava em 25 de Julho de 1973, se o país não tinha existência sensível e visível de povo, se a reforma foi pensada a fazer fosquinhas pelo buraco da tal fechadura, na solidez dos princípios e das instituições inatacáveis, como pode uma reforma que não servia em Julho de 73, servir depois de Abril de 74?

Eu não tenho o prazer das contendas pessoais, nem as entendo a nível nacional, e neste momento todos vivemos a nível nacional, não me inte-

ressa saber o que o prof. Veiga Simão fez de bem ou de mal, penso que as circunstâncias da governação não lhe pesaram tanto que o obrigassem a demitir-se (como até aconteceu a outros colegas seus no Governo), mas o que sei sobretudo, e o que interessa de momento é que o prof. Veiga Simão e os seus reformadores viveram um processo evolutivo de actividade, num país, que nós queremos morto e bem morto.

Este radicalismo que parece totalmente desprovido de objectividade científica mergulha nos meus conhecimentos teóricos e práticos no terreno da educação. Uma reforma educativa não é possível dividir-se em sectores, é um sistema, uma estrutura global que parte em direcção aos objectivos a atingir. Esses objectivos marcam a sua estruturação que, sendo maleável, não se compadece, porém, com a dispersão de intenções.

Por se tratar de um sistema determinado, a evolução desse sistema precisa de uma constante investigação a nível

sociológico, pedagógico, psicológico, económico e da consequente formação permanente dos agentes educativos.

E uma máquina cara de montar e extremamente caro e inútil tentar remendar quando foi fabricada para finalidades diversas daquelas para que vai ser utilizada. Corre-se o risco das contradições internas do sistema que surgem aniquilar os esforços de clarificação e objectivação feitos.

No meio do entusiasmo presente, Artur Portela escreveu ponderadamente: «A eficácia é hoje em Portugal, um caso de vida ou de morte». Parece uma grande verdade. Por outro lado, todos sabemos a que desastres morais e materiais levou essa fatal mania da continuidade que atacou os condutores políticos deste país no último meio século.

Em situação de rotura social não podemos nós, os que nos responsabilizamos pela educação deixar que esta fique, distante dos jovens a que pertence, longe da estrutura do país que vai ser definida, atada ao famoso e galante conceito de continuidade.

GRACIANO MENDES

AS OPERAÇÕES DE CONTROLO DO COMÉRCIO EXTERNO

Acaba de ser criada, no Ministério das Finanças, uma comissão «ad hoc» designada por «Comissão de Controlo do Comércio Externo».

Pensamos que está no espírito da Junta de Salvação Nacional reestruturar, com esta medida ou outras que venham a ser adoptadas as funções inerentes à Repartição do Comércio Externo que visem a uma simplificação dos serviços burocráticos, sem que se descure, antes se aperfeiçoe, a eficiência do seu controlo.

No que respeita à posição dos exportadores e importadores acerca deste problema, desejávamos salientar, na parte que nos toca, que a emissão de B.R.E. e B.R.I. emperra, dificulta, e causa prejuízos elevadíssimos com perdas de tempo desnecessárias e que bem poderiam ser evitadas, se se adoptassem medidas de controlo mais eficientes e menos onerosas, nas transações comerciais, quer na importação, quer na exportação.

Em nossa opinião, o rigor do controlo a estabelecer nestas transações só poderá ser obtido com êxito, em termos absolutos, se o controlo se fizer, não através de boletins, mas com base nos despachos alfandegários, realizados em todo o espaço português. A semelhança do que se fez em Angola e Moçambique, pelo menos na importação, se a liberdade de aquisição tiver de ser mais restritiva, atribuir-se-ia um «plafond» a cada importador, com base nos relatórios de compras feitas, nos anos transactos, a todos os outros membros da Comunidade Mundial.

Depois de atribuído este «plafond», o importador importaria livremente, as suas mercadorias, sem ter necessidade de utilizar qualquer boletim, tendo apenas em atenção que não poderia ultrapassar aquele «plafond», sem uma consulta

prévia com a Comissão de Controlo do Comércio Externo, Repartição do Comércio Externo, ou qualquer outro organismo, criado para o efeito. No que se refere à exportação, pensamos que deveria ser amplamente livre, embora se reconheça a necessidade de um controlo especial para alguns artigos mais específicos, tais como os que foram previstos pela C.C.C.E. no mapa II do decreto agora publicado.

Por seu turno, os diversos sectores alfandegários enviarão ao Banco de Portugal um impresso, criado para o efeito, com todos os dados, que fossem necessários, e inerentes aos despachos efectuados para contabilização e controlo, quer do «plafond» concedido, quer da transferência de divisas, tanto na importação como na exportação. Por outro lado, cópias daquele documento seriam enviadas à Repartição do Comércio Externo, ao Instituto Nacional de Estatística para efeitos de estatística ou quaisquer outros fins que achassem por convenientes.

Nesta conformidade, os importadores ou exportadores, sempre que tivessem necessidade de efectuar transferências de divisas, não tinham mais do que indicar, a fim de servir de prova suficiente, o número do «plafond» e os números dos despachos a que diriam respeito. No caso de se vir a verificar divergências de qualquer indole, pois os importadores ou exportadores forneceriam os esclarecimentos que o organismo coordenador achasse por bem solicitar, mas creio que num sistema desta natureza o controlo seria absolutamente perfeito.

Um outro inconveniente, que a emissão de boletins apresenta, é o facto de para um mesmo país termos B.R.E. ou B.R.I. em moedas diferentes e não poderemos utilizar um boletim de moeda «a» num despacho de

moeda «c» e vice-versa. Ora, se tivermos em consideração a convertibilidade de qualquer moeda estrangeira em Escudos, para efeitos de controlo, cremos que o problema ficaria, extremamente, simplificado. No entanto, a este respeito, só o Banco de Portugal se poderá pronunciar com mais eficácia na melhor solução a adoptar, desde que a simplifique, em vez de a complicar.

Uma outra medida que se deverá ter em conta, nas transações comerciais, é o caso das devoluções de materiais por não corresponderem aquilo que foi encomendado, por se ter avariado, em trânsito, ou por qualquer outro motivo previsto. Duma maneira geral, o Banco de Portugal não permitia encontros de contas entre clientes e fornecedores ou vice-versa. Por exemplo, não aceitava a dedução de notas de crédito, quer nos pagamentos, quer nos recebimentos a efectuar pelos interessados. Em nossa opinião, esta medida sempre nos pareceu não ser nada realista, nem sensata, porque dificulta e atropela os mais elementares princípios de um comércio livre e que é de uma realidade flagrante.

Por outro lado, a Alfândega tinha o impudor de obrigar ao pagamento de direitos de importação por materiais devolvidos, a fim de serem substituídos ou por quaisquer outros motivos. É verdade que se tinha a possibilidade de recorrer à importação temporária para evitar os direitos aduaneiros, mas tal medida também está privada de inúmeros contratempos, pelo que urge dar-lhe uma solução imediata e que se traduza por uma eliminação pura e simples. Através do controlo que se propõe, quer as importações quer as exportações temporárias não têm razão de ser, visto que ficam automaticamente controladas pelo Banco de Portugal, despacho a despacho, e deste modo não haverá possibilidade de qualquer fuga ou fraude. Poderemos e deveremos continuar a indicar, nos despachos, que se trata de importações ou exportações temporárias, apenas para que possamos evitar as despesas respeitantes aos despachos definitivos, mas sem que se torne necessária toda a burocracia que regula estas formas de movimento de mercadorias, absolutamente desnecessária e prepotente.

TOTOBOLA

Quase 2000 contos para cada um dos dois totalistas

Apostas com «treze», 2; (Os seus titulares são: António Antunes Ribeiro, de Odivelas e um apostador «anónimo», residente em Caracas — Venezuela. Ambos jogaram em apostas «múltiplas»: o primeiro num sistema de 243 apostas e o segundo num de 96 apostas. O totalista de Odivelas tem direito a mais 15 «dozes», enquanto

que o de Caracas tem direito a mais 7).

Valor provisório de cada «treze», 1 982 369\$40; Apostas com «doze», 76 (65 do Comente, 1 da Guiné, 3 de Angola, 6 de Moçambique e 1 de Timor).

Valor provisório de cada «doze», 52 167\$60.

DL / ESPECTACULOS

CRÍTICA DE CINEMA

HITLER OS ÚLTIMOS 10 DIAS

Título original: HITLER: THE LAST TEN DAYS
Realização: Ennio de Concini, 1973 (Itália)
Interpretes: Alec Guinness, Doris Kunstmann, Mark Kingston, John Bennet, etc.
Distribuição: Filmes Castello Lopes (MGM)
Estreia: Cinema Pathé (24.5.1974)

Baseada nas memórias de Gerhard Boldt, capitão da cavalaria reformado, publicadas em 1947, com o título «Os Últimos Dias da Chancelaria do Reich», Hitler — Os Últimos 10 Dias relata como o próprio nome indica, os últimos dez dias de Hitler, enterrado num subterrâneo de Berlim, impotente perante a arrancada das tropas aliadas, mas apesar disso, apesar de saber iminente a queda do III Reich (que o próprio Hi-

tlar reconhece como certa, desde a batalha de Estalinegrado), um ditador enlouquecido pela derrota, pela falência dos princípios em que sempre assentou a sua jornada de terror e morte. Um homem que não hesita em mandar para a morte milhares de homens, logo depois milhares de crianças (das «Juventudes Hitlerianas»), tudo isto com a finalidade única de adiar por algumas horas uma derrota indiscutível. A um nível de multidões, um procedimento semelhante ao de Salazar, aquando da invasão do Estado da Índia. «Nunca se aceita a rendição. Apenas se aceitam soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos». Neste aspecto, os paralelismos entre os últimos dias de Hitler e, os últimos dias de muitos outras ditaduras são mais do que flagrantes e reside aqui um dos interesses maiores deste filme relativamente despojado e austero, quase todo ele

rodado no interior de um cenário único (o «Bunker», a fortaleza subterrânea que escondia Hitler e o seu Quartel-General), onde Boldt, oficial do Estado-Maior alemão e elemento do Quartel-General de Guderian, foi colocado, a 25 de Abril de 1945.

As memórias do capitão Boldt foram, portanto, o fundamento da película, cujo guião é obra do próprio Boldt, em colaboração com Wolfgang Reinhardt e Ennio de Concini. Sire Trevor Roper, o grande especialista britânico professor catedrático de História Moderna da Universidade de Oxford testemunha do processo de Nuremberga, garantiu a autenticidade de todos os pormenores (exceção, naturalmente, a última cena entre Hitler e Eva

AS ESTREIAS

Brawn de que ninguém foi testemunha).

Onde, todavia, o filme adquire uma certa ambiguidade é precisamente num dos seus pontos mais fortes, isto é, na espantosa interpretação de Alec Guinness. A linha de representação escolhida por Guinness tem sido muito discutida, dado que procura uma «humanização da figura» de Hitler, o que em muitos países provocou críticas de certo modo azedas. Acontece que temos para nós que essa mesma linha de representação é perfeitamente defensável, dado que nos mostra um «homem», na sua condição e limites, erguido ao descomplexo de funções para as quais não estava de forma alguma preparado. O narcisismo a demagogia, a loucura reve-

lam-se de forma discreta, o bastante para estarem presentes, mas para não abafarem a plausibilidade «humana» do leader da nacional-socialismo (vulgo «nazismo»). Que tenha sido um «homem» a comandar os «exércitos da morte», eis uma verdade bem mais inquietante, do que a fácil explicação da «loucura».

Hitler — Os Últimos 10 Dias: um filme medianamente interessante, que o condicionalismo político português impõe à consideração do público. Para que a história não esqueça.

CHAMARIZ DE SAIAS

Título original: THE DECEY BIRD
Realização: Lars Widding, 1974 (Suécia)
Interpretes: Luise Edlind, Torsen Wahlund, Siv Ericks, Gunnar Bjornstrand, etc.
Distribuição: Filmes Castello Lopes (Fox)
Estreia: Cinema Condes (21.5.1974)

O próprio título diz quase tudo sobre este filme, comédia pícara de origem sueca: trata-se, na verdade, de um «chamariz de saias» e pouco mais do que isso. O filme fala-nos de Per Henrik Pistolekors e de sua irmã adoptiva, Annabela Swendenhielm, que partem para Estocolmo, aquando do rei-

nado de Gustavo III, com duas promessas, juradas no leito de morte de seu defunto pai: assassinar o tirano e casar a manhã com um «bom partido». Excelente é a fotografia de Sven Nykvist e medianamente divertido o filme.

O FUTURO É A ALMA DO NEGÓCIO

Título original: IL FURTO È L'ANIMA DEL COMMERCIO
Realização: Bruno Corbucci, 1973 (Itália)
Interpretes: Alighiero Noschese, Enrico Montesano, Pia Giancarlo, Bernard Blier, Ignazio Leone, Francis Blanche, etc.
Distribuição: Mundial Filmes; **Estreia:** Cinema Mundial (24.5.1974)

Com base no roubo, mais uma comédia sem qualquer tipo de originalidade ou interesse, os italianos continuam abaixo de qualquer classificação, quando se trata de espectáculos ditos «de puro divertimento». Divertir é uma faceta do espectáculo cinematográfico, como tal perfeitamente legítima e até louvável. Mas nunca esquecendo que o divertimento principia pela inteligência, que muitos «produtores» fazem por esquecer. Ou seja: o furto é a alma do negócio. Também aqui o título diz tudo...



deposite confiança no futuro!

FAZENDO OS SEUS DEPÓSITOS NO BANCO PINTO & SOTTO MAYOR FICA SEGURO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS NA COMPANHIA DE SEGUROS CONFIANÇA.

INSTITUÍDO HÁ 10 ANOS ESTE SEGURO PROPORCIONOU JÁ 38.448 CONTOS DE INDEMNIZAÇÕES AOS NOSSOS DEPOSITANTES.

A SUA CONTA DE DEPÓSITOS É UMA



CONTA PREVIDÊNCIA

BANCO PINTO & SOTTO MAYOR



SLOT MACHINES - SALA DE JOGOS
ACESSO LIVRE A MAIORES DE 21 ANOS * TODOS OS DIAS DAS 15 AS 3 HORAS

KIRRI ADAMS

VEGETA AUSTRALIANA DA CANÇÃO

SHIMADA AND DEANNA
ILUSÃO E MAGIA

FLORENCIA

com RAUL SILVA e NOBRE COSTA



LADY CHRISTIN
SÓ NO WONDER BAR

Grupo C Maiores de 14 anos
NO WONDER BAR A 10 H. Maiores de 21 anos

TV

DL/ESPECTÁCULOS

MUITO MAL, MEU GENERAL

Senhor, General, Esperava com muito interesse a sua presença na televisão. Assim teria oportunidade de auscultar a opinião da Junta de Salvação Nacional. Sabe-se como a Junta, remetida a uma prudente, monacal modéstia, raramente aparece à luz do dia. Digamos que exagera. Temos uma luz tão clara, meu general, é tão fácil dialogar a uma luz tão bela como é a da nossa Pátria e a do nosso povo...

Escrevo esta palavra *povo*, fico com os olhos longe a recordar. A recordar aquela visita que fiz às masmorras da PIDE, em Caxias: de súbito, depois de patinhar no lodo dos corredores subterrâneos, chega-se a uma sala onde a luz entrava debilmente através de fendas (ou cicatrizes?) abertas na parede. O oficial que me acompanhava apontou a lanterna para um bocado de cal intacto onde se lia: «*Estamos nesta cela 78 camponeses do Couço e Montemor...*» Noutra inscrição fazia-se referência aos grandes movimentos populares de 1944. Depois, um grito, ou um alarme, ou uma simples informação envolvida em trevas: «*A PIDE hoje levou 48 companheiros e só regressaram 2...*»

Estes factos (e tantos tantos outros) provam como o 25 de Abril está amassado na carne e no sangue e na alma do nosso povo. Para colher um cravo, meu general esfolou o nosso povo os pés nos tojos e nos cardos.

Talvez eu esperasse que o meu general nos viesse falar um pouco destas coisas, de mais coisas: de como o país inteiro sofreu, durante meio século, a exploração mais desenfreada, a repressão mais implacável, o desprezo mais vil, o silêncio mais vergonhoso, a perseguição mais ignominiosa, o fel mais cruel, a morte mais tarrafal. E de como, ao longo de todo esse tempo, as forças reaccionárias se estabeleceram, os interesses dos tubarões engordaram, o poder da repressão se reforçou. Seria bom que se dissesse isto para se entender uma certa explosão na conquista dos direitos, um certo espreguiçar anárquico, uma certa euforia da vitória.

Não digo, meu general que não haja elementos a pescar em águas turvas, a empurrar as massas mais despolitizadas para situações que correm o perigo de se transformarem em becos sem saída. Elementos imaturos, sem qualquer experiência política, pelo que tomam por dados da realidade o que não passa de meros sentimentos ou desejos seus.

Nesse aspecto, porém, cabe à televisão um importante papel de combate e de esclarecimento. Não se deve dizer: «*Deus guarde Portugal!*» Somos nós que o devemos guardar, meu general. Deus já tem tanto que fazer...

Não devemos esquecer que quanto mais demorarem as reformas necessárias, mais as reivindicações se agudizam; quanto mais frouxo se tornar o saneamento, mais aumenta o desejo de limpar; quanto mais se atrasar no deve ser feito, maior será a exigência do que se deve (e até do que não deve) fazer. A aparente desordem em que vivemos é preferível mil vezes à «ordem» em que vegetávamos. O nosso povo não está a criar o caos: está a libertar-se do caos que lhe deixou o fascismo por herança.

Tudo isto é muito complexo, eu sei. Também sei que a impaciência não resolve nada, só pode agravar. Há que pôr um travão às reivindicações malu-

cas, às exigências que podem levar ao desastre. Esse travão há-de usar-se com a inteligência e continuidade; há-de ser um travão de mão (estendida) e não de (ponta) pé. A televisão deve trazer-nos os trabalhadores mais esclarecidos que falem aos seus companheiros de igual para igual. A experiência encetada com aquele camponês de Alpiarça, terra de resistência, não teve continuidade — e foi pena.

A televisão deve igualmente trazer-nos a presença dos dirigentes políticos responsáveis com audiência junto das massas. Sabe-se, por exemplo, a simpatia que Álvaro Cunhal soube conquistar junto da audiência da televisão. Infelizmente, porém, só o ouvimos discursar; falar ainda não. A conversa tão frutuosa entre o tenente-coronel Ricardo Durão e o dirigente político Octávio Pato, também não teve continuidade. Infelizmente.

Isto, meu general, deve ser feito — para além de tudo o que pode exigir-se a qualquer cidadão responsável. A televisão não pode afastar-se um só momento da sua tarefa de esclarecer. Sobretudo não deve esquecer de que Portugal não é só Lisboa; Portugal são mais oito ou nove milhões de portugueses aos quais ainda mal terá chegado o perfume das flores de Abril.

Compreende-se, pois, o interesse com que o aguardava,



meu general.

E afinal quer-me parecer que os resultados dessa presença não serão tão positivos quanto se esperava.

VÍRGULA MEU GENERAL!

Tudo aconteceu por via de uma carta que o meu general recebeu no dia 22 de Maio «*carta — explicou — escrita por um português e que poderia ter sido subscrita por todos os portugueses autênticos.*»

Virgula, meu general, virgula! A carta que nos leu, se é de um português autêntico, autêntico português eu não sou, porque não a assinaria nunca. É uma carta muito feia. É uma carta farsista — a querer fingir que não é outra coisa. A fingir muito mal...

Trata-se da carta de alguém que «*aderiu desde a primeira hora ao Movimento das Forças Armadas.*» Aderiu certamente desde a primeira hora depois. O que não é grande inteligência...

«*Não represento — diz o autor — ninguém, a não ser eu próprio.*» Ainda há franco-atiradores neste mundo, gente



Por MARIO CASTRIM

— salvé! — desligada de interesses ou de classes. Como é: estamos em Portugal ou no céu?

Há depois considerações várias sobre a liberdade de que gozamos. Se a liberdade com que sonhávamos é isto, e aquilo... Se é, por exemplo «*libertarem-se terroristas sem pátria e transformá-los em heróis nacionais...*» «*Isto, que é permitir-se e fomentar-se a caça ao homem...*» «*...o boicote de alguns, criado nas estações oficiais de rádio e televisão...*»

E mais: que jornais estrangeiros e insuspeitos já nos apontam como a *democracia carnavalesca*...

Será escusado sublinhar, tão evidentes elas são, as intenções do autor da carta: aqueles portugueses que sacrificaram a liberdade ou a vida lutando à sua maneira pelo futuro de Portugal são «*terroristas sem Pátria.*» A procura incantada dos criminosos da PIDE chama-se «*a caça ao homem...*»; o congelamento dos nomes que mais lucraram ou serviram o regime deposto passa a denominar-se *boicote*...

O CINEMA MONUMENTAL MANTENDO A TRADIÇÃO DE
ESTREAR AS MELHORES SUPER-PRODUÇÕES COMO
"DOUTOR JIVAGO" "O VIOLINO NO TELHADO" "FUNNY GIRL"
ORGULHA-SE DE APRESENTAR O FILME DE

SAM SPIEGEL



GRUPO D 18 anos



*Nicolau
e Alexandra*

O MUNDO MUDOU PORQUE DUAS PESSOAS NÃO QUISERAM MUDAR!

O filme que todos anseiam ver!

ATENÇÃO: devido a grande metragem do filme as sessões começam às 14.45 e 21.30

HOJE — ESTREIA NO MONUMENTAL

O tema musical deste filme está gravado em discos DECCA, representada por VALENTIM DE CARVALHO.

Por outro lado, alguns jornais «insuspeitos» chamam nomes a esta nossa democracia. Quais são, estes jornais? De que países? De que políticas? Sabe, meu general, o que eles têm é inveja. E o que algumas pessoas ainda têm é saudade dos velhos tempos onde tantos eram boicotados até na respiração, onde o terrorismo se praticava a coberto da lei, onde a caça ao homem se fazia ao homem digno e amante da sua Pátria. Pessoas essas que por acaso se calhar nem se lembraram nunca de mandar uma carta de protesto. Nem um postal, ao menos.

Não pense o meu general que é o único a receber cartas dessas. Também possuo uma linda colecção. A provar como a saudade se vai entretendo com a epistolografia, enquanto não se pode «entretre» de maneira mais eficaz...

Folgo, meu general, que os capitães e os generais estejam atentos. Bom será que o estejam. Dizia Camões: «Renego do capitão que diga: não cuidei». Muito precisamos, todos nós, de estar vigilantes. Nas grandes, como nas pequenas coisas. A vigilância, meu general, não deve abrandar nem mesmo diante de certas cartas... inocentes. O meu general, se me permite a crítica fez mal em publicá-la e fez pior quando lhe deu a sua concordância «*nas preocupações fundamentais.*» Claro que não se deve dar o nosso aval ao anarquismo; mas há que evitar dá-lo ao *saudosismo*. Há sobretudo que desconfiar das adesões apressadas que gostam de escrever cartas. Digo-lhe isto, meu general, com o direito que me dá o facto de ter aderido ao Movimento das Forças Armadas há 25 anos e ser esta a primeira carta que escrevo.

Uma linha muito subtil separa a inocência do pecado.

INTERDITO A MENORES DE 18 ANOS

Malícia

O filme que está batendo todos os records de frequência na Europa.

Com a nova revelação do cinema italiano
LAURA ANTONELLI
ALESSANDRO MOMO-TURI FERRO
Realização de SALVATORE SAMPERI • TECHNICOLOR®

AMANHÃ NO **VOX**

BILHETES A VENDA PARA AS 2 PRIMEIRAS SEMANAS

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Teatro Nacional de S. Carlos

HOJE

às 21.15 horas

última récita de

Pelléas et Mélisande

de DEBUSSY

Maiores de 10 anos

SÃO VÁLIDOS OS BILHETES COM DATA DE 25 DE MAIO

A bilheteira abre às 13 horas. Tel. 36 86 64

DIÁSPORAS

CRÍTICA DE TEATRO

CARLOS PORTO

TEATRO, LIBERDADE LIVRE

«A CEIA II». Texto e encenação colectivos. Intérpretes: Carlos Paulo, Francisco Pestana, João Mota, Luís Lucas, Madalena Pestana, Manuela de Freitas, Melim Teixeira. A Comuna. Av. Almirante Reis, 115-A. 16/5/74.

A nova versão de «A Ceia» que a Comuna apresenta no seu espaço provisório à Av. Almirante Reis (esperamos poder revelar em breve uma boa notícia sobre a mudança do grupo) é um espectáculo didáctico a vários níveis: a nível interno e especificamente teatral; a nível histórico; a nível político, níveis que os leitores poderão facilmente situar através da descrição do espectáculo.

«A Ceia II» abre com um elemento do grupo (Madalena Pestana) a ser interrogado pelos restantes elementos e lendo as respectivas respostas constituídas por uma montagem de textos oficiais de personalidades ligadas ao 28 de Maio, montagem que constitui uma síntese bem elaborada do pensamento do ex-Estado Novo.

A este preâmbulo (histórico), segue-se o levantamento das relações entre o teatro e a desaparecida instituição da Censura, relações que se caracterizavam por uma inevitável hipocrisia cujo sentido objectivamente político se evidencia se tivermos em conta o facto da sobrevivência em termos de eficácia de um grupo como este dependia da imagem que transmitia às autoridades encarregues de zelar pelos interesses da minoria no Poder. Isto é, dependia da habilidade e do talento em construir uma falsa imagem para poder ultrapassar os obstáculos postos por uma censura aberrante e castradora.

«A Ceia II» era também uma

instituição (i) moral que obrigava aqueles que não estavam dispostos a alienar-se-lhe a assumir todas as formas possíveis de resistência, incluindo o fingimento (tão teatral).

Certos espectáculos (e os da Comuna em especial, pelas suas próprias características) eram metamorfoseados para o ensaio de censura, prova humilhante que obrigava os artistas a pôr uma surdina na sua capacidade criativa, a disfarçar o autêntico sentido do espectáculo. «A Ceia II» era também isso: uma maneira hedionda de obrigar as pessoas a mentir, a mascarar o real, a amputarem-se como artistas.

Por isso, a Comuna apresentou ontem uma versão do que foi o ensaio de censura de «A Ceia I». O público pode assim testemunhar as repercussões — as mais ínfimas e imbecis — de um Estado policial que fazia da mordida o sinal da sua presença e obrigava cada um de nós a viver quotidianamente na vileza do auto-amoradamento. Esta situação não podia deixar de provocar tensões impeditivas da realização dos portugueses na plenitude das suas faculdades criadoras. Mais um crime pelo qual não podemos deixar de pedir contas.

Para se fazer uma ideia do que foi esse ensaio de censura basta referir o facto de que o que é um ritual profundamente dramático arrancar constantes gargalhadas da assistência. Houve a seguir um pequeno intervalo para que os actores pudessem maquihar-se — de acordo com a encenação definitiva — durante o qual aqueles explicaram as várias for-

mas que assumiam as relações do grupo com a censura fascista, a qual se exercia não só no referido ensaio como posteriormente no decorrer dos espectáculos que não respeitavam, como é óbvio, o que naquele fora feito. E mais uma vez podemos verificar como a sociedade portuguesa assentava em papelão. O fascismo era afinal um cenário pintado (o que não significa que possamos ignorar ou esquecer o poder do fascismo económico ainda de pé).

«A luz apaga-se. Os actores colocam sobre o praticável um pano branco e sobre este uma bela toalha, também branca. Aqui, sobre este espaço branco e sob este espaço branco (e, portanto, num espaço sem luz, num espaço negro), aqui a mesa, a cama, a casa, a prisão, o país, o lugar do homem e da sua esperança, o lugar do homem e do seu desespero. Aqui, o lugar do amor e da solidão, da fome e da dor. Aqui, o lugar dos danados da terra, dos injusticiados, dos que levantam a voz e o grito, dos que cantam e dos que choram.

Sublinhámos neste excerto do comentário que aqui publicamos sobre o espectáculo da Comuna as palavras cortadas pela censura. A prisão; o país. Compreende-se que estas palavras tenham sido cortadas; eram elas que sublinhavam o carácter concreto do espectáculo que é composto por uma série de imagens visuais e sonoras que simbolizam a odisséia de um povo oprimido e a ignominia dos seus opressores.

Melim Teixeira e Francisco Pestana são as duas faces vampírescas do Poder. Manue-

la de Freitas e Carlos Paulo o rosto da resistência humilhada, torturada mas invencível. A bola vermelha que Manuela de Freitas traz no ventre é o filho com que os tiranos brincam como se jogassem pingue-pongue. João Mota é o esbirro, o pede abjecto, o escarrador e o escarro; o homem alienado, pronto a seguir as mais criminosas ordens dos seus chefes, incapaz de assumir a verticalidade da sua consciência e a sua autêntica humanidade. Luís Lucas é o povo amarrado a um destino de escravo de que finalmente se liberta. Ele e Manuela Pestana são também o coro que comenta. Finalmente e premonitoriamente, Manuela de Freitas, Carlos Paulo, João Mota e Luís Lucas falam da situação de uma juventude que se nega e acusa. ventude que querem arrastar para a guerra ou para o exílio de uma juventude que se naga e acusa.

Escrevi também na crítica a

«Ceia I»: «Até que já sobre a mesa, e com Luís Lucas — num texto sincopado, descontraído, repetitivo, numa litania de desespero e de frustração, na alquímia da revolta —, levantam a primeira pedra com que hão-de combater e vencer os terríveis senhores de negro que, já um pouco temerosos constroem as muralhas que hão-de defendê-los. Mas essas muralhas são de brincar. Como poderão resistir?» As muralhas — vimo-lo dois meses e meio depois — não resistiram e caíram.

«Vem-se os passos dos soldados marchando alegremente. Estamos já na terceira parte do espectáculo (inédita). Zeca Afonso canta «Grândola, terra morena» que o público acompanha. Estamos a reviver a noite de 25 de Abril. Um filme — demasiado longo — mostra o que foram os dias que se seguiram, os dias da revolução da flor. Carlos, Caxias, Lisboa, Barreiro, o 1.º de Maio.

Madalena Pestana, volta para ler a proclamação das Forças Armadas. Mas os vampiros ainda aí estão. Melim Teixeira e Francisco Pestana trazem dois gigantes que os representam. Os outros actores cobrem-nos — excepto os olhos que espreitam ainda — com um cartaz onde se lê uma frase alusiva à necessidade de estarmos todos atentos, à necessidade da revolução em flor se transformar numa autêntica Revolução.

Finalmente, os actores e os espectadores discutem em liberdade. Fala-se do espectáculo e fala-se da situação política. Critica-se o final do espectáculo que parece fraco. Nota-se em certas alusões indícios de um derrotismo que não pode deixar de ser contra-revolucionário. Para que a revolução seja possível é necessário que acreditemos ser capazes de a levar até às suas últimas consequências. E as críticas estereis são um sinal de descrença.

CARLOS PORTO

P.S. — Peço desculpa ao António Ramos Rosa por ter glossado o título do seu livro, «Poesia, Liberdade Livre».

NOVOS DISCOS

ANNE KARINE

Anne-Karine, quando criança, era quase tão popular na Noruega e Suécia, como o é, hoje em dia, na Noruega e Alemanha. Pisou o palco pela primeira vez, aos 11 anos e aos 12 dava espectáculos para toda a Escandinávia. A vida de «tournée» é, porém, muito dura e não admira que aos 14 anos, Anne-Karine tivesse abandonado a sua carreira para estudar piano clássico e solfejo.

Concorrente ao último Festival da Eurovisão, a jovem norueguesa, hoje com 23 anos, acaba de lançar no mercado o «single» correspondente à sua primeira experiência eurovisiva: «The first day of love».



MAPLES
AV. COLUMBANO
BORDALO PINHEIRO
87. 89. 1.º — LISBOA

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido por Henrique D. Guerreiro (Herd.), P. Marquês de Pombal, 21 — VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Alimentação Racional
um impulso novo na sua vida



Dar ao organismo o que ele precisa, respeitar exactamente as suas necessidades específicas, em qualidade e quantidade; adaptar a satisfação dessas necessidades às exigências da vida moderna, promovendo o acordo entre os alimentos e as verdades que a ciência da nutrição nos fornece, dia a dia, isso constitui, em toda a sua extensão, a prática da alimentação racional.

Através do Gabinete de Estudos de Nutrição facultam-se o estudo, planificação e organização de Esquemas Alimentares, adaptados ao seu caso particular, quer para profilaxia, quer para normalização dos seus problemas de saúde.

GABINETE DE ESTUDOS DE NUTRIÇÃO
AVENIDA DA REPÚBLICA, 46 R/C — TELEFONE 76 71 41 — LISBOA 1

estúdio
444

ESTREIA
HOJE ÀS 21.45

GRANDE PRÉMIO DO FESTIVAL
DE CINEMA FANTÁSTICO
EM SITGES

UM FILME DE JUAN BUNUEL



VERSÃO
INTEGRAL

AVIRGEM
E O SORTILÉGIO
(au rendez-vous de la mort joyeuse)

FRANÇOISE FABIAN · JEAN-MARC BORY
YASMINE DAHM · RENATO SALVATORI

grupo D 18 anos United Artists

SNACK-BAR FLÓRIDA

PRAÇA MARQUÊS DE POMBAL

Reabre, remodelado, princípio de Junho

Entretanto, porque não utilizar o RESTAURANTE e GRILL no 1.º andar do HOTEL FLÓRIDA?

Entrada também pela Rua Duque de Palmela

Reunião do Conselho Mundial da Paz

Os membros portugueses do Conselho Mundial da Paz divulgaram o seguinte comunicado:

Começou ontem em Paris a reunião comemorativa dos 25 anos do Conselho Mundial da Paz, com a presença da respectiva presidência, num total de duas centenas de personalidades e dirigentes políticos de todos os continentes.

Esta sessão comemorativa tem grande importância política dada a ordem de trabalhos proposta e vai desenrolar-se até ao dia 30 do corrente.

Portugal foi também convidado, sendo representantes do nosso País para a Comissão para a Paz e Cooperação os srs. Monsenhor Soares Martins, editor da «Voz Portuguesa»; dr. Santos Simões, professor e pedagogo; eng. Blasco Hugo Fernandes, especialista em assuntos económicos e agrários e dr. Carlos Carvalhas, economista e director do «Notícias da Amadora».

A delegação portuguesa terá ocasião de contactar com dirigentes dos movimentos de libertação de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, membros também do Conselho Mundial da Paz, entre os quais se conta o dr. Vasco Cabral, ministro da Economia da Guiné-Bissau.

Os membros portugueses do Conselho Mundial da Paz, que se encontram neste momento em Portugal, enviaram o seguinte telegrama, dirigido à presidência, reunida em Paris:

«Ao Conselho Mundial da Paz, por ocasião da sessão solene comemorativa do 25.º aniversário, calorosas saudações dos membros portugueses. Neste momento de luta e esperança em que a ditadura fascista foi derrubada pela aliança do Movimento das Forças Armadas e forças democráticas, o povo português retoma o seu lugar na história da humanidade progressista e avança na voz da liberdade, justiça, independência e paz. Os membros portugueses do Conselho Mundial da Paz representando amplamente diferentes correntes pacíficas da opinião pública portuguesa, prestam homenagem à memória dos fundadores Joliot-Curie, Picasso, Abade Boulrier e tantos outros. No longo caminho percorrido, o grande trabalho realizado permitiu afastar o perigo da guerra termonuclear, pôr fim à guerra

fria, fomentar a luta do povo contra o colonialismo e o subdesenvolvimento e a favor da independência, abrindo assim novas perspectivas da coexistência pacífica.

Os membros portugueses do CMP comprometem-se a prosseguir a acção junto da opinião pacífica portuguesa, para o fim urgente da guerra colonial, regresso dos nossos soldados, negociações com os movimentos de libertação base do reconhecimento direitos dos povos africanos à auto-determinação e independência. Prosseguiremos também a acção para uma política portuguesa externa independente e activa em favor da segurança e cooperação europeia, construindo na actual agitada situação internacional, mundo de justiça e paz».

Pelos membros portugueses do Conselho Mundial da Paz: Armando de Castro, director da Faculdade Económica do Porto; Silas Cerqueira, investigador de ciências políticas; Senhor Varela Gomes, membro da Comissão de Presos Políticos; Miller-Guerra, professor da Faculdade de Medicina Lisboa; Pereira de Moura, professor, Ministro de Estado; Urbano Tavares Rodrigues, escritor; José Manuel Tengarrinha, escritor.

A exposição Portugal-China em Vila Franca de Xira

A Exposição da Amizade Portugal-China, presente na cantina da Cidade Universitária, até ao dia 25, do corrente, deslocou-se para Vila Franca de Xira. Um grupo de «patriotas, democratas e anti fascistas, amigos sinceros do povo chinês» criou naquela vila uma delegação da Associação da Amizade Portugal-China que sob o lema «Viva a fraterna amizade entre o povo chinês e o povo português», tem por objectivo cimentar as relações amistosas entre os dois povos.

A exposição presente na Casa do Povo de Vila Franca, pretende dar a conhecer às massas populares as lutas e as vitórias do povo chinês, na sua tarefa de edificação do socialismo. Constituem a comissão de honra da

Da administração da Companhia das Águas de Lisboa recebemos o seguinte comunicado:

A Administração da Companhia das Águas e os seus Serviços têm sido frequentemente responsabilizados pelas deficiências do abastecimento de água a Lisboa e às regiões circunvizinhas, nas áreas das municipalidades às quais a Companhia fornece água.

A Companhia das Águas, pelo contrato que tem com o Estado, revisto pela última vez em 26 de Fevereiro de 1958, está sujeita a grandes limitações resultantes do esquema da concessão e da forma de gestão do património afecto ao serviço que lhes está confiada. É assim que a sua posição nas obras necessárias ao abastecimento de água e na economia da exploração está grandemente condicionada.

Desde o contrato de 1958 data em que o preço do metro cúbico era de 3\$00 até o preço actual de 4\$50, a Companhia das Águas apenas retira, para a manutenção do serviço de distribuição da água que lhe in-

cumbe, a parcela de 1\$10 por cada metro cúbico de consumo particular, ou seja do volume de água vendido.

Este volume representou no ano findo cerca de 70 por cento do total de água consumida, o que quer dizer que 30 por cento da água distribuída é cedida gratuitamente ao Estado e à Câmara Municipal de Lisboa.

Esta exageradíssima percentagem de água gratuita, que muito excede o comumente aceite, é causa de desperdícios de consumo por parte da Câmara, dos Estabelecimentos do Estado e do público nos chafarizes e marcos fontanários.

A diferença entre os 4\$50, preço do metro cúbico pago pelo consumo particular, e a referida parcela de 1\$10 atribuída à Companhia, ou seja 3\$40 por metro cúbico, constitui receita do Fundo de Obras sujeito à fiscalização da Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa e administrado pelo Governo.

A Companhia das Águas, pela cláusula II do seu contrato, «obriga-se a executar, conforme os projectos aprovados pelo Governo, as obras complementares de abastecimento de água». Em cumprimento do parágrafo 2.º da mesma cláusula II, «os projectos para execução das obras serão apresentados pela Companhia ao Governo com a devida antecedência, tendo em consideração a evolução provável do consumo». Refere esta mesma disposição do contrato que «poderá o Governo tomar a iniciativa dos projectos de manifesta necessidade quando a Companhia oportunamente os não te-

Reivindicações dos Operários da Construção Civil

Começaram hoje, no Ministério do Trabalho, as negociações relativas ao programa de reivindicações anteriormente apresentado pelo Sindicato dos Operários da Construção Civil do Distrito de Lisboa.

na apresentado», mas tal não teve lugar até hoje, pois a Companhia cumpriu sempre a determinação desta cláusula, sem atrasos.

A Companhia das Águas apresentara planos para captação de água no Zêzere, e nesse sentido se fixou durante certo tempo, com maiores ou menores variantes, a orientação superior, mas posteriormente tal orientação foi preterida pela premência de soluções mais viáveis e rápidas.

Assim em Abril de 1959, a Companhia submeteu ao Governo o projecto de captação de 240 000 m³/dia de água no rio Tejo em Valada. Esta obra foi aprovada inicialmente mas apenas para o caudal máximo de 120 000 m³/dia, e mesmo assim autorizada somente a execução de uma primeira fase da obra limitada a 80 000 m³/dia, em Setembro daquele mesmo ano. A fase complementar de mais 40 000 m³ foi depois autorizada em Dezembro de 1967. Recentemente, já neste ano de 1974, foi despachada a obra de captação de uma terceira fase de mais 80 000 m³/dia, revogando a limitação antes imposta ao caudal máximo de 120 000 metros cúbicos/dia, quantitativo antes considerado inultrapassável. O concurso para a empreitada desta fase da obra decorre presentemente.

Porém a resolução do problema da deficiência do abastecimento de água não se satisfaz apenas com obras de captação. Simultaneamente há que tratar da adução ou transporte da água captada até aos centros da sua distribuição na cidade de Lisboa e nos municípios que a Companhia abastece.

Nesta ordem de ideias a Companhia remeteu ao Governo por intermédio da Comissão de Fiscalização, em Novembro de 1970, o projecto de um novo adutor necessário ao reforço do abastecimento, capaz de transportar a água captada e tratada em Valada do Ribatejo até aos pontos mais altos da cidade. Esta obra foi aprovada e depois posta a concurso para a empreita-

da de execução em Novembro de 1972, mas o concurso foi depois anulado, por despacho ministerial, em Fevereiro do ano corrente. Vai esta obra ser posta de novo a concurso muito em breve.

São estas por agora as obras fundamentais ou as mais urgentes de que carece o abastecimento de água à cidade. Outras com que se tem procurado todos os anos beneficiar o rendimento das instalações do abastecimento têm sido levadas a efeito, sempre com o conhecimento e apoio da Comissão de Fiscalização e com a necessária sanção superior.

Espera-se que nos meados de Junho do ano corrente tenhamos na adução mais 30 000 m³/dia com uma estação sobre-elevatória na Verdelha, ligada ao aqueduto do Tejo. No referente a captações conta-se com mais 17 000 m³/dia naquela data e ainda com mais 12 000 m³/dia no início de Agosto.

Desta forma as condições do abastecimento de água serão cerca de 10 por cento superiores às da estiagem do ano findo. As medidas tomadas pela Companhia e pela Comissão de Fiscalização são aquelas que as circunstâncias e o tempo disponível permitirem.

Todavia não se consegue ainda nesta altura eliminar deficiências no abastecimento a alguns pontos altos da cidade e nor fornecimento de água às Câmaras circunvizinhas, este último agravado também por deficiências nos seus sistemas e redes privativas de abastecimento.

Por isso, recomenda-se a todos os consumidores, serviços públicos, estabelecimentos do Estado, à Câmara e aos municípios circunvizinhos e àqueles que requisitam consumos que nesta ocasião se podem considerar de luxo, tais como jardins e piscinas particulares, a indispensável colaboração no combate ao desperdício de água que a todos pertence, e cujo esbanjamento e uso egoísta a todos prejudica.

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE ESCRITÓRIO DE LISBOA

DELEGADOS SINDICAIS

Convocam-se todos os delegados sindicais para uma reunião a realizar na

Quarta-feira — dia 29

no Pavilhão dos Desportos

AS 21.30

com a seguinte ordem de trabalhos:

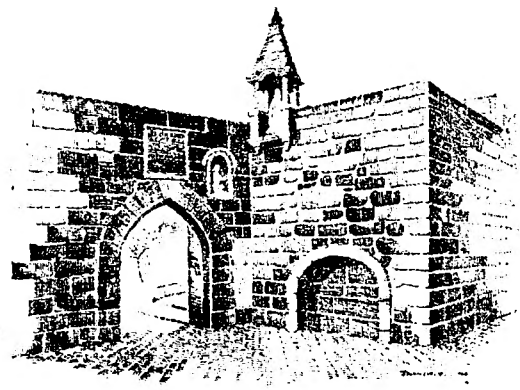
1. Análise da situação sindical actual.
2. Problemas de contratação colectiva de trabalho.
3. Funções do Delegado Sindical.

A DIRECÇÃO PROVISÓRIA

O Grande Ditador

Devido a compromissos de programação, em tempo assumidos, o filme «O Grande Ditador» — a notável criação de Charlie Chaplin — deixou de ser exibido no cinema Monumental.

Porém, em virtude do extraordinário acolhimento do público, o filme passará a exhibir-se, dentro de breves dias, no cinema Satélite.



DÃO

PORTA DOS CAVALEIROS

Colheitas seleccionadas

MÁQUINAS + GF + GEORGES FISCHER

PARA ROSCAR, CORTAR E CURVAR TUBOS

A. A. GONÇALVES FERREIRA, & C. LDA.

Rua dos Lusíadas, 50 - 1.ª Esq. — Telef. 64 31 21 — Lisboa

Aprecie
a verdadeira
cozinha portuguesa
e internacional
num miradouro
sobre Lisboa



GRILL D. FERNANDO

actuações à hora do jantar

Helder Reis no órgão Nóbrega à viola
A voz de Elsa Coimbra Chaínho na guitarra

HOTEL ALTIS

Rua Castilho, 11 — Lisboa 1 — Marcação: Telef. 44735 ou 560071/562491

DL/GERAL

0 caso do Liceu D. Leonor

PAIS DAS ALUNAS PROPÕEM-SE SERVIR DE INTERLOCUTORES

Pais e encarregados de educação das alunas do Liceu Rainha D. Leonor, reunidos em assembleia, e depois de terem tomado conhecimento das motivações da actual greve do ensino secundário e da proposta elaborada pelos alunos em reunião

geral, consideraram que «as suas filhas e educandas são pessoas responsáveis e, como tais, também devem intervir no processo de estruturação do ensino em Portugal».

Assim, e entre outras conclusões, decidiram rejeitar em absoluto «qualquer decisão que

implique a perda do ano por via disciplinar». Finalmente, propõem-se «servir de interlocutores para a resolução do presente problema e dos demais que se venham a levantar, não só com as alunas, mas também com todas as restantes partes interessadas».

Democratas de Campo Maior

Naturais de Campo Maior residentes em Lisboa, democratas atentos às realidades do País e da sua terra, decidiram concentrar-se no dia oito de Junho na Estrada Internacional junto ao desvio para o Vimeiro, para daí seguirem, em romagem, pelas estradas e caminhos que a Campo Maior conduzem. Alguma saudade, por que não. Mas acima de tudo a consciência do momento que passa. Aos campomaiorenses interessados, o número de um telefone: 91 34 04.

Serviço de extensão rural

Um grupo de técnicos agrícolas, sentindo profundamente o estado de conflagração a que se arrastou a nossa população rural, considera chegada a hora da criação de um Serviço de Extensão Rural. Para isso, pede sugestões que permitam elaborar as linhas mestras por que se deverá reger esse serviço, sendo sua intenção promover, mais tarde, uma reunião para estudo dos elementos recolhidos.

Essas sugestões podem ser enviadas para: Sociedade Portuguesa de Extensão Agrícola da Sociedade de Ciências Agrárias, Rua da Junqueira, 299 - Lisboa 3.

ENSINO E POVO

Continuação da pág. 3

à agricultura: Santarém e Évora, mas com índices de frequência muito baixos.

O nível de carências de quadros médios no país fazia-se sentir cada vez mais, mau grado as crises económicas sucessivas. Do ensino universitário, bem conhecemos o tipo de protecção que mereceu na formação do escol que permitiu aos fascistas oprimir o povo durante 48 anos, apesar da dura luta que os estudantes e alguns honrosos professores travaram para que as estruturas universitárias servissem o país. E a ele tivessem acesso sem peias, nem entraves, gentes de todas as camadas sociais. As grandes dificuldades postas à criação e desenvolvimento das faculdades e institutos ligados às ciências aplicadas foi notória. Vide o exemplo de como foi criado o Instituto de Ciências Económicas e Financeiras ou o Instituto Superior Técnico e as dificuldades e os entraves que sofreram para prosseguir a sua missão docente ao serviço do país. Aliás foi sobre estas duas escolas superiores que ultimamente mais se abateu a via do fascismo se estamos lembrados. Intervenções policiais constantes, encerramentos, demissão de professores, expulsão de alunos, etc... Isto tudo com o beneplácito de um ministro da Educação que ao mesmo tempo pregava uma «reforma» para acalmar o país que via a cada momento as possibilidades e as potencialidades dos seus filhos castradas e cerceadas.

A disseminação quase por cada distrito de um estabelecimento de ensino superior foi uma autêntica panaceia ao sabor das cunhas ou dos servilismos. Era preciso calar a boca das gentes!

A ninguém passava pela cabeça que tudo aquilo que se anunciava e decretava era para executar. Era um modo de entreter! — Disse creio eu. Quem o fazia, tinha consciência disso, pois jogava na facilidade, nos números e nos milhões de contos sonantes a investir. Era fácil? A demagogia escolhe sempre a facilidade.

E as transformações económicas, sociais e políticas, que consequentemente tinham de acompanhar e desenvolver-se com as mudanças anunciadas, essas não eram necessárias. A transformação das estruturas educacionais só por si resolveria o problema, como sempre se deu a entender. Como? Como podia isso acontecer? A alfabetização faz-se pela consciencialização das massas. Só uma pequena nota: mal foram decretadas as novas localizações dos estabelecimentos de ensino superior universitário e não universitário, logo aquelas que mereceram maior celebridade na instalação foram as novas universidades que em nada vinham alterar de imediato o panorama do nosso sistema educacional. Por aqui se viam as intenções do artista que as concebeu!

Nenhuma referência de significado mereceu o ensino pre-primário na «reforma», quando todos sabemos que é inexistente no país a não ser ao nível privado com significado em Lisboa e Porto, mas que é só privilégio de quem pode custear propinas tão elevadas.

Qualquer reestruturação do sistema educacional português tem que atender três pontos fundamentais:

1) Desenvolvimento imediato e prioritário do ensino primário e secundário, desenvolvendo-se neste caso a polivalência de estruturas.

2) Desenvolvimento adequado do ensino superior — universitário e não universitário (médio) com predominância deste; de acordo com as necessidades do país e de harmonia com o índice de prioridade apresentado no primeiro número.

3) Lançamento imediato, onde for mais viável, por existência de condições próprias do ensino pre-primário, com provável extensão futura a todo o país.

O tipo de transformações apresentado no âmbito do sistema educacional, deverá estar intimamente ligado a todas as transformações sociais, económicas e políticas que se venham a produzir, naquilo que será o novo Portugal livre, unido e democrático.

Não nos esqueçamos de que a «educação é um instrumento nas mãos da classe dominante que determina o seu carácter adequadamente aos interesses da classe, assim como o âmbito que abrange o ensino para a sua própria classe e para as classes oprimidas» diz-nos B. Suchocholski na sua teoria Marxista da Educação.

A nossa consciência de país da Europa com problemas totalmente distintos dos restantes países europeus deve-nos alertar para as vias de opções que devemos fazer. Não podemos ignorar as estruturas da nossa sociedade que nada tem de comum com as pátrias onde se instalou a civilização do «bem-estar», e as grandes transformações económicas, sociais, culturais e políticas a operar terão de escolher vias diferentes. Minimizá-lo seria um erro grave!

Trabalhadores do Banco de Portugal

Realiza-se uma reunião dos trabalhadores do Banco de Portugal (SEDE) na quinta-feira, 30 do corrente, às 21,30h, no Grémio dos Lojistas, para apreciação do projecto do seu caderno de reivindicações.

Por outro lado, efectua-se um plenário de todos os trabalhadores do Banco de Portugal em Coimbra nos dias 1 e 2 de Junho para análise de um caderno de reivindicações dos trabalhadores do B.P. à escala nacional.

AMENDOIM DE ISRAEL

GRADO
SABOROSO
NUTRITIVO

Com Amendoim de
Israel mais
VITALIDADE

THOMSON

CAMPANHA DOS SANTOS POPULARES

RÁDIOS
TELEVISORES
FRIGORÍFICOS
MÁQUINAS
DE LAVAR
ESTOFOS
ALCATIFAS
ETC.

BAIXOS PREÇOS
VENDAS A PRAZO ATÉ 24 MESES

BRINDES
EM TODAS AS COMPRAS
E AINDA A OFERTA
DO CÉLEBRE
BERIMBAU

ENTRE NA MARCHA
TOCANDO NO SEU
BERIMBAU



berimbau

PRAÇA DE ALVALADE, 17-D
(JUNTO À ESTATUA DE S.º ANTONÍO)
TELEF. 718849 - LISBOA

Protesto a propósito da manifestação no Largo da Estrela

Em carta que nos enviaram, alguns leitores lamentam que os participantes na manifestação da esquerda revolucionária no Largo da Estrela, em frente do Hospital Militar Principal, tivessem, a partir de certa altura, deixado o «mínimo de civismo e responsabilidade que se exige a qualquer cida-

dão que é e quer continuar a ser livre».

Esclarecendo a afirmação, aqueles leitores dizem que os manifestantes «perturbaram, durante toda a noite e com uma gritaria infernal, o sossego e o descanso absolutamente necessários aos doentes,

mais ou menos graves, interados naquele estabelecimento militar, bem como a todas as pessoas residentes nas suas proximidades, mesmo depois de lhes ter sido pedido que a manifestação fosse silenciosa, devido ao adiantado da hora».

GUIA INTERPRETE RECUPERA A CARTEIRA PROFISSIONAL

Na limpeza geral porque passam muitos sindicatos, também o das Guias-Interpretes não escapa à regra estando a ser sanadas muitas irregularidades anteriores. É o caso da associada Maria de Fátima A.A. Ferreira, actual componente da Comissão delegada aos trabalhos da Intersindical, e

que desde meados de 1970 deixará de pertencer ao Sindicato, de sua livre vontade, para exigir uma indemnização àquele organismo, então corporativo. O seu nome havia sido abusivamente trocado na lista de guias fornecida às Agências de Viagens com as consequências profissionais daí derivadas, co-

mo sejam ausência de contratos como «courrier».

A situação de Maria de Fátima A.A. Ferreira foi recentemente regularizada voltando à posse da carteira profissional sendo os telefones 42016 e 52742 estabelecidos como contactos profissionais com as Agências.

Homologado o contrato dos têxteis

O ministro do Trabalho homologou, a pedido dos sindicatos interessados, o contrato colectivo de trabalho para os profissionais de escritório e equiparados do sector de exportadores têxteis.

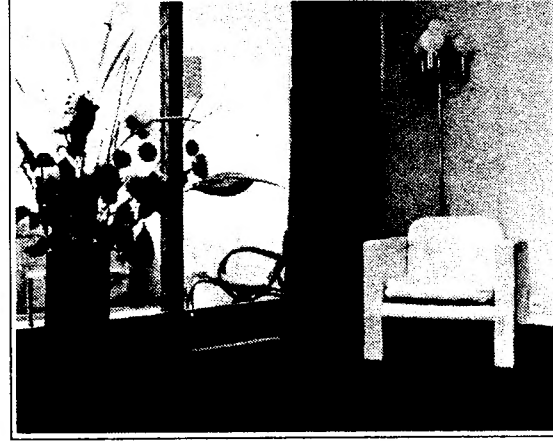
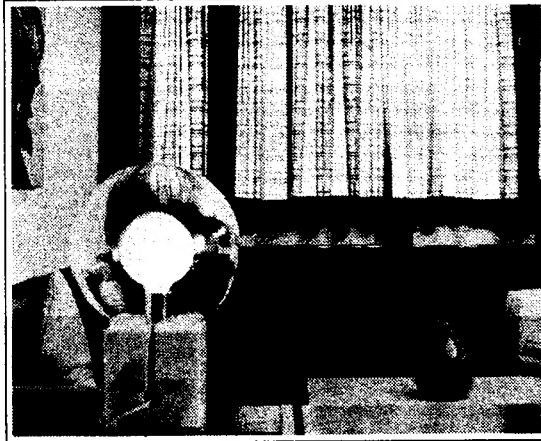
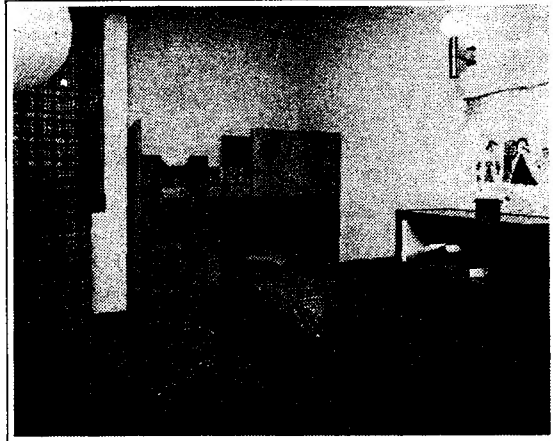
O novo contrato estabelece, designadamente, retribuições mínimas com efeitos retroactivos a partir de 1 de Janeiro último, acrescidas de diuturnidades uma duração de trabalho de 35 horas por semana, férias de 18 e 26 dias úteis, com subsídio respectivamente, de 75 por cento e 100 por cento da remuneração mensal e subsídio de Natal equivalente a um mês de vencimento.

Aniversário dos Pupilos do Exército

A Associação dos Pupilos do Exército comemora no dia 2 de Junho o 42.º aniversário da sua fundação, com o seguinte programa: às 10 e 30, homenagem ao fundador do Instituto, general António Xavier Correia Barreto, com a deposição de uma palma de flores no seu túmulo, no Cemitério dos Prazeres; e às 13 horas, almoço de confraternização nas instalações da 1.ª Secção do Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército.

REUNIÃO DOS MODELOS DE PUBLICIDADE

Com o objectivo de tratar assuntos referentes aos seus interesses profissionais, entre eles a integração sindical, os modelos de publicidade e de moda promovem uma reunião nas instalações do Sindicato dos Bancários (Rua de S. José 131), amanhã quarta-feira, às 21 horas. Os elementos promotores desta reunião, que visa encontrar os processos necessários para o reconhecimento de uma profissão que até agora não tem usufruído de quaisquer direitos nem segurança no trabalho, solicitam portanto a comparência de todos os modelos na referida reunião.



É hora de levantar ...

... os miúdos acordam primeiro, depois os mais crescidos e com eles acorda a casa.

Todos se preparam para a vida intensa de um novo dia que começa. A casa desdobra-se numa oferta múltipla de utilizações para atender às necessidades dos seus habitantes.

Durante todo o dia a casa conserva intacta a sua vocação de universo vivo concebido para a função habitar.

A casa oferecendo-se em comodidade e conforto, proporcionando aos seus habitantes uma sensação de intimidade acolhedora de alegria e bem-estar.

TORRES DE ALFRAGIDE — VISITE OS ANDARES MODELO

Projecto de Conceição Silva, Projectos e Planeamento, S.A.R.L.

Construção GC — Gestão e Coordenação, S.A.R.L.

Torres de Alfragide / Edifício Aquário / Setúbal

URBE

SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS URBANOS SARL

**MAIS QUE UMA CASA
UM MODO PRIVILEGIADO DE VIDA**



DL/NACIONAL

COLÓQUIO COM MIGUEL URBANO RODRIGUES

Realiza-se hoje, 3.ª feira, pelas 21.30 h., na sede do Sindicato dos Professores, Rua das Gaivotas, 6, um colóquio sobre «Problemas socio-políticos na América Latina: opções da revolução», que será orientado pelo escritor Miguel Urbano Rodrigues, e para o qual são convidados todos os professores da zona de Lisboa.

A POSIÇÃO DO NOVO GOVERNO FACE AO PROBLEMA AFRICANO

-teor da conferência do bispo de Nampula com o Papa

Numa audiência que durou cerca de meia hora, o Papa Paulo VI recebeu o bispo da diocese de Nampula, D. Manuel Vieira Pinto, expulso de Moçambique pelas autoridades do antigo regime, por ter condenado alegados massacres cometidos naquele território.

Segundo a Reuter, a visita deste prelado coincide com o funcionamento em Roma de uma comissão de inquérito das Nações Unidas às «ale-

gadas atrocidades praticadas por tropas portuguesas em Moçambique».

O bispo, que anteriormente ao 25 de Abril esteve sob prisão domiciliária, antes de partir para Roma, teve conversações com o general Spínola e com o ministro dos Negócios Estrangeiros.

Segundo se afirmou na Santa Sé, D. Manuel Vieira Pinto informou o Papa das actuais opiniões do novo Governo,

a respeito dos territórios africanos, tendo este exprimido «a sua afeição e a sua estima ao visitante», que lhe apresentou o seu secretário, o padre João Cabral, igualmente expulso de Moçambique.

ENFERMAGEM Suspensos exames de Estado

Pela Secretaria de Estado da Saúde foi enviado ao Conselho de Ministros, para apreciação, um decreto-lei que extingue os exames de Estado nas escolas de enfermagem do País.

Os referidos exames, que deveriam iniciar-se no dia 1 de Junho, consideram-se desde já suspensos, até aprovação daquele decreto-lei.

Grémios dissolvidos

PORTO — Em reunião magna, os associados do Grémio dos Industriais de Cartonagem e Correlativos do Norte, aprovaram as seguintes deliberações:

Que seja extinto o Grémio; que se constitua uma asso-

ciação dos industriais de cartonagem, subscritos, sacos de papel e correlativos do Norte, que; enquanto não se proceder a substituição formal se nomeie uma comissão directiva instaladora da nova associação, que terá a sede, receitas, património e serviços do grémio.

A esta associação deve presidir a iniciativa e livre adesão das empresas, sem tutelas estatais ou pressões económicas.

QUEREM SER FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Os trabalhadores dos organismos de coordenação económica querem ser considerados funcionários públicos. A sua pretensão foi comunicada à Junta de Salvação Nacional, ao ministro da Coordenação Económica e à Junta Nacional da Marinha Mercante. «Queremos ser funcionários públicos» — acentuaram de viva voz os mencionados trabalhadores.

A decisão foi tomada numa assembleia geral dos delegados de todos os organismos de coordenação económica, que congregam seis mil trabalhadores. Além do reconhecimento legal expresso da qualificação de funcionários públicos, com os direitos daí decorrentes, decidiram exigir que as suas reservas económicas transitem da Caixa Nacional de Pensões para a Caixa Geral de Aposentações.

As reivindicações dos trabalhadores são fundamentadas em acordãos do Supremo Tribunal Administrativo, pareceres da Procuradoria-Geral da República e outras disposições legais.

Comissão do P.S. para a agricultura

A Comissão Técnica de agricultura do PS promove amanhã, dia 29 de Maio, na Ordem dos Engenheiros, em Lisboa, o primeiro de uma série de colóquios subordinados ao tema «Medidas Urgentes Para a Reestruturação do Sector Agrícola». Neste colóquio participarão Lopes Cardoso, Mendes Espada, Dantas Teixeira e J. Guerra, que tratarão, respectivamente, de arrendamento, crédito e grandes regadios.

CASAS ALUGAM-SE
novas e/ou 2 e 3 assoalhadas
próx. da estação de Ceiras
Tratar c/ **SILVA COITO**
na
R. Gregório Lopes, L. 1512
(Junto à Av. das Descobertas (Restelo))

FILMES CASTELLO LOPES 50 apresenta



Os mais célebres realizadores

CLAUDE LELOUCH

(OS VENCIDOS)

MILOS FORMAN

(O DECATO)

ARTHUR PENN

(OS QUE VÃO MAIS ALTO)

JURI OZEROV

(O COMECO)

MICHAEL PFLEGHAR

(AS MULHERES)

MAI ZETTERLING

(OS MAIS FORTES)

KON ICHIKAWA

(OS MAIS RÁPIDOS)

JOHN SCHLESINGER

(OS QUE VÃO MAIS LONGE)

filmaram para si o que Munique não viu!

VENCEDORES E VENCIDOS

(VISIONS OF EIGHT)

UM MOMENTO FANTÁSTICO NA HISTÓRIA DO CINEMA!

Brevemente



Para todos

Oxford

O NOVO CINEMA DE CASCAIS
AV. J. F. ULRICH - TEL. 280048

(AR CONDICIONADO)

SESSÕES ÀS 15.30—18.30 e 21.45 H.

THAMARA JOURNEN • PHILIP GATTON
Cleopatra Jones

PAINTVISION TECHNICOLOR
GRUPO D-18 ANOS



3.ª SEMANA — AGORA, SÓ NO CINEMA ROMA

NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS



O DIREITO DE AMAR

EASTMANCOLOR

TALMA FILMES

FILMES CASTELLO LOPES 50 apresenta

Fresca, brejeira, irreverente...
Uma sueca dos demónios!

CHAMARIZ DE SAÍAS

(THE DECOY BIRD)

com LOUISE EDLIND · TORSTEN WAHLUND · SIV ERICKS

Realização de TORGNÝ WICKMAN

UMA LUFADA DE ALEGRIA NO ÉCRAN!

VERSÃO INTEGRAL

2ª semana

Interdito a menores de 18 anos



COLORIDO

DI/NACIONAL

Reunião de trabalhadores de bibliotecas, arquivos centros de documentação e museus

Na Biblioteca Nacional, efectua-se na próxima quinta-feira, às 18 horas, uma assembleia magna de todos os trabalhadores de bibliotecas, arquivos, centros de documentação e museus, com vista ao estudo dos problemas relacionados com a criação de um organismo e à eleição de uma comissão pró-sindicato representativa dos delegados eleitos democraticamente. A comissão destina-se a recolher e a apresentar por escrito propostas concretas discutidas e aprovadas na base, a fim de serem submetidas a uma próxima assem-

bleia geral para debate e votação.

Para esta reunião espera-se a comparência do maior número de trabalhadores, a todos os níveis. Todavia, de acordo com o que ficou aprovado na reunião efectuada no dia 16, a delegação de cada organismo ou grupo de organismos deve ser constituída, no máximo, por três representantes eleitos pelo pessoal auxiliar, médio e superior, respectivamente, cabendo a essas delegações o direito de voto pelos organismos que representam.

Os seguros dizem não às reivindicações isoladas

A direcção do Sindicato dos Seguros de Lisboa fez o seguinte apelo aos seus associados:

«Chegou ao conhecimento desta direcção que em muitas companhias se estão a fazer reivindicações de carácter monetário, que se consideram, neste momento, profundamente

inoportunas e até lesivas dos interesses dos trabalhadores.

«Assim, solicita-se a todos a suspensão de tais reivindicações até ao devido conhecimento do assunto a fazer na assembleia geral a realizar no próximo dia 21 do corrente.

Duzentos mil comerciantes exigem o saneamento da Previdência

Na sequência de uma assembleia de comerciantes, destinada ao estudo da reorganização da sua Caixa de Previdência, foi enviado pela comissão então eleita um telegrama ao ministro dos Assuntos Sociais onde pedem a imediata suspensão da direcção daquele organismo e a consequente nomeação de uma comissão

administrativa interina. Esta deverá funcionar até à eleição democrática de uma nova direcção composta apenas por comerciantes.

Os 200 000 comerciantes nacionais esperam que se criem, por todo o País, comissões que fortaleçam o seu processo reivindicativo.

SATISFEITAS AS REIVINDICAÇÕES DA REDACÇÃO DA "FLAMA"

A Redacção da «Flama» conseguiu o acordo da Administração para todas as suas reivindicações. A situação ficou ontem à tarde resolvida, tendo sido emitido um comunicado conjunto da Redacção e Administração, que diz o seguinte:

«Após quatro dias de paralisação total do trabalho (das 18 horas de quinta-feira, 23 de Maio de 1974, até às 18 horas de segunda-feira, 27 do mesmo mês), a Redacção e a Administração da «Flama» acordaram em todos os pontos que faziam parte do caderno de reivindicações anteriormente apresentado pela Redacção.

«Deste modo, estão assegurados os princípios que os jornalistas reunidos em assembleia magna, no dia 7 do corrente, decidiram,

com base em espírito democrático e intenção de garantir uma informação livre, isenta e objectiva.

«A Redacção, a Direcção e a Administração garantiram, portanto, independência na orientação e conteúdo da revista, numa conjugação de esforços que lhe permita e assegure constante melhoria.

«No que respeita aos vencimentos, foram satisfeitos as actualizações previstas no Contrato Colectivo de Trabalho dos Jornalistas que entrou em vigor no passado dia 1 de Maio. Também ficou assegurada a sindicalização de todos os jornalistas ao seu serviço, logo que seja promulgado o estatuto para a imprensa não diária salvaguardando-se aos profissionais os direitos já adquiridos.»

IMOPENIM-IMOBILIÁRIA PENINSULAR, SARL

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas:

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias vem o conselho de administração submeter à vossa apreciação as contas relativas ao exercício de 1973.

Contrariamente ao que tinha sido programado não foi possível concretizar durante este exercício os planos previamente estabelecidos.

Os problemas surgidos impediram um desenvolvimento da actividade pelo que a mesma se manteve praticamente ao nível do ano transacto.

Foi possível, no entanto, reduzir o prejuízo do exercício a um valor mínimo que propomos transite para o ano seguinte.

Por último desejamos manifestar o nosso agradecimento ao Fiscal único pela colaboração prestada.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 1974

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Fundinveste-Sociedade de Investimentos, Estudos e Gestão, SARL representada por
Eng.º Fernando Manuel Costa de Moraes
Administradores
Solconfor-Investimentos Financeiros, SARL representada por
Dr. Juan Francisco Hernandez de Armijo
Simol-Investimentos Financeiros, SARL representada por
Sr. Manuel Fernandez Navas

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

ACTIVO		PASSIVO	
DISPONIBILIDADES		DÉBITOS A CURTO PRAZO	
Caixa	10 068\$50	Fornecedores	20 000\$00
Bancos	30 129\$00	Credores	560 150\$00
	40 179\$50		580 150\$00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
Cientes	75 000\$00	CAPITAL E RESERVAS	
IMOBILIZAÇÕES		Capital	1 250 000\$00
Desp. 1.º Estabelecimento ..	51 883\$40	Prejuízo do exercício anterior	1 250 000\$00
Amortizações	25 936\$60		8 345\$90
	25 946\$80		1 241 654\$10
Part. Outras Sociedades ..	1 675 000\$00	RESULTADO	
	1 700 946\$80	Resultado do Exercício	5 659\$80
	1 816 144\$30		1 235 994\$30
CONTAS DE ORDEM			1 816 144\$30
Titulos recebidos em caução	30 000\$00	CONTAS DE ORDEM	
Devedores acções depositadas	10 000\$00	Responsabilidade p/ titulos recebidos em caução	30 000\$00
	40 000\$00	Acções depositadas em caução	10 000\$00
			40 000\$00

O Balanço foi assinado por: Eng.º Fernando Manuel da Costa de Moraes
As contas e o Balanço foram aprovadas em 30 de Março de 1974

A ADMINISTRAÇÃO
IMOPENIM
IMOBILIÁRIA PENINSULAR, S.A.R.L.

O TÉCNICO DE CONTAS
Dr. Álvaro Luís da Silva Domingues

DESDOBRAMENTO DA CONTA «RESULTADOS DE EXERCÍCIO» EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

DÉBITO		CRÉDITO	
AMORTIZAÇÕES	17 292\$80	RENDIMENTOS FINANCEIROS	233\$80
IMPOSTOS E TAXAS	473\$50	RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO	135 000\$00
SERVIÇOS E FORNECIMENTOS DO EXTERIOR	111 557\$20	RESULTADOS DE EXERCÍCIO	5 659\$80
OUTROS GASTOS DE GESTÃO	11 570\$10		
	140 893\$60		140 893\$60

As contas e o Balanço foram aprovadas em 30 de Março de 1974

O TÉCNICO DE CONTAS
Dr. Álvaro Luís da Silva Domingues

A ADMINISTRAÇÃO
IMOPENIM
IMOBILIÁRIA PENINSULAR, S.A.R.L.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Srs. Accionistas:

Durante o ano de 1973, e em conformidade com a lei comercial e os estatutos e na minha qualidade de fiscal único da Sociedade, procedi à regular verificação dos livros selados e outros registos contabilísticos, tendo sempre encontrado tudo na mais perfeita ordem e exactidão.

Assim, dando cumprimento às disposições do Decreto-Lei n.º 49381, de 15 de Novembro de 1969, alterado em parte pelo Decreto-Lei n.º 648/70, de 28 de Novembro, verifiquei com periodicidade os livros e os demais elementos contabilísticos postos à minha disposição, tendo encontrado sempre tudo na melhor ordem. Da parte do Conselho de Administração recebi sempre com prontidão respostas às perguntas solicitadas e bem assim todos os esclarecimentos pedidos no exercício da minha função.

Analisando o relatório do Conselho de Administração e o balanço e contas referidos a 31 de Dezembro de 1973, verifiquei que estes elemen-

tos satisfazem as disposições legais estatutárias, assim como os créditos valorimétricos adoptados conduzem a uma correcta avaliação do património e determinação dos resultados.

Como conclusão é meu parecer:

- Que sejam aprovados, balanço e contas da administração referentes a 1973;
- Que seja aprovada a aplicação dos resultados conforme é proposto pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovado um voto de muito merecido louvor ao Conselho de Administração pela competência, zelo e dedicação demonstrados na gestão da Sociedade.

Lisboa, 13 de Março de 1974

O Fiscal Único
José David Martins

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS TRABALHADORES CIENTÍFICOS

Uma comissão que resultou de uma reunião de trabalho com o objectivo de promover a constituição de uma Associação Portuguesa dos Trabalhadores Científicos convoca os interessados para o dia 28 de Maio próximo, às 21.30 horas, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (anfiteatro).

A Associação destina-se a agrupar todas as pessoas vinculadas por qualquer forma à utilização, divulgação, transmissão

ou à pesquisa de conhecimentos científicos, considerando estes distribuídos desde as ciências exactas até às ciências sociais e humanas.

Através da Associação pretendem-se garantir o exercício dos direitos individuais e colectivos expressos na Declaração dos Direitos dos Trabalhadores Científicos (aprovada em Paris, UNESCO, 1/5/79) e que são de natureza sindical, profissional e social; pugnar pelo estabeleci-

mento de uma política científica, pela boa utilização da ciência, evitando que ela seja usada contra os interesses da Humanidade e contribuir para a manutenção da Paz e para a redução da tensão internacional através da cooperação científica

internacional e outras formas.

A ordem de trabalhos proposta é a seguinte:

- Definição de objectivos e constituição de uma Comissão Promotora da Associação.
- Formação de grupos de trabalho.

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido por Manuel Rosa, R. Dr. Manuel S. Barreiro, FIGUEIRO DOS VINHOS

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido no Café Cura, Rua da Beilavista, Lote 1 PINHEIRO, 22 LOURES

SOCIEDADE DE CAFÉS

1.º DE DEZEMBRO

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,
Durante o ano de 1973 e como é do conhecimento de todos, foi esta empresa transformada em Sociedade anónima, pelo que é a primeira vez que nos dirigimos a V. Exas para apresentação do relatório e respectivas contas.

Embora a Sociedade de Cafés 1.º de Dezembro tenha muitos anos de actividade explorando o conhecido Café Nacional, pode-se dizer que 1973 é um ano especial não só pela transformação em sociedade anónima mas sobretudo pelas novas ideias existentes sobre a exploração do seu ramo de actividade coincidentes com a mudança de accionistas e consequentemente de Corpos Gerentes, o que se verificou no decorrer do 2.º semestre.

Os projectos entretanto iniciados englobam a instalação de um restaurante, uma «cafeteria» e um «self-service», todos concebidos de acordo com a técnica mais evoluída e em que houve a preocupação arquitectónica de sua completa integração no edifício existente. Teve-se assim presente tanto quanto possível a tradição desta casa ao longo dos anos.

O projecto do conjunto foi entretanto apresentado oficialmente e já mereceu a aprovação do SNI aguardando-se agora unicamente a licença camarária cuja obtenção se prevê para breve.

Foi entretanto requerida a concessão de utilidade turística para este empreendimento e solicitado um crédito ao Fundo de Turismo para apoio ao importante investimento previsto.

Iniciaram-se já os contactos com os fornecedores dos principais equipamentos de modo a se poderem firmar as respectivas encomendas no mo-

mento óptimo e permitir assim a inauguração deste complexo no mais curto prazo possível.

A sua breve abertura parece-nos do maior interesse dada a necessidade palpável deste tipo de instalações na zona onde está situada e não só para utilização pelas pessoas que se servem desta área da cidade mas também para o número sempre crescente de turistas que visitam Lisboa e que tão interessados estão neste tipo de restaurantes dada a expansão que os mesmos têm nos seus países.

Parece-nos oportuno referir o estuendo apoio que temos tido da Sociedade Organizações Manilas Zamorano, que tão intensamente tem colaborado connosco na realização dos estudos e nos contactos já efectuados, colaboração essa que se prevê, nas fases seguintes de instalação e funcionamento, continue a processar-se nos mesmos moldes.

O resultado do exercício traduz a transformação operada na sociedade e propõe-se que o mesmo seja transferido para o ano seguinte.

A terminar queremos significar o nosso apreço e reconhecimento aos digníssimos membros do Conselho Fiscal pelo trabalho realizado.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 1974

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente-Organização Manilas Zamorano-Estudos e Investimentos Financeiros, S.A.R.L., representada por eng. Fernando Manuel Costa de Moraes, dr. Juan Francisco Hernandez de Armijo, Manuel Fernandez Navas.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

ACTIVO		PASSIVO	
DISPONIBILIDADES		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
Caixa	14 228\$41	CAPITAL E RESERVAS	
IMOBILIZAÇÕES		Capital	7 000 000\$00
Instalações e Remodelações	4 753 223\$37	RESULTADOS	
Amortizações	280 688\$00	Ganhos e Perdas	2 205 621\$32
	4 472 535\$37		4 794 378\$68
Trespasse e Privilégio	340 683\$90		
Amortizações	34 069\$00		
	306 614\$90		
Depósitos em Caução	1 000\$00		
	4 794 378\$68		

O Balanço foi assinado por:
Eng.º Fernando Manuel Costa de Moraes
As contas e o balanço foram aprovadas em: 30-Março-1974
A ADMINISTRAÇÃO
SOCIEDADE DE CAFÉS 1.º DE DEZEMBRO, S.A.R.L.

O TÉCNICO DE CONTAS
Dr. Álvaro Luís da Silva Domingues

DESDOBRAMENTO DA CONTA LUCROS E PERDAS — 1973

RESULTADO DA EXPLORAÇÃO DO EXERCÍCIO	1 249 183\$59	PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	2 205 621\$32
PERDAS EXCEPCIONAIS			
Menos Valias de alienação do imobilizado	956 437\$73		
	2 205 621\$32		2 205 621\$32

As contas e o balanço foram aprovadas em: 30/3-1974

O TÉCNICO DE CONTAS
Dr. Álvaro Luís da Silva Domingues

SOCIEDADE DE CAFÉS 1.º DE DEZEMBRO, S.A.R.L.
(Ilegível)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Srs. Accionistas:

Durante o ano de 1973, e em conformidade com a lei comercial e os estatutos e na minha qualidade de fiscal único da Sociedade, procedi à regular verificação dos livros selados e outros registos contabilísticos, tendo sempre encontrado tudo na mais perfeita ordem e exactidão.

Assim, dando cumprimento às disposições do Decreto Lei n.º 49381, de 15 de Novembro de 1969, alterado em parte pelo Decreto Lei n.º 648/70, de 28 de Novembro, verifiquei com periodicidade os livros e os demais elementos contabilísticos postos à minha disposição, tendo encontrado sempre tudo na melhor ordem. Da parte do Conselho de Administração recebi sempre com prontidão respostas às perguntas solicitadas e bem assim todos os esclarecimentos pedidos no exercício da minha função.

Analisando o relatório do Conselho de Administração e o balanço e contas referidos a 31 de Dezembro de 1973, verifiquei que estes elementos satisfazem as disposições legais estatutárias, assim como os critérios

valorimétricos adoptados conduzem a uma correcta avaliação do património e determinação dos resultados.

Como conclusão é meu parecer:

- Que sejam aprovados, balanço e contas da administração referentes a 1973;
- Que seja aprovada a aplicação dos resultados conforme é proposto pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovado um voto de muito merecido louvor ao Conselho de Administração pela competência, zelo e dedicação demonstrados na gestão da Sociedade.

Lisboa, 13 de Março de 1974
O Conselho Fiscal

Dr. Carlos Baptista da Silva, eng. Francisco Morgado Pathavá, sr. Carlos Alberto Castro Pereira.

SOBRE UMA FICHA SEM FOTO

Conheci o António das Cantigas vai para dois anos, andando pelo interior do Alentejo, em serviço deste jornal. Era (e será?) um daqueles engraxadores que servem de bobos a quem está disposto ao riso dos tiques e nervos de cada um.

O António sentava-se em baixo, aos pés de quem queria engraxar e, naquele café de Portalegre, começava o holocausto dos actuais governantes (à altura) e dos ex, entre os quais Salazar. Era um desfiar de anedotas, com a cabeça sempre oscilante, nunca parando e mesmo as mãos vincando as palavras num arrazoado de doença.

Ferozmente, as palavras dilaceravam o corpo da memória e (ou) do prestígio de cada um desses homens que frequentemente passavam pela televisão de tesoura na mão ou com o garfo a caminho da boca. O riso vincava cada anedota, fosse ela pura de escárnio ou profundamente porno.

— O António olha que este senhor é da pida — disse-lhe, então um dos meus acompanhantes, para me mostrar a reacção.

Os olhos brilharam-lhe. A cabeça no eterno bambolear não mostrou temor. Mas parou imediatamente o rio de anedotas. E depois explicou-me:

— O senhor não é, de certeza. Mas da outra vez eles foram muito malandros. Veja só que por causa de uma anedotazinha do Salazar, me tiveram lá uma noite e um dia.

Os diligentes «escriturários» da nossa ex-polícia-política, apertaram com o António. Quiseram saber quem tinha contado, naquele café de província, tanta e tanta coisa sobre os seus heróis. António foi irredutível. Que não sabia, que tinha sido um caixeiro viajante.

A determinada altura, os agentes terão concluído que era escusado. Daí o início dos trâmites para a soltura. Pois se o António não tinha ficha era necessário fichá-lo. Nome, idade, etc. Foto.

— Para quieto com a cabeça.

E António não parava. A doença não deixava. E, assim, aconteceu uma ficha talvez inédita, se chegou a ser concluída. Perante a estupefacção dos cães de fila.

ROGÉRIO VIDIGAL

Sindicância instaurada à S.E.I.T. e ao Fundo de Turismo

Por despacho do ministro da Comunicação Social e do secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo foi ordenada a instauração de sindicância acerca do funcionamento da extinta Secretaria de Estado da Informação e Turismo e do Fundo de Turismo.

Para o efeito, foram enviados editais aos Governos civis do Continente e aos Governos dos distritos autónomos das Ilhas Adjacentes, e dada comunicação aos órgãos da Informação convidando todas as pessoas que tenham razão de queixa ou de agravo contra o regular funcionamento dos serviços indicados, para se apresentarem ao sindicato nomeado, no Ministério da Comunicação Social, edifício do Palácio Foz, durante as horas normais de serviço no prazo de 30 dias.

Foi nomeado sindicante o juiz de Direito do 6.º Juízo Correcional da Comarca de Lisboa, dr. Fernando Amândio Ferreira, que escolheu para seu secretário o subinspector da Polícia Judiciária, José Bagorri Pais.

Pelo sindicante foram também já requisitados, como técnicos financeiros, os drs. Albino Valente, da secção de Finanças da Câmara Municipal do Porto, e João Manuel Pires, inspector-técnico da Inspeção-Geral de Finanças, e como técnico de investigação o agente de 1.ª classe da Polícia Judiciária, Isidro António Vaz Basofa.

Prevê-se, no entanto, com vista a uma investigação profunda e rápida dos serviços sindicados, a requisição de outros técnicos.

Os bailarinos da Gulbenkian querem dançar para o povo

Os bailarinos do Grupo Gulbenkian de Bailado endereçaram à directora do Serviço de Música da Fundação Caluste Gulbenkian, Madalena de Azeredo Perdigão, o pedido de poderem dançar para o povo, o que se traduz também «numa atitude de solidariedade para com o esforço dos trabalhadores sindicais» e cuja receita reverterá a favor do Sindicato que os representa.

«Visto atravessarmos momento importante na consciencialização de todos os portugueses no que respeita aos deveres de cidadã (prosssegue a missiva que é subscrita pelos elementos do Grupo de Bailado); em virtude de, sendo agora possível, após o 25 de Abril, apresentar o Ballet de Maurice Béjart ao público português de-

pois dos acontecimentos ocorridos anos atrás com essa mesma companhia (e que proporcionaram a esta personalidade «uma muito avultada publicidade internacional») — vimos nós, artistas portugueses, propor que a Fundação Gulbenkian na celebração dos presentes acontecimentos nacionais, nos deixe a nós, portugueses, dançar para o povo.»

Recordam também que se algumas reivindicações os artistas bailarinos e coreógrafos têm a fazer, terão em primeiro lugar que reivindicar de uma maneira precisa a sua participação no reconhecimento internacional de uma cultura portuguesa — e «essa cultura só é possível quando cultivarmos o povo».

Astróloga
Bertine

Aconselha e ajuda a resolver com êxito todos os problemas difíceis sua vida.

Só Senhoras. T. 768316.

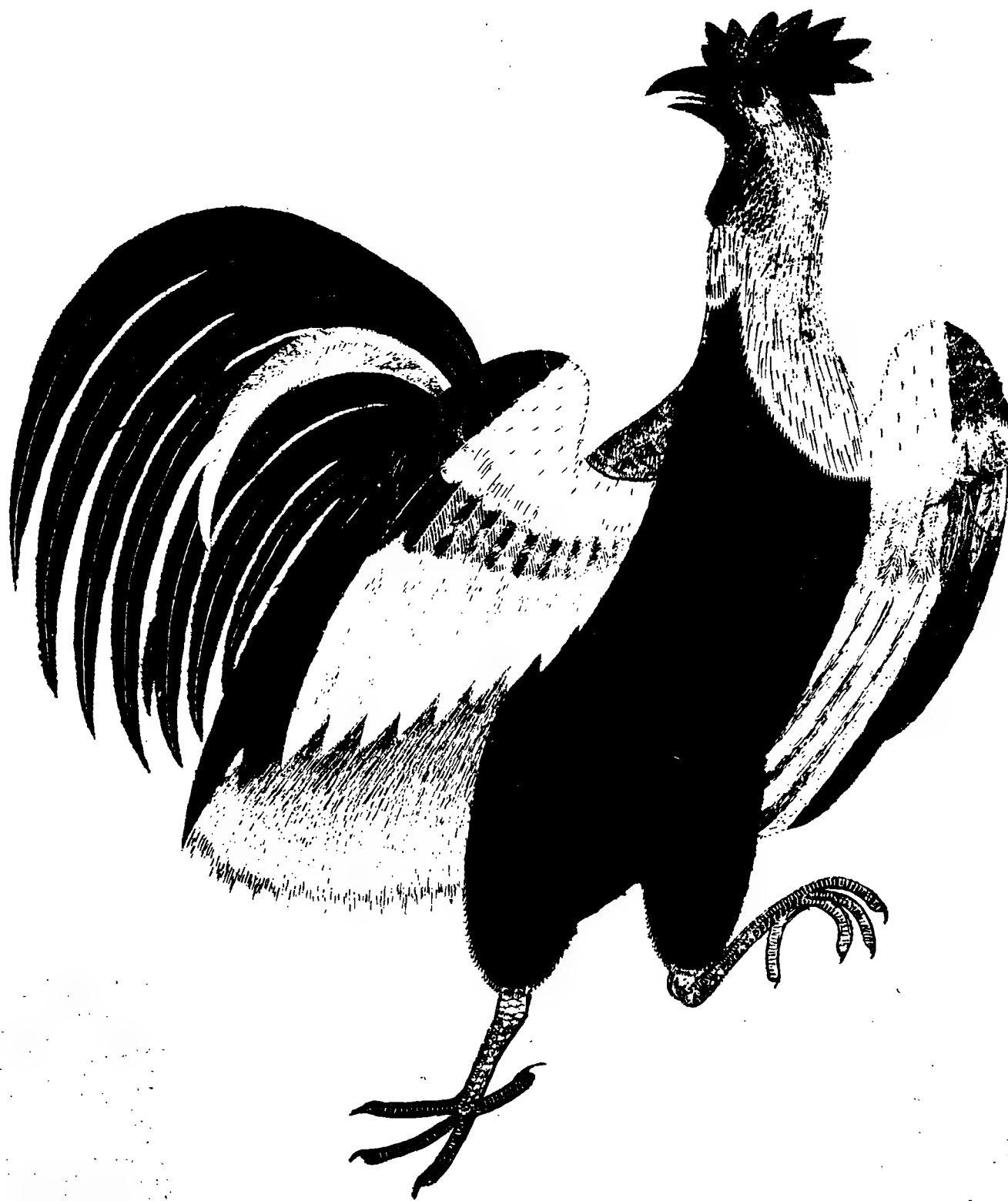
SINDICATO DOS ESCRITÓRIOS DE LISBOA

Convidam-se os empregados de escritório (dois nomáximo) que façam parte das Comissões de Empresa que já estejam formadas para uma reunião de trabalho a realizar na terça-feira, dia 28, às 21 e 30, na Rua do Alecrim, 46-1.º, para análise das acções desenvolvidas e seus resultados.

A DIRECÇÃO PROVISÓRIA

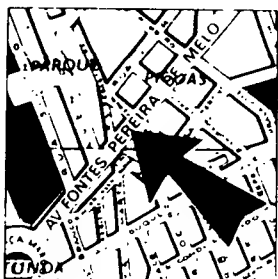
Exposição em Faro

Na Galeria Ossónoba, em Faro, é inaugurada hoje, às 21 e 30, uma exposição do jovem pintor Francisco Alvito, que estará patente ao público todos os dias das 10 às 14 e das 16 às 20 horas, até 4 de Junho.



Bip

ao serviço do País



Bip

UM BANCO COM MUITO PARA FAZER (CONSIGO!)

DL/NACIONAL

DEZ ANOS NO TARRAFAL (1)

UM BARCO DE PRESOS POLÍTICOS ATÉ ANGRA DO HEROISMO EM 1933

«Em 1932 sou um jovem comunista. Tinha, então, dezassete anos». A serenidade das palavras, José Gilberto Florindo de Oliveira junta o esforço de não atrair os factos e de retirar-lhes os aspectos fáceis da emoção. Preso por três vezes pela polícia política, seria levado para o Tarrafal onde permaneceu dez anos. Mais do que a história pessoal de um ex-presos político, a entrevista de Gilberto de Oliveira dá-nos elementos para a compreensão da história de uma época que corresponde ao período áureo do fascismo português, para a compreensão do Partido Comunista Português de então, e, de modo especial, dá-nos uma imagem do campo de concentração do Tarrafal. Nem só a Alemanha nazi os teve: Salazar não se esqueceu também desse exemplo hitleriano. Gilberto de Oliveira testemunha. Para que conste

para um calabouço do Governo Civil.

O Governo Civil era na época uma prisão política e de delinquentes comuns. Se não erro, eram oito calabouços, sendo seis ocupados por malta do Partido. O calabouço onde

missão Inter-Sindical (comunista), e de alguns sindicatos independentes destas organizações.

Nesta altura — diz-nos Gilberto de Oliveira — a classe operária procurou reagir ao referido decreto. O partido sugu-

Entrevista de JOSÉ A. SALVADOR

Foto de RUI PACHECO

estive tinha lotação para nove homens. Chegamos a lá estar vinte, ou mais. Dormíamos no chão. Não tínhamos condições higiénicas, e uma ocasião matamos os percevejos com um

re a greve, e estabelece a unidade com a C.G.T., que exercia especial domínio no Algarve, Setúbal e Lisboa. A greve geral é desencadeada em 18 de Janeiro de 1934. O secretário-geral do P.C. é Bento Gonçalves, embora o responsável directo pela parte sindical seja José de Sousa.

No interior da prisão toma-se conhecimento do grande movimento de massas a que se assistiu. Em alguns locais esse movimento assume formas violentas.

O povo da Marinha Grande assaltou o posto da G.N.R., e durante três dias assenhoreou-se da vila. Foi o Soviete da Marinha Grande que se reveste de características partidárias.

Durante o mês e meio que esteve nos calabouços do Governo Civil, o nosso interlocutor tomou parte em diversas manifestações de protesto contra as condições a que estavam sujeitos na prisão.

Cantávamos um estribilho entre o qual introduzíamos quadras feitas espontaneamente contra a alimentação, contra as condições higiénicas, contra os guardas, contra o oficial de serviço, contra a PIDE, etc.

«Quando eu morrer / não quero choro nem vela / quero uma fita amarela / gravada com o nome dela.» Esta a quadra-estribilho que introduzia a força dos protestos, e expressava a unidade dos presos. O canto colectivo valeu ao nosso interlocutor mais de sessenta dias de incomunicabilidade, desta vez num posto da PSP em Caselas. Fim do castigo, é levado para o Aljube, onde à chegada é alvo de significativa recepção por parte dos outros presos. «Eu era já um perseguido na própria prisão.» E continuou aí a sê-lo: — a alegria dos companheiros à chegada, vista por um guarda, deu direito à ocupação de uma sala de castigo — a 2A.

UM COMBOIO DE PRISIONEIRO ATÉ PENICHE

A surpresa maior para Gilberto de Oliveira viria dois dias depois.

Foram-me buscar à noite e metem-me na penitenciária. Nessa madrugada levam-me para um camião junto com outros.

Continuamos em 1933, agora em Novembro. Sob o escuro da noite formava-se um sinistro comboio de camiões: — cada viatura levava oito presos políticos, vigiados por quatro elementos da GNR. Era um autêntico comboio com o percurso policiado até Peniche. Na

maçarico. Misturavam-nos com detidos de transição (desordeiros, bêbedos, etc.). Tínhamos visitas todos os dias no corredor que dava para os próprios calabouços, e diante das grades chegavam a juntar-se vinte e trinta familiares dos presos.

O SOVIETE DA MARINHA GRANDE

Estamos em fins de 1933. As prisões estão cheias de presos por motivos políticos. E o período áureo do fascismo que se prolonga até ao final da Segunda Guerra Mundial. No final daquele ano é aprovado um decreto que visa a fascização dos sindicatos, o qual entraria em vigor a partir de Janeiro do ano seguinte.

proletariado organizado sindicalmente dependia ou da C.G.T. (anarquista), ou da Co-

Agores

87/933

SER COMUNISTA EM 1932 EM PORTUGAL

Em 28 de Maio de 1926 «sem tiros nem sangue» punha-se termo ao regime parlamentar através de uma revolução antipopular chefiada pelo general Gomes da Costa. Dois anos mais tarde Salazar é chamado a gerir a pasta das finanças pelo general Carmona, então Presidente da República. Em 30 de Julho de 1930, conforme os manuais escolares, Salazar faz um discurso para apresentação das bases da reforma constitucional. Vito anos depois de Mussolini tomar o poder em Itália, o seu discípulo Salazar abria oficialmente as portas ao fascismo que se instalou definitivamente em Portugal com a Constituição de 1933.

Antes, Lenine tinha levado ao poder o proletariado, em 1917, na União Soviética.

Hitler torna-se chanceler em 1933, e tal como Mussolini, dissolve os sindicatos livres, proíbe as greves, institucionaliza o terror como forma de domínio social criando uma imensa polícia política. A Gestapo hitleriana foi a universidade da escola da «António Maria Cardoso».

E neste contexto internacional, caracterizado pelo avanço da repressão sobre a classe operária, e pela ofensiva imperialista contra a União Soviética, que se devem situar as palavras do nosso interlocutor:

Em meados de 1933 sou preso durante uma reunião do Comité Regional de Lisboa da Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas. Foi em Julho, mas dois meses antes tinha tido conhecimento de que a polícia me poderia ir procurar. Coloque-me na ilegalidade, então, e mais tarde a polícia vai procurar-me a casa dos meus pais. Prende dois irmãos meus, porque não me conhecia, os quais são soltos depois. Sou detido conjuntamente com todo o Comité Regional, incluindo o «controleiro» do Comité Central do Partido.

Desfazendo a hipótese de denúncia, Gilberto de Oliveira prossegue:

Os motivos da actuação policial residem na falta de cuidado por parte do «controleiro», que tendo vindo há pouco da URSS, era conhecido da polícia e poderia andar a ser vigiado. Não houve denúncia, mas falta de experiência conspurcadora. O desleixo na segu-

Tribunal Militar Especial de Lisboa

Criado pelo Decreto n.º 21942 de 5 de Dezembro de 1932

NOTA DE CULPA

Declara-se ao réu José Gilberto Florindo de Oliveira

em virtude da acusação que lhe move o Ministério Público, abaixo transcrita:

1.º — Que lhe é permitido apresentar na secretaria do tribunal a sua defesa por escrito dentro de três dias, ou deduzi-la verbalmente na audiência do julgamento;

2.º — Que lhe não é permitido deduzir em sua defesa matéria alguma que se dirija a acusar directa ou indirectamente os seus superiores, quando a acusação, não tiver relação com o crime que lhe for imputado;

3.º — Que deve entregar o rol das testemunhas para prova da defesa, no acto da intimação, ou dentro de três dias, à autoridade a quem estiver subordinado ou na secretaria do tribunal;

4.º — Que, depois de terminado o prazo a que se refere o número anterior, até três dias antes do julgamento, lhe é permitido indicar testemunhas ou substituir as indicadas, contanto que residam na localidade onde funcionar o Tribunal ou, no caso contrário, se comprometa a apresentá-las;

5.º — Que não lhe é permitido indicar mais de três testemunhas para prova de cada facto que alegar;

6.º — Que pode constituir defensor qualquer oficial, com exclusão dos que exercem o cargo de promotor de justiça em qualquer tribunal militar, ou advogado, sendo essencial que a este último seja passada procuração, e que não o escolhendo será defendido pelo defensor oficial, cujo nome e posto lhe serão indicados.

Defensor oficial

ACTO DE ACUSAÇÃO

Desde 1931 ao corrente ano, e portanto antes e depois de 5 de Dezembro de 1932, propagandava e incitava a indisciplina social, e a subversão violenta dos princípios fundamentais da sociedade actual, por meio de impressos, panfletos, folhetos, e pertencente a varias colectividades, de organização clandestina, cometendo assim o crime previsto e punido nos termos do art.º 2º n.º 2 e art.º 4º e 8º do D. 21942 de 5 de Dezembro de 1932, hoje substituído pelo Decreto n.º 23303 de 6 de Novembro ultimo.

Lisboa 21 de Março de 1933.

O Presidente

Adriano da Costa Macedo

Adriano da Costa Macedo — Coronel

Nota de culpa apresentada ao réu G. Oliveira quando foi submetido a julgamento em Angra do Heroísmo

rança não criou as condições que evitassem a detecção da reunião.

Após descrever que se encontravam reunidos na sede do Sindicato dos Tipógrafos, e que a polícia (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado - PVDE) desencadeou um autêntico assalto ao prédio, não possibilitando qualquer tentativa de fuga, o entrevistado refere:

Fomos levados para a sede da PVDE nessa manhã para logo começarem os interrogatórios e a pancada... Iniciou-se nessa altura a prática da estátua. Fui submetido a ela, até que me transportaram incomunicável para a esquadra de Belém.

Quarenta dias durou a incomunicabilidade, com idas à sede da PVDE para confirmar a filiação nas Juventudes Comunistas, após o que é transferido



Gilberto de Oliveira esteve preso dez anos no campo de concentração do Tarrafal

praia da vila concentraram-se os presos. Tinham vindo camiões de outras cidades (Coimbra e Porto). Metidos em pequenos botes são transportados até a um barco fundeado ao largo.

Salvo erro, era o «Niasa». O barco fora fretado pelo governo para o transporte de presos políticos até Angra do Heroísmo.

Só a tripulação e a GNR acompanhavam os presos, que em Angra do Heroísmo são despejados para a Fortaleza de S. João Baptista.

Foi a primeira vez que o fascismo transformou a fortaleza em prisão normal para detidos políticos. Antes os presos deportados andavam em liberdade na ilha, como sucedeu com Bento Gonçalves que lá estivera.

As condições para os noventa presos levados no barco não foram das piores. Na fortaleza tinham direito a uma hora de passeio diário no respectivo recreio, recebiam jornais, livros, correspondência familiar, e dispunham ainda de um campo de voleibol.

Apesar disso havia motivos para protesto. Quando reclamávamos colectivamente alguma coisa os guardas desan-

cavam a malta à coronhada com as espingardas.

Julgado em Tribunal Militar em 1934, para o que o mesmo se deslocou àquela cidade açoriana, Gilberto de Oliveira foi condenado a 18 meses de prisão correcional.

Tivemos defensor officioso que não nos deixou falar. Foi julgado simultaneamente com Manuel Alpedrinha, que conheci lá, e com outros.

Cumprida a pena, Gilberto de Oliveira regressa a Portugal, não sem que estivesse preso mais quatro meses para além do tempo determinado pelo Tribunal. A luta iria continuar.

Na prisão tínhamos escolas políticas entre a malta. Apesar da repressão a malta esclarecia-se sobre os problemas do Partido, contribuindo para a preparação dos quadros.

A SEGUIR: em 1937 morreram mais de 20 pessoas em três dias (2)

CRUZEIROS NO FUNCHAL



- TOTALMENTE REMODELADO!
- CLASSE ÚNICA A BORDO!
- SERVIÇO DE 1ª CLASSE!

A maior série de cruzeiros no melhor pacote português

MADEIRA - AGORES MARROCOS - CANÁRIAS

PARTIDAS:

ABR. 9-23	AGO. 13-27
MAI. 7-21	SET. 10-24
JUN. 4-18	OUT. 8-22
JUL. 2-16-30	

9 DIAS DE 16.300\$

RESERVAS E INFORMAÇÕES

abreu

Fundada em 1840

LISBOA: Av. da Liberdade 160 - Telef. 32 00 21 (15 linhas)
PORTO: Av. dos Aliados 207 - Telef. 3 79 21 (15 linhas)
COIMBRA: Rua da Seta 2 - Telef. 2 70 11 e 2 70 12

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

BUCARESTE

viagens especiais para
TRATAMENTO GERIÁTRICO
PARTIDAS: 12/5; 9/6; 14/7; 11/8 e 15/9

15 DIAS 19.880\$
(TUDO INCLUIDO)

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu
Fundada em 1840

LISBOA: Av. da Liberdade 160 - Telef. 32 00 21
PORTO: Av. dos Aliados 207 - Telef. 3 79 21
COIMBRA: Rua da Seta 2 - Telef. 2 70 11 e 2 70 12

Dentes Postiços
DENTOFIX dá-lhes firmeza

DENTOFIX forma uma almofada agradável, mantém as placas tão firmes e justas que permite comer e falar com maior conforto e segurança; em muitos casos quase tão bem como com dentes naturais. DENTOFIX diminui o receio constante de que caia, mova ou abane a placa. Peça hoje DENTOFIX em qualquer farmácia, drogaria ou perfumaria.

Reuniões de trabalhadores e estudantes

Efectuam-se hoje as seguintes reuniões:

Em Lisboa: **Professores e alunos do Liceu Passos Manuel**, às 14 horas; **Comissões de Empresa do Sindicato dos Escritórios**, Rua do Alecrim, 46, 1.º, às 21 e 30; **Professores de Lisboa**, na Rua das Gaivotas, 6, às 21.30; **Comissão de Associações de Amizade Portugal-China e Portugal-Albânia**,

no terraço do Capitólio, às 21 e 30; **País, encarregados de educação e professores do Liceu D. Filipa de Lencastre**, às 21 e 30.

Em Benavente: **Partido Popular Democrático de Santarém**, no cineteatro local, às 21 e 30.

Em Vila Nova de Gaia: **Secção concelhia do Partido Socialista**, no cineteatro local, às 21 e 30.

Mínimo de 4500\$00 para os trabalhadores da F.I.L

Os trabalhadores da Feira Internacional de Lisboa viram ontem aceite, entre outras reivindicações, o direito ao salário mínimo de 4500\$00, no decorrer de um encontro com dois membros da comissão executiva da FIL, os eng.ºs Alfredo Alves e Branco Nogueira, delegados da entidade patronal, a Associação Industrial Portuguesa.

Os delegados dos trabalhadores, que viram reconhecida a sua qualidade, deram explicações sobre vários pontos da nota reivindicativa apresentada, tendo sido imediatamente aceites os seguintes pontos: imediata prioridade para a construção de balneários e vestiários, bem como de um refeitório; enquanto este não funcionar, direito a um subsídio de 40\$00 para refeição sempre que o prolongamento do trabalho o justificar; e ainda direito a um mês de férias e subsídio correspondente a igual período.

Por outro lado, os trabalhadores aceitaram que a direcção da AIP pudesse responder até ao dia 7 do próximo mês no que se refere aos outros pontos da proposta: intervenção imediata dos seus delegados na gestão da FIL, com poderes iguais aos atribuídos aos delegados indicados pela entidade patronal; elevação para 6000\$00 dos salários compreendidos entre 4500\$00 e

6000\$00, elevação para 8000\$00 dos salários compreendidos entre 6000\$00 e 8000\$00, nenhum aumento para remunerações superiores a 8000\$00, imediata equiparação dos salários femininos, e revisão geral das remunerações a estudar no prazo de 60 dias; horário de 40 horas semanais, em cinco dias de trabalho, e máximo anual de 200 horas extraordinárias; e ainda definição dos moldes de exploração do restaurante da FIL — que actualmente funciona em regime de administração directa — com vista ao estudo da integração dos seus trabalhadores nos quadros da FIL.

No decorrer da reunião foi ainda salientado o importantíssimo papel da FIL no desenvolvimento da economia nacional e a consciência dos trabalhadores desse facto, que já não é de agora e tem sido amplamente demonstrada ao longo dos já muitos anos da sua existência. Os trabalhadores fizeram ainda questão de frisar, a propósito da ausência do comissário-geral da FIL, que a sua posição reivindicativa nunca assumiu qualquer carácter pessoal ou de saneamento sendo antes uma atitude colectiva face ao colectivo que é a entidade patronal, a Associação Industrial Portuguesa.

Reivindicações do pessoal da Nordmende

Os trabalhadores do departamento técnico da Nordmende, reunidos em comissão, deliberaram apresentar à administração da empresa as suas reivindicações, considerando que deve ser dada resposta até às 12 horas de amanhã, dado o carácter urgente dos problemas apresentados.

Comissão Administrativa na Câmara da Lourinhã

LOURINHÃ — A população deste concelho continua a manifestar-se com desagrado perante o facto de ainda se manterem no Município o presidente e o chefe dos Serviços Técnicos. De facto, são inúmeras as arbitrariedades apontadas pela população que têm sido praticadas em todas as freguesias, e cujas responsabilidades são atribuídas à Câmara.

Esta situação motivou, afinal, que no passado dia 26 cerca de um milhar de habitantes tivesse promovido a eleição de uma comissão administrativa para o Município, facto logo comunicado ao ministro da Administração Interna. A população do concelho da Lourinhã aguarda agora que a sua vontade seja rapidamente sancionada.

Jornalista perde documentos

Um nosso camarada de Redacção perdeu, quando se encontrava em serviço no Largo da Estrela, no domingo passado, uma carteira com todos os seus documentos, de identificação, carta de condução, bilhete de

identidade e cartão de jornalista. Pedem-se a quem encontrar esses documentos, o favor de contactar com a nossa Redacção, na Rua Luz Soriano, 44, ou, então, pelo telefone 320271.

O GENERAL GALVÃO DE MELO AO PAÍS:

“Estejam atentos mas tranquilos”

O general Carlos Galvão de Melo, componente da Junta de Salvação Nacional, proferiu ontem ante as câmaras da R. T. P. um comentário de que destacamos as seguintes passagens:

«No Mundo, existe um valor: o HOMEM.

Neste HOMEM devemos entender **todos** os HOMENS: o Ministro, que noite dentro cogita preocupado sobre o que será melhor para o Povo que nele confia; e o Cavador que, de sol a sol, fecunda a terra com o esforço dos seus braços robustos. Ambos são dignos do nosso respeito e do nosso agradecimento... quando ambos cumprem até ao limite das capacidades com que os dotou a Natureza ou ulterior circunstâncias de acaso.

Foi para este HOMEM — para estes dois HOMENS — que certa Juventude militar,

amadurecida no drama africano, se levantou cedo na madrugada de 25 de Abril, e unânime, e decidida, abriu de par em par as portas da LIBERDADE oferecida ao Povo de Portugal, vai decorrido um mês.

— A liberdade de pensar e se instruir;

— A liberdade de criar ideias próprias e as discutir com o seu igual: o homem da cidade e o homem do campo, para, ambos, encontrarem a melhor ideia e a mais digna;

— A liberdade de **todos** os Portugueses escolherem o que melhor fôr para **todos** os Portugueses.

E esta — e não outra — a LIBERDADE que a Junta de Salvação Nacional tomou a seu cargo respeitar e defender.

E esta — e não outra — a LIBERDADE que a juventude heróica dos Capitães depositou nas mãos experimentadas dos Generais.

Estamos atentos, também nós, provavelmente antes de quaisquer outros, e breve nos demos conta do mau uso que se vem fazendo da LIBERDADE oferecida ao Povo de Portugal, vai decorrido um mês.

E verdade que muita coisa nos desgosta, e quase espanta a ingratidão que é tão mal tratar aquilo que com tanta emoção e dignidade foi oferecido!

Mas, talvez, o que se vê e ouve, tão contrário ao bem comum por que todos ansiávamos, seja apenas o gesticular grotesco, o vozear desafinado, de uns poucos que nunca pegaram na enxada para cavar o pão que comem por excesso ou jamais puderam conceber ideias que mereçam a pena ouvir sem que no-las gritassem.

Também há os que nada querem senão o mal...

Teremos de os ensinar, usando de certa paciência e da firmeza necessária.

Porém — e é esta a nossa grande Esperança e veemente desejo — pode ser que o que se vê e ouve, tão contrário ao bem comum por que antes todos ansiávamos, não seja outra coisa que o despertar tumultuoso de um Povo inocente que ousa os primeiros passos num caminho seu desconhecido: **o longo e difícil caminho da Liberdade.**

Esteja atento, mas tranquilo, o autor da carta; estejam atentos, mas tranquilos, todos os Portugueses.

As Forças Armadas cometeram-se a Missão de libertar o Povo de Portugal. Podem ficar com a certeza de que cumprimos!

Somos homens de fé. Não abdicamos da causa começada.

Editores e livreiros contra a organização corporativa

Na Associação Comercial de Lisboa, realizou-se uma assembleia extraordinária do Grémio dos Editores e Livreiros, em que foi aprovada uma moção com o seguinte teor: Os editores, livreiros e distribuidores presentes na Assembleia Geral extraordinária do Grémio dos Editores e Livreiros, em 15 de Maio de 1974, associando-se no seu próprio interesse e em nome do interesse nacional ao movimento que, em 25 de Abril, contribuiu decisivamente para a derrocada do fascismo e da organização corporativa, decidem:

1.º. A extinção do Grémio dos Editores e Livreiros, enquanto peça do regime corporativo.

2.º. A criação de uma Associação de Editores e Livreiros Portugueses

a) — esta Associação terá a possibilidade de assumir a posição jurídica do anterior

Grémio, sempre que tal seja indispensável para salvaguarda dos bens deste ou para quaisquer outros fins que se apresentem necessários.

3.º. — A eleição imediata de uma comissão encarregada de:

a) — garantir o funcionamento normal do Grémio, até à sua efectiva extinção.

b) — estudar os estatutos da futura associação: eleição para esse efeito de uma comissão elaboradora de estatutos.

c) — promover a convocação de uma Assembleia Geral que elegerá os corpos gerentes da Associação.

Foi eleita uma Comissão Directiva constituída por: Livros Horizonte, Seara Nova Sá da Costa Editores, Livraria Ulmeiro, Livraria Opinião, Livraria Tempo Livre e Expresso, Bloco Editorial de Distribuições, SARE uma Comissão elaboradora de estatutos da qual fazem

parte as Editoriais Estampa e Presença, as Livrarias Galilei e Victor e O Século.

Em outra reunião, no Porto, editores e livreiros focaram a necessidade de uma ampla autonomia deliberativa dos editores e livreiros do Norte. Foi decidido eleger imediatamente uma Comissão Directiva do Porto, que ficou constituída pelas Editoriais Brasília e Inova, Livrarias Leitura e Académica e pela distribuidora Manuel de Oliveira Silva.

Decidiu-se igualmente que esta Comissão ficará a exercer no Norte as funções que competiam ao delegado no Porto do anterior grémio, até à aprovação dos estatutos da nova Associação, altura em que a classe ficará esclarecida sobre a necessidade, ou não, de se constituir uma associação de editores e livreiros do Norte de Portugal.

A Comissão Directiva da As-

sociação dos Editores e Livreiros foi recebida pelo ministro da Comunicação Social. Também exporá aos ministros do Trabalho e da Educação e Cultura os problemas mais urgentes da classe.

DELEGADOS DO ENSINO

Convocam-se os Delegados do Ensino Médio e Superior para uma Reunião amanhã dia 29, na Sede do Sindicato, Rua das Gaivotas, n.º 6, às 21.30. A ordem de Trabalhos, como foi aprovado na última reunião de Delegados.

TORREMOLINOS
E OUTRAS
PRAIAS DA COSTA DO SOL
MARBELHA, FUENGIROLA, ETC.

PARTIDAS: TODOS OS SÁBADOS

Junho 1,8,15,22 e 29
Julho 6,13,20 e 27
Agosto 3,10,17,24 e 31
Setembro 7,14 e 21

1 SEMANA

Preços excepcionais desde **2.230\$**

BENIDORM

PARTIDAS:
Junho 29
Julho 9,19 e 29
Agosto 8,18 e 28
Setembro 7 e 17

2 SEMANAS

Preços excepcionais desde **3.650\$**

RESERVAS E INFORMAÇÕES
abreu
fundada em 1840

LISBOA Avenida da República 104-106-108-110-112-114-116-118-120-122-124-126-128-130-132-134-136-138-140-142-144-146-148-150-152-154-156-158-160-162-164-166-168-170-172-174-176-178-180-182-184-186-188-190-192-194-196-198-200-202-204-206-208-210-212-214-216-218-220-222-224-226-228-230-232-234-236-238-240-242-244-246-248-250-252-254-256-258-260-262-264-266-268-270-272-274-276-278-280-282-284-286-288-290-292-294-296-298-300-302-304-306-308-310-312-314-316-318-320-322-324-326-328-330-332-334-336-338-340-342-344-346-348-350-352-354-356-358-360-362-364-366-368-370-372-374-376-378-380-382-384-386-388-390-392-394-396-398-400-402-404-406-408-410-412-414-416-418-420-422-424-426-428-430-432-434-436-438-440-442-444-446-448-450-452-454-456-458-460-462-464-466-468-470-472-474-476-478-480-482-484-486-488-490-492-494-496-498-500-502-504-506-508-510-512-514-516-518-520-522-524-526-528-530-532-534-536-538-540-542-544-546-548-550-552-554-556-558-560-562-564-566-568-570-572-574-576-578-580-582-584-586-588-590-592-594-596-598-600-602-604-606-608-610-612-614-616-618-620-622-624-626-628-630-632-634-636-638-640-642-644-646-648-650-652-654-656-658-660-662-664-666-668-670-672-674-676-678-680-682-684-686-688-690-692-694-696-698-700-702-704-706-708-710-712-714-716-718-720-722-724-726-728-730-732-734-736-738-740-742-744-746-748-750-752-754-756-758-760-762-764-766-768-770-772-774-776-778-780-782-784-786-788-790-792-794-796-798-800-802-804-806-808-810-812-814-816-818-820-822-824-826-828-830-832-834-836-838-840-842-844-846-848-850-852-854-856-858-860-862-864-866-868-870-872-874-876-878-880-882-884-886-888-890-892-894-896-898-900-902-904-906-908-910-912-914-916-918-920-922-924-926-928-930-932-934-936-938-940-942-944-946-948-950-952-954-956-958-960-962-964-966-968-970-972-974-976-978-980-982-984-986-988-990-992-994-996-998-1000-1002-1004-1006-1008-1010-1012-1014-1016-1018-1020-1022-1024-1026-1028-1030-1032-1034-1036-1038-1040-1042-1044-1046-1048-1050-1052-1054-1056-1058-1060-1062-1064-1066-1068-1070-1072-1074-1076-1078-1080-1082-1084-1086-1088-1090-1092-1094-1096-1098-1100-1102-1104-1106-1108-1110-1112-1114-1116-1118-1120-1122-1124-1126-1128-1130-1132-1134-1136-1138-1140-1142-1144-1146-1148-1150-1152-1154-1156-1158-1160-1162-1164-1166-1168-1170-1172-1174-1176-1178-1180-1182-1184-1186-1188-1190-1192-1194-1196-1198-1200-1202-1204-1206-1208-1210-1212-1214-1216-1218-1220-1222-1224-1226-1228-1230-1232-1234-1236-1238-1240-1242-1244-1246-1248-1250-1252-1254-1256-1258-1260-1262-1264-1266-1268-1270-1272-1274-1276-1278-1280-1282-1284-1286-1288-1290-1292-1294-1296-1298-1300-1302-1304-1306-1308-1310-1312-1314-1316-1318-1320-1322-1324-1326-1328-1330-1332-1334-1336-1338-1340-1342-1344-1346-1348-1350-1352-1354-1356-1358-1360-1362-1364-1366-1368-1370-1372-1374-1376-1378-1380-1382-1384-1386-1388-1390-1392-1394-1396-1398-1400-1402-1404-1406-1408-1410-1412-1414-1416-1418-1420-1422-1424-1426-1428-1430-1432-1434-1436-1438-1440-1442-1444-1446-1448-1450-1452-1454-1456-1458-1460-1462-1464-1466-1468-1470-1472-1474-1476-1478-1480-1482-1484-1486-1488-1490-1492-1494-1496-1498-1500-1502-1504-1506-1508-1510-1512-1514-1516-1518-1520-1522-1524-1526-1528-1530-1532-1534-1536-1538-1540-1542-1544-1546-1548-1550-1552-1554-1556-1558-1560-1562-1564-1566-1568-1570-1572-1574-1576-1578-1580-1582-1584-1586-1588-1590-1592-1594-1596-1598-1600-1602-1604-1606-1608-1610-1612-1614-1616-1618-1620-1622-1624-1626-1628-1630-1632-1634-1636-1638-1640-1642-1644-1646-1648-1650-1652-1654-1656-1658-1660-1662-1664-1666-1668-1670-1672-1674-1676-1678-1680-1682-1684-1686-1688-1690-1692-1694-1696-1698-1700-1702-1704-1706-1708-1710-1712-1714-1716-1718-1720-1722-1724-1726-1728-1730-1732-1734-1736-1738-1740-1742-1744-1746-1748-1750-1752-1754-1756-1758-1760-1762-1764-1766-1768-1770-1772-1774-1776-1778-1780-1782-1784-1786-1788-1790-1792-1794-1796-1798-1800-1802-1804-1806-1808-1810-1812-1814-1816-1818-1820-1822-1824-1826-1828-1830-1832-1834-1836-1838-1840-1842-1844-1846-1848-1850-1852-1854-1856-1858-1860-1862-1864-1866-1868-1870-1872-1874-1876-1878-1880-1882-1884-1886-1888-1890-1892-1894-1896-1898-1900-1902-1904-1906-1908-1910-1912-1914-1916-1918-1920-1922-1924-1926-1928-1930-1932-1934-1936-1938-1940-1942-1944-1946-1948-1950-1952-1954-1956-1958-1960-1962-1964-1966-1968-1970-1972-1974-1976-1978-1980-1982-1984-1986-1988-1990-1992-1994-1996-1998-2000-2002-2004-2006-2008-2010-2012-2014-2016-2018-2020-2022-2024-2026-2028-2030-2032-2034-2036-2038-2040-2042-2044-2046-2048-2050-2052-2054-2056-2058-2060-2062-2064-2066-2068-2070-2072-2074-2076-2078-2080-2082-2084-2086-2088-2090-2092-2094-2096-2098-2100-2102-2104-2106-2108-2110-2112-2114-2116-2118-2120-2122-2124-2126-2128-2130-2132-2134-2136-2138-2140-2142-2144-2146-2148-2150-2152-2154-2156-2158-2160-2162-2164-2166-2168-2170-2172-2174-2176-2178-2180-2182-2184-2186-2188-2190-2192-2194-2196-2198-2200-2202-2204-2206-2208-2210-2212-2214-2216-2218-2220-2222-2224-2226-2228-2230-2232-2234-2236-2238-2240-2242-2244-2246-2248-2250-2252-2254-2256-2258-2260-2262-2264-2266-2268-2270-2272-2274-2276-2278-2280-2282-2284-2286-2288-2290-2292-2294-2296-2298-2300-2302-2304-2306-2308-2310-2312-2314-2316-2318-2320-2322-2324-2326-2328-2330-2332-2334-2336-2338-2340-2342-2344-2346-2348-2350-2352-2354-2356-2358-2360-2362-2364-2366-2368-2370-2372-2374-2376-2378-2380-2382-2384-2386-2388-2390-2392-2394-2396-2398-2400-2402-2404-2406-2408-2410-2412-2414-2416-2418-2420-2422-2424-2426-2428-2430-2432-2434-2436-2438-2440-2442-2444-2446-2448-2450-2452-2454-2456-2458-2460-2462-2464-2466-2468-2470-2472-2474-2476-2478-2480-2482-2484-2486-2488-2490-2492-2494-2496-2498-2500-2502-2504-2506-2508-2510-2512-2514-2516-2518-2520-2522-2524-2526-2528-2530-2532-2534-2536-2538-2540-2542-2544-2546-2548-2550-2552-2554-2556-2558-2560-2562-2564-2566-2568-2570-2572-2574-2576-2578-2580-2582-2584-2586-2588-2590-2592-2594-2596-2598-2600-2602-2604-2606-2608-2610-2612-2614-2616-2618-2620-2622-2624-2626-2628-2630-2632-2634-2636-2638-2640-2642-2644-2646-2648-2650-2652-2654-2656-2658-2660-2662-2664-2666-2668-2670-2672-2674-2676-2678-2680-2682-2684-2686-2688-2690-2692-2694-2696-2698-2700-2702-2704-2706-2708-2710-2712-2714-2716-2718-2720-2722-2724-2726-2728-2730-2732-2734-2736-2738-2740-2742-2744-2746-2748-2750-2752-2754-2756-2758-2760-2762-2764-2766-2768-2770-2772-2774-2776-2778-2780-2782-2784-2786-2788-2790-2792-2794-2796-2798-2800-2802-2804-2806-2808-2810-2812-2814-2816-2818-2820-2822-2824-2826-2828-2830-2832-2834-2836-2838-2840-2842-2844-2846-2848-2850-2852-2854-2856-2858-2860-2862-2864-2866-2868-2870-2872-2874-2876-2878-2880-2882-2884-2886-2888-2890-2892-2894-2896-2898-2900-2902-2904-2906-2908-2910-2912-2914-2916-2918-2920-2922-2924-2926-2928-2930-2932-2934-2936-2938-2940-2942-2944-2946-2948-2950-2952-2954-2956-2958-2960-2962-2964-2966-2968-2970-2972-2974-2976-2978-2980-2982-2984-2986-2988-2990-2992-2994-2996-2998-3000-3002-3004-3006-3008-3010-3012-3014-3016-3018-3020-3022-3024-3026-3028-3030-3032-3034-3036-3038-3040-3042-3044-3046-3048-30

DL/GERAL

Fundação Gulbenkian: política cultural definida pelos trabalhadores

Dar à Fundação Gulbenkian um papel de vanguarda de uma cultura livre e contra toda a forma de opressão, como disse João Bénard da Costa, na conferência de Imprensa dada pela Comissão Executiva da assembleia geral dos trabalhadores daquela instituição, deverá ser a consequência do processo reivindicativo em que estão empenhados.

Esta comissão, eleita em assembleia geral, no dia 24, é composta por Alexandre Ribeiro, Rosa Maria Macedo, Rui Grácio, Maria do Carmo Silva, Cristina Nolasco, Fernando Nunes, Alvaro Mário de Carvalho, Armando Trigo de Abreu, José

Carlos e José Bento Martins, além de Bénard da Costa, tem por atribuições: dar execução às deliberações da assembleia dos trabalhadores; criar comissões técnicas para os fins das propostas aprovadas; estabelecer contactos com a administração (para o estabelecimento de uma política geral da Fundação e sua reestruturação e saneamento); assegurar a ligação com os sindicatos dos empregados da Fundação; preparar, no prazo de 6 meses, as bases estatutárias do futuro órgão institucionalizado dos trabalhadores; resolver outros problemas que exijam a sua imediata intervenção. O seu

trabalho será feito sobre um já largo número de propostas aprovadas pelos trabalhadores da Gulbenkian, que vão desde um aumento salarial, mais acentuado para os escalões inferiores do pessoal, à reestruturação dos serviços, que passarão a ser enquadrados por um sistema colegial de direcção, passando pelo saneamento dos quadros.

A comissão, que passou a substituir o antigo Serviço de Pessoal, reconheceu, na administração da Gulbenkian, uma posição favorável ao diálogo: num comunicado do conselho de administração informa-se, de facto, que este considera a comissão executiva «um interlocutor válido e valioso para a apreciação e resolução dos problemas que os mesmos tra-

balhadores pretendem ver discutidos». No entanto, sublinhou-o Rui Grácio, os administradores da Fundação não reconhecem carácter deliberativo às decisões da assembleia geral, tomando-as «como meras propostas»...

Algumas dessas decisões foram já postas em prática, como sejam: a abolição do relógio de ponto, a passagem do horário semanal para 35 horas, a alteração do regime de dispensas, etc.. Entretanto, decorre um processo de democratização da orgânica da Fundação, reunindo-se os trabalhadores por serviços ou sectores, com o sentido de constituírem órgãos colegiais que passarão a assegurar a direcção desses sectores.

SETE NOVOS SECRETÁRIOS DE ESTADO

Foram esta manhã divulgados sete nomes das individualidades para preencher cargos governamentais ainda vagos restando, apenas, para completa formação do Governo provisório dirigido pelo prof. Adelino da Palma Carlos nomear Secretário de Estado dos Assuntos Económicos e o Subsecretário de Estado das Pescas.

São as seguintes as individualidades escolhidas para o Governo nas diversas Secretarias de

Estado:

Reforma Educativa — dr. Orlando de Carvalho; **Desportos e Acção Social Escolar** — dr. José Avelãs Nunes; **Administração Escolar** — eng. Protes da Fonseca; **Assuntos Culturais e Investigação Científica** — dr. Maria de Lurdes Belchior; **Planeamento Económico** — dr. Vítor Constâncio; **Agricultura** — Alfredo Gonzalez Esteves Belo e **Marinha Mercante** — vice-almirante Tierno Bagulho.

PERALTA EM CAXIAS

Continuação da pág. 1

Palma Carlos, eu não vi esses grupos de extrema-esquerda quando do primeiro julgamento do capitão Peralta, quando era preciso todo o apoio.

Seguidamente, o advogado do capitão Peralta expôs a actividade levada a efeito para concretizar a libertação daquele militar. Disse que quando

negociou a libertação dos presos de Caxias estava implícita a saída de Pedro Rodriguez Peralta, nessa altura no Hospital da Cruz Vermelha. Por isso enviou no dia 27 de Abril um telegrama a J.S.N. pedindo a libertação imediata do capitão cubano, ao qual não obteve resposta.

Entretanto, em 3 de Maio, o 1.º Tribunal Militar Territorial proferiu um acórdão a declarar o capitão cubano amnistiado em face do decreto de 26 de Abril. O dr. Palma Carlos referiu que esse acórdão não foi lavrado a seu pedido, na medida em que preferia deixar à Junta a possibilidade de uma solução política que necessariamente mais a prestigiaria.

Contudo, até agora nenhuma decisão foi tomada. No passado dia 10, o dr. Palma Carlos que declarara tencionar promover uma manifestação, foi convocado pela Junta, tendo falado com os generais Silvério Marques e Galvão de Melo, os quais lhe fizeram a promessa da resolução do problema. Tendo desistido da manifestação, à sua confiança responderam com a transferência do prisioneiro, na noite de 10 para 11, para o Hospital Militar.

Na manhã do dia 11, o dr. Palma Carlos foi contactado para ir ao Hospital Militar com aqueles dois oficiais-generais, onde o informaram de que o capitão cubano tinha intenção de fazer a greve da fome. O capitão Peralta disse-lhe que sustasse os procedimentos judiciais que o dr. Palma Carlos já tinha declarado ir instaurar, pois não queria alimentar a campanha que se estava a desencadear nos Estados Unidos, onde alguns jornais diziam que já era profunda a divisão entre os elementos da Junta.

— A esta atitude a Junta respondeu como todos estamos a ver — frisou o dr. Palma Carlos.

Informou ainda que no passado dia 9 tinha sido contactado por um advogado americano, que dizia representar um americano preso em Cuba, Lawrence Hunt, condenado a 30 anos de cadeia. Pretendia que o dr. Palma Carlos patrocinasse a troca de Peralta por Hunt. Peralta recusou ser trocado, seja por quem for, posição que também é partilhada pelo Governo cubano.

O dr. Palma Carlos deslocou-se esta tarde à Prisão-Hospital de Caxias para contactar com o seu constituinte a fim de saber se mantém a posição expressa numa carta datada de 24 deste mês, em que, para além de reafirmar a confiança que sempre lhe mereceu o seu advogado, pedia a suspensão dos procedimentos judiciais.

Mário Soares em Lisboa para consultas

O ministro Mário Soares está esta tarde em Lisboa para consultas ao Governo. Aproveitando uma pausa nas negociações com o PAIGC em Londres, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal encontra-se com outros membros do Governo Provisório reunidos em Conselho de Ministros às 18 horas, no palácio de S. Bento.

Julga-se que o dr. Mário Soares quer obter confiança do seu governo para eventuais pontos

importantes que terão surgido nas negociações para o cessar-fogo na Guiné.

O Conselho de Ministros reuniu-se esta manhã, abordando problemas económicos e sociais, designadamente a questão das greves, estando presentes todos os membros do Governo, excepto o ministro dos Estrangeiros e o dos Assuntos Interterritoriais, que estavam em Londres nas negociações do cessar-fogo.

Congelamento geral de preços e rendas

Congelamento dos preços de bens e serviços e também das rendas de casa, abono de família para descendentes de valor de 240\$00; pensões de velhice e de invalidez nunca inferiores a metade do salário mínimo de 3 300\$00 — são alguns dos pontos importantes contidos no diploma que hoje é assinado pelo Presidente da República e será publicado com a data de 27 do corrente na edição do «Diário do Governo» de amanhã. O congelamento dos preços é estabelecido por um período de trinta dias e abrange todos os estádios de produção, transformação e comercialização tomando como tabela fixa os níveis de 24 de Abril.

Por outro lado, o congelamento das rendas não abrange a habitação de curto período (férias etc).

Dentro de 30 dias será publicado outro diploma contra a especulação de rendas e transacções de prédios urbanos.

O diploma estabelece ainda uma excepção para o salário mínimo, o qual se não aplicará a menores de vinte anos, a não ser quando estes exerçam trabalho igual a colegas maiores.

Outra determinação do Governo referente aos cheques bancários: só é obrigatória a aceitação de cheques para pagamento de despesas não inferiores a mil escudos.

Julga-se que serão tratados estes e outros assuntos económicos na entrevista hoje transmitida pela RTP com o ministro da Economia, dr. Vasco Vieira de Almeida, o qual parte esta tarde para Paris, onde vai participar numa reunião da O.C.D.E.

JUVENTUDE E LIBERTAÇÃO

BELGRADO, 28 — (A.N.I.) Realiza-se entre os dias 5 e 10 de Junho, em Belgrado, uma conferência internacional sob o tema «Juventude e a Libertação Nacional Africana», subsidiada em conjunto pela Liga da Juventude da Jugoslávia e pela organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) — informa a «Tanjug».

Será a primeira reunião inter-

nacional da juventude onde se debaterá o reforço de toda a espécie de auxílio aos movimentos de libertação na África.

Além de representantes dos movimentos nacionalistas africanos de libertação, aguarda-se a participação de membros das organizações nacionais de juventude de 40 países e delegações das maiores organizações mundiais de juventude.

CINORTE

COMPANHIA DE CIMENTOS DO NORTE, S. A. R. L.

Sede: Av. Fontes Pereira de Melo, 14-12.º — LISBOA

CAPITAL SOCIAL: 250 000 CONTOS

ENTREGA DE TÍTULOS

Por motivos imprevistos e alheios à nossa vontade, fica adiada por algum tempo a troca das cautelas, marcada para 27 do corrente. Oportunamente, e logo que possível se indicará a data que se deverá efectuar a mencionada troca.

Lisboa, 28 de Maio de 1974

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXCURSÕES C.P.

PROGRAMA DE MAIO

- **URGEIRICA E SERRA DA ESTRELA**
Com almoço «à pastora» na aldeia mais alta de Portugal.
— Fins-de-semana: 4/5 e 18/19. LISBOA 830\$00
PORTO 780\$00
- **GRANDE ALENTEJO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO**
— Évora, V. Viçosa (com almoço no Castelo), Elvas, Barragem do Caia, Portalegre, Marvão, Castelo de Vide...
— Aloj. em Portalegre (Hotel de 1. classe).
— Fins-de-semana: 4/5 e 25/26. LISBOA 850\$00
PORTO 1.100\$00
- **BRAGANÇA — SERRA DE MONTEZINHO**
— Aloj. em Bragança (Albergaria de 1. classe).
— Visita às longínquas paragens transmontanas, às suas serras (Montezinho, onde também abunda a neve...) e ao maravilhoso Vale do Tua.
— Fins-de-semana: 4/5; 11/12; 18/19 e 25/26. LISBOA 1.280\$00
PORTO 780\$00
- **MONFORTINHO — MONSANTO**
— Aloj. nas Termas de Monfortinho (Hotel de 1. classe).
— Almoço (cozinha artesanal) na «aldeia mais portuguesa de Portugal».
— Fins-de-semana: 18/19 e 25/26. LISBOA 850\$00
PORTO 1.100\$00
- **LAGOS — SAGRES — TORRALTA**
— Aloj. em Lagos (Hotel de 1. classe).
— 3 DIAS: 11/12/13. LISBOA 1.250\$00
PORTO 1.500\$00
- **SÓ UM DIA**
- **ALMOÇO «A ALENTEJANA» EM BEJA E PASSEIO A SERPA**
— Domingos: 5 e 19. LISBOA 290\$00
PORTO 540\$00
- **UM DIA NA SERRA DA ESTRELA**
— Sabugueiro, Lagoa Comprida, Torre (2000 m. de alt.), com almoço regional em Seia.
— Domingos: 5 e 26. LISBOA 390\$00
PORTO 340\$00

Programas e informações:

LISBOA — Estações de Lisboa-Rossio e St. Apolónia.

— E. G. T.-R. do Arsenal, 124.

PORTO — Estação de Porto-S. Bento.

Reservas rápidas — LISBOA T. 36 75 29

— PORTO T. 5 70 61

OU NA SUA AGENCIA DE VIAGENS

DL/ESTRANGEIRO

GUINÉ-BISSAU

O segredo absoluto nas negociações começa a intrigar os observadores

LONDRES, 28 — (Pelo nosso correspondente, Joaquim Leiria) — O segredo absoluto ao fim de três dias de conversações com o P.A.I.G.C. começa a intrigar muitos observadores e a suscitar o aparecimento de determinadas notícias e comentários incorrectos e mal intencionados. Assim, surgiram notícias de que o P.A.I.G.C. estaria a apresentar condições mais ambiciosas, envolvendo Angola e Moçambique, além do reconhecimento da Guiné-Bissau e o reagrupamento das forças portuguesas.

Há mais de dez anos, a Frelimo, o P.A.I.G.C. e o M.P.L.A. elaboraram um manifesto conjunto no qual exigem uma solução comum para os respectivos problemas coloniais. Segundo esse documento, a paz só poderia ser obtida quando os três territórios fossem entregues aos respectivos movimentos de libertação.

Agora, e sem que tal se justifique neste contexto, um jornalista britânico escreve essa declaração de princípios como se tratando de exigências do P.A.I.G.C. A existência deste programa comum dos três movimentos de libertação é simplesmente omitida, pelo plúmbeo que também hoje, certamente por acaso, escreve no mesmo periódico que em Portugal o homem da rua quer o caos económico.

P.A.I.G.C. e Delegação Portuguesa desmentiram categoricamente qualquer agravamento nas negociações que é sugerido no tal artigo. Apurou-se já que nenhuma das partes fez semelhantes declarações e como o autor do artigo não cita qualquer fonte e é um correspondente político, a notícia ou existe na sua imaginação ou lhe foi encomendada.

Entretanto, as negociações prosseguem hoje e espera-se que se possa ao longo do dia levantar um pouco do véu que cobre os trabalhos. O dr. Mário Soares continua com intensos contactos com países do Leste europeu, da África e da Ásia, além de procurar uma aproximação com o M.P.L.A. e a Frelimo e de ontem ter posto o dr. Almeida Santos ao corrente da situação.

O Governo provisório português nunca disse tencionar negar a autodeterminação e independência a nenhum destes três territórios e os contactos de Mário Soares revelam que não seria necessário ser o P.A.I.G.C. a forçar a nota, como o tal artigo sugere.

E óbvio que o processo de descolonização tal como Lisboa o concebe será lento. Mas também não é menos verdade que a independência súbita e a imediata retirada militar de Portugal de qualquer dos territórios causaria graves problemas aos respectivos movimentos nacionalistas, também interessados numa solução de compromisso.

Resta portanto perguntar a quem aproveitaria uma descolonização rápida — só aqueles que poderiam beneficiar do caos simultaneamente gerado em Portugal e nos territórios africanos. E desconfio bem que esses não são homens da rua.

Por agora, sabe-se pouco. Mas pode muito bem ser que esteja na forja uma nova fórmula de descolonização, sem nada que ver com a francesa ou a inglesa que tão paternalisticamente nos têm sido sugeridas.

«GRANDES PAÍSES»

«Angola e Moçambique são hoje grandes países», disse o ministro Almeida Santos aqui em

Londres ao regressar da viagem muito proveitosa que acabou de fazer a Angola e a Moçambique.

«Não será possível governar-se Angola e Moçambique a partir de Lisboa», voltou a repetir o ministro que se referiu ainda à escolha dos governadores para aqueles territórios, dizendo não haver problema quanto ao de Moçambique, geralmente aceite pela população, mas que a escolha em Angola fora mais difícil por a população estar dividida quanto ao governador. Almeida Santos não revelou quem são os próximos governadores daqueles dois vastos territórios africanos.

O ministro foi apresentado à delegação do P.A.I.G.C. e inteirou-se da actual fase de negociações para o cessar-fogo.

«Temos de encontrar os caminhos da paz, urgentes e imediatos, mas não podemos perder de vista também os caminhos da reconstrução» — declarou Almeida Santos.

Referindo-se a incidentes raciais em Angola e Moçambique, Almeida Santos falou da manifestação de dois mil simpatizantes do M.P.L.A. em Luanda e da que classificou de pequena manifestação de brancos, apreensivos pelo seu futuro.

«Um Governo responsável como o provisório não pode deixar de cuidar da manutenção da ordem, pois sobre a desordem nada se constrói, e a defesa das vidas e bens legitimamente adquiridos são fundamentais» — afirmou.

O ministro manifestou-se contente com a sua viagem a África e disse desejar regressar ali em breve. Afirmou julgar que as populações haviam percebido a afirmação de boa vontade (do Governo) e de desejo de diálogo permanente.

Referindo-se concretamente às negociações com o P.A.I.G.C., e aos contactos mantidos com a Frelimo e o M.P.L.A. para o mesmo fim, Almeida Santos limitou-se a declarar que está a fazer-se tudo para negociar com aqueles que dirigem os que nos combatem.

Em princípio, o dr. Almeida Santos deveria ter recebido o testemunho para estas conversações do dr. Mário Soares. O ministro dos Negócios Estrangeiros decidiu adiar o seu regresso a Lisboa, previsto para ontem.



Os ministros portugueses Almeida Santos e Mário Soares ontem em Londres, à chegada ao hotel em que se realizam as conversações com os representantes do PAIGC (Telefoto UPI/Telimprensa/DL)

Razões dos luxemburgueses para virarem à esquerda

LUXEMBURGO, 28 — (R) — O pequeno Grão-Ducado do Luxemburgo encontra-se em grande confusão política depois do Partido Democrata Cristão, surpreendentemente, ter perdido ontem terreno nas eleições gerais.

Aumentaram as especulações sobre uma possível ascensão ao poder de uma coligação do centro-esquerda formada por socialistas e liberais, que poderá pôr termo a 55 anos de domínio ininterrupto da democracia cristã sózinha ou coligadamente.

Os democratas cristãos perderam terreno em todas as áreas a favor dos liberais e socialistas, não havendo qualquer partido que dispunha da maioria absoluta na Assembleia Nacional de 59 lugares.

O resultado revolucionário espanta muita gente, tanto mais que predominava o pensamento geral de que o Luxemburgo não seria ainda desta vez afectado pelos novos ventos políticos de viragem à esquerda que têm soprado pelos outros países do Mercado Comum Europeu durante os passados 15 meses.

A situação vem substanciar uma teoria política que tem vindo a ser desenvolvida principalmente depois das inconcludentes eleições na Inglaterra que levaram o trabalho ao poder como única solução viável e da eleição presidencial francesa, a mais contestada de sempre, em que as direitas ganharam por ligeiríssima margem — ou seja, que o eleitorado europeu está insatisfeito com os seus governos, mesmo sem olhar a cores políticas, em grande parte pela incapacidade que têm revelado em por cobro à inflação. Mais concretamente, os eleitores viram à esquerda porque os governos do Oeste são das direitas.

Os resultados geralmente aceites, ainda que não sejam ainda oficializados, dão aos democratas cristãos 18 lugares (tinham 21 segundo as anteriores eleições de 1968), 17 aos socialistas (12), 14 aos liberais (11), 5 aos sociais democratas (6) e 5 aos comunistas (6). A anterior assembleia comporta somente 56 lugares.

Pierre Werner, primeiro ministro desde 1959, não fez qualquer tentativa para ocultar o

facto de que o resultado constitui para ele e para o seu partido um severo golpe, dizendo: «Estou imensamente desapontado com o resultado, tanto mais que o meu Partido não merecia uma derrota».

Círculos políticos geralmente bem informados pensam que é possível o grão-duque Jean convocar Pierre Xerner esta noite para conferenciar com ele.

Estatisticamente a actual coligação — democratas cristãos e liberais — poderá continuar no poder, mas a reacção do «leader» liberal Gaston Thorn perante o resultado mostra que essa recondução bi-partidária no poder não tem viabilidade.

Gaston Thorn declarou: «Acredito que os eleitores ao rejeitarem os extremos políticos se pronunciam por um caminho mais profundo de reformas. Não stitui um incentivo à revolução, mas sim a uma evolução dentro da ordem constitucional».

Quanto aos socialistas, embora tivessem sido os que mais ganhos obtiveram, mostram-se compreensivelmente reticentes. Os círculos informativos aventam a hipótese que essa atitude parece deliberada em evitar retirar a incidência dos holofotes de Gaston Thorn, uma vez que ele virá a ser obviamente o «leader» de uma possível coligação centro-esquerda, que aliás deverá ser a única via política a seguir pelo Grão-Ducado.

AFIRMA MILOS MINIC:

A Jugoslávia vai estabelecer relações com Portugal

BELGRADO, 28 — (R.) — A Jugoslávia, apoiando há muito os guerrilheiros antiportugueses nos territórios ultramarinos, vai tomar medidas para estabelecer relações multilaterais com o novo Governo de Lisboa, segundo afirmou a noite passada nesta capital o ministro dos Negócios Estrangeiros, Milos Minic.

O ministro disse no Décimo Congresso da Liga (Partido) dos Comunistas jugoslavos que, após meio século de Governo antidemocrático e colonialista, o novo Governo Português dispunha dos pré-requisitos para conseguir os objectivos da democracia, ganhos pelo povo português.

Os povos de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e ilhas de Cabo Verde ficaram também mais perto da liberdade e independência, a seguir aos recentes acontecimentos em Portugal — acrescentou o ministro.

Como membro destacado do movimento dos não-alinhados, a Jugoslávia tem dado apoio financeiro e moral aos guerrilheiros africanos e em Setembro último reconheceu rapidamente a autoproclamada República africana da Guiné-Bissau.

Uma delegação do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e ilhas de Cabo Verde (PAIGC) está a assistir ao congresso.

Apoio da R.D.A. aos movimentos africanos de libertação

BERLIM ORIENTAL, 28 — (R) — O ministro interino dos Negócios Estrangeiros da República Democrática Alemã, Oskar Fischer, disse que o «apartheid» está longe dos mais elementares direitos humanos e afirmou o firme apoio do seu país aos movimentos nacionais de libertação da África.

Inaugurando uma conferência da comissão da Nações Unidas sobre o «apartheid», o ministro Fischer disse que os países que cooperam com regimes de «apartheid» incorrem numa tremenda responsabilidade, acrescentando: «Nenhum político responsável que considere com a necessária seriedade os direitos humanos poderá fechar os olhos aos sofrimentos dos povos africanos oprimidos».

A comissão — a primeira instituição das Nações Unidas a visitar a Alemanha Oriental depois da admissão desta na ONU em Setembro do ano passado — realiza uma viagem pela Europa a fim de mobilizar apoio internacional para combater ao racismo.

A conferência, de dois dias, presidida pelo chefe da comissão, o nigeriano Edwin Ogebe

Ogbu, tem a assistência de diplomatas de 16 países e de representantes de vários movimentos africanos de independência.

Ogbu disse que a comissão do «apartheid» teve sempre em mente a sorte dos presos políticos na África do Sul, acrescentando: «A comissão salientou, e sempre, que o regime racista é um regime criminoso sem qualquer direito a representar a África do Sul e que o movimento de Libertação é o representante legítimo do povo da África e dos princípios determinados pelas Nações Unidas».

Ogbu disse ainda: «A África do Sul pertence a todos os sul africanos com excepção dos racistas e criminosos».

Entre os participantes à conferência estão incluídas delegações de movimentos nacionalistas africanos. Da África do Sul encontra-se presente o ANC, de Namíbia o SWAPO, de Zimbábue o partido ZAPU, da Guiné-Bissau o PAIGC, de Moçambique a FRELIMO e de Angola o MPLA.

A comissão parte de Berlim Oriental com destino a Genebra, a última paragem na sua viagem pela Europa.



MAJOR INF.º JORGE ALEXANDRINO ARAÚJO CORREIA

MISSA 30.º DIA

Os camaradas de curso da Escola do Exército mandam celebrar missa em sufrágio de sua alma na Igreja dos Mártires no dia 29 de Maio às 19H15.

Trabalhadores espanhóis ocuparam uma fábrica

PAMPLONA, (ESPANHA), 28 — (R.) — Cerca de 4.500 operários de um complexo fabril de montagem de automóveis, de que é proprietária a companhia inglesa Leyland, entraram ontem em greve e alguns deles ocuparam a fábrica — anunciaram círculos trabalhistas.

Quase todos os trabalhadores do complexo AUTHI (automóveis de turismo hispano-ingleses) entraram em greve por reivindicações salariais, desconhecendo-se por enquanto quantos são os operários envolvidos na ocupação das instalações.

Como se sabe, na generalidade, as greves são consideradas ilegais sob o regime franquista da Espanha.

A Leyland inglesa concordou em Fevereiro na venda do complexo AUTHI, uma subsidiária em Espanha, à companhia norte-americana General Motors, transacção de cerca de 61,5 milhões de dólares. A venda estava sujeita a aprovação do Governo espanhol, que ainda não se pronunciou.

Em Maio do ano passado, a Leyland aumentou a sua participação de capital no complexo de 50 para 98,3 por cento.

DI/NACIONAL

Declaração do Movimento Democrático Português

A comissão central do Movimento Democrático Português (que agora agrupa todas as formações políticas que constituíram, antes do 25 de Abril, o que se designava por **Oposição Democrática**), tornou público, o seguinte comunicado:

Passado um mês sobre o derrubamento do Governo fascista, é hoje indiscutível que o País, graças à poderosa iniciativa popular e à fidelidade das Forças Armadas aos objectivos democráticos, deu importantes passos em direcção à liquidação completa do fascismo e à construção de uma sociedade amplamente democrática.

A generalizada compreensão da importância histórica do momento que vivemos, a clara disposição de seguir adiante com serenidade e firmeza, a justíssima consciência popular de que a aliança entre o Povo e as Forças Armadas não só esteve na base do 25 de Abril como é hoje a principal garantia do processo de renovação democrática em curso, não impedem, no entanto, que se estejam a manifestar comportamentos políticos que, por não terem em conta as características fundamentais da situação política actual, podem, a não serem energeticamente combatidos e desmascarados perante a população, comprometer seriamente as conquistas alcançadas, travar o desenvolvimento das potencialidades favoráveis às forças populares, ajudar a criar as condições para o contragolpe reaccionário.

O Movimento Democrático Português nunca teve nem tem ilusões sobre a natureza real do processo em curso, nem sobre as dificuldades, tensões e resistências que o seu desenrolar inevitavelmente haveria de encontrar. Igualmente nunca teve nem tem ilusões sobre a capacidade de manobra que ainda resta às forças reaccionárias e aos problemas que elas podem causar. A questão está em dizer claramente ao nosso Povo quem sabota e quem ajuda a sabotar a concretização das aspirações populares que as transformações populares do País representam. Para que se saiba quem são os inimigos reais, como e onde actuam.

O contragolpe reaccionário, o regresso do fascismo, não assentará necessariamente para já no reagrupamento de comandos fascistas dispersos e no desencadeamento de acções armadas contra a nova situação criada no País. Longe disso, a experiência do imperialismo e da reacção indicam-lhe a que o caminho mais seguro no presente momento da vida portuguesa será o avolumar da gravidade da situação económica do País, o gerar o descontentamento popular, o atemorizar camadas da população que hoje estão com a renovação democrática, criar situações de desemprego, falências, serviços públicos paralisados, no essencial criar uma situação económica e social que desprestige internamente o processo de renovação democrática, que atue a mobilização popular e a substitua pela indiferença ou hostilidade e, mais importante que tudo, a generalização de conflitos em que

se quebre a aliança entre as forças democráticas e o Movimento das Forças Armadas, entre o Povo e os Militares.

Esta a trajectória que as forças da reacção quererão imprimir aos acontecimentos em Portugal. E esquecer isto é uma atitude que o nosso Povo não hesitará em qualificar de irresponsabilidade e traição aos seus mais fundos interesses.

3. Distinguir o essencial do acessório, determinar rigorosamente quais são em cada fase as questões centrais e as menos importantes, cimentar a aliança e a unidade à volta do que é fundamental, mobilizar todos os esforços e todas as forças na direcção do que é importante para o avanço do processo, ter em conta a relação de forças existentes e não a forçar sobre objectivos que não são prioritários, eis uma série de ensinamentos básicos da táctica política que alguns grupos de aventureiros esquecem, convencidos que o revolucionarismo verbal e a liturgia das palavras incessantemente repetidas se podem substituir à análise concreta das situações concretas.

A actividade que grupos de irresponsáveis, sem qualquer papel positivo no processo anterior ao 25 de Abril, têm vindo a desenvolver, constitui flagrante prova de como é possível paralisar a luta em nome de um verbalismo que apenas esconde a completa falta de análise política, lúcida e objectiva.

Ao desencadearem ferozes ataques contra as forças democráticas consequentes de que fazem os principais inimigos, ao construírem edifícios verbais que mais não são que atestados de indigência teórica e irresponsabilidade política, tais grupos constituem, nas presentes circunstâncias, inestimáveis aliados das forças reaccionárias.

Desconhecedores das realidades políticas económicas e sociais portuguesas, isolados das massas populares perante as quais apenas surgem após as conquistas das liberdades democráticas que há um mês condenavam, misturando todos os desvios teóricos de uma concepção científica do trabalho político, o verbalismo inconsequentemente destes elementos pretende ser um factor de perturbação, de desagregação e mistificação que vai ao encontro de todos os objectivos de desorientação que as forças reaccionárias terão agora de definir como sua única tabua de salvação.

O caso do capitão cubano Pedro Peralta aí está para o demonstrar. Do lado de um dos órgãos do poder verificam-se hesitações, comportamentos não fundamentados perante a opinião pública pouca atenção ao respeito pelas regras essenciais do funcionamento democrático da nossa sociedade, intrínseca à sua natureza. O único caminho correcto em tais circunstâncias era concluir, como o MDP concluiu, que não estando em causa a justiça da libertação do oficial cubano, essa não é, no conjunto das tarefas nacionais, uma questão decisiva. Não há que aí travar batalhas, nem favorecer a criação de conflitos que separem as Forças Armadas do Povo

e que, ganhando uma dimensão pública exagerada, se repercutam depois em cadeia.

Pelo comentário, os grupos aventureiros, sempre a farejar a possibilidade de conflitos e canalizando todos os seus esforços para os agudizar, não hesitam e fazem finca-pé mesmo no terreno menos favorável.

Não é de estranhar que assim aconteça. Na base do seu comportamento está a sua pública afirmação que nada mudou no País, ou que o Povo é alheio às transformações verificadas e que, no fundo, entre o fascismo e a democracia venha o diabo e escolha!

O nosso Povo já demonstrou por todo o País, nas ruas, nos campos, nas escolas, nas fábricas, que não pensa assim!

Os aventureiros não só estão longe dos sentimentos das massas populares, como estão objectivamente contra elas. A actividade é de divisão e de diversão e se não, repare-se que a sua mobilização à volta do caso Peralta atinge o auge precisamente no dia em que Londres, pela primeira vez, e de acordo com a vontade sempre manifestada pelos Movimentos de Libertação das colónias, se iniciam negociações entre o Governo Provisório e o PAIGC, acontecimento este de grande significado para o estabelecimento da Paz, nas colónias e autêntica vitória das forças do progresso de todo o mundo contra o colonialismo. A sua gritaria visava objectivamente abafar o que de facto é importante e decisivo para o nosso Povo e para os Povos das colónias; o começo das negociações e a proximidade do cessar-fogo na terra martirizada da República da Guiné-Bissau.

4. Mas o que se desenha na situação política actual não são apenas os comportamentos aventureiros ditos de extrema-esquerda. O que igualmente se desenha são hesitações e temporizações de determinadas estruturas que, a não serem vencidas, constituirão o terreno óptimo para o desenvolvimento de manobras de travagem e desvio do processo de renovação democrática amplamente desejado pelo nosso Povo.

O MDP solidamente implantado em todo o País, presente desde o dia 25 de Abril nas tarefas decisivas da reconstrução democrática, na primeira linha do desmantelamento do aparelho do fascismo e poderosa alavanca de organização das massas populares (e esta, sim, é uma questão central) sente-se com autoridade e representatividade para lembrar solenemente que o Programa do Movimento das Forças Armadas e o programa do Governo Provisório são as bases assentes da unidade e como tal têm de ser rigorosamente cumpridas, não sendo de admitir quaisquer paralisações ou abandonos de medidas fundamentais exigidas pela vontade popular. A decisão da Junta de Salvação Nacional permitindo que Americo Leal e Marcello Caetano se instalassem no Brasil constitui um grave precedente de decisão unilateral tomada contra os sentimentos populares que não favorece a confiança mútua que o momento mais do que nunca exige e prejudicando, inclusive, a missão do Governo Provisório que é preciso apoiar em todas as medidas tomadas de acordo com os interesses populares.

E preciso colher as lições desse triste acontecimento, mas fique claro que de facto consumado não deve passar, porque seria gravíssimo que o Povo português viesse a deparar com um plano geral de benevolência para com os que o oprimiram durante décadas.

Os criminosos e os corruptos têm de ser julgados, sejam eles quem forem. E a começar pelos mais responsáveis. O processo de desmantelamento dos focos de reacção fascista tem de continuar e a situação no Nordeste Transmontano fala por si sobre essa necessidade.

Ja se disse, mas repete-se: o que anima os democratas ao colocarem com tanta firmeza estas exigências nacionais não é o desejo de vingança.

E a consciência vivida e sofrida de que os crimes dos fascistas justificam julgamento.

E a consciência de que a vitória da Democracia assenta na implacável destruição do fascismo, e que este jamais se moverá por razões de humanidade e benevolência.

E a consciência de que esquecer o passado a viva força é uma inge-

nuidade que se pagará demasiado caro.

Neste ponto não podem as forças democráticas nem as Forças Armadas ceder. Porque se cedem estão a encorajar a reacção, a abrir as portas e a cavar a sepultura das conquistas alegremente celebradas pelo nosso Povo.

5. Entre estas conquistas figura com grande vitória dos trabalhadores, o direito à greve.

Direito à greve que era já uma realidade antes de 25 de Abril quando sob feroz repressão fascista, centenas de milhares de operários se lançaram em formas superiores de luta, durante os primeiros meses de 1974.

As garantias da conservação deste direito, da consolidação desta vitória passam, porém, pelo fortalecimento da democracia, pelo reforço da unidade frente à reacção, pela luta pela consolidação das vitórias iniciadas em 25 de Abril.

Não era apenas a proibição legal, a feroz repressão, a permanente burla fascista que impedia os trabalhadores portugueses de recorrerem à sua grande arma. A demonstração de que os grandes movimentos que agravaram a crise final do fascismo. A realidade é que os trabalhadores portugueses demonstraram até 25 de Abril nítida consciência política do enquadramento de um processo grevista e a ele recorreram apenas quando integrado correctamente na sua luta por melhores condições de vida. Nas presentes circunstâncias, conquistado o direito à greve, mais do que nunca se impõe que tal análise política continue a ser feita sob pena de se cair no oportunismo de fazer greve apenas porque legalmente já se pode fazer. Cinquenta anos de luta dão aos trabalhadores portugueses grandes responsabilidades — em cinquenta anos sempre por eles respeitadas — de usarem as suas armas como vanguarda que sempre foram.

A herança fascista de níveis de vida de miséria, de feroz exploração teria, necessariamente, de confluir para uma poderosa e justa explosão popular. Mas ao explorar miseravelmente os trabalhadores, o fascismo criou, igualmente, problemas nacionais graves, empobrecendo o País, limitou-lhe possibilidades que exigem toda uma reestruturação para que os passos decisivos se possam dar no progresso de todos os portugueses.

A melhoria de condições de vida passa, assim, necessariamente, pela democratização do País, pela reorganização de todo o sistema que ponha ao serviço do Povo todas as potencialidades nacionais. E, para que tal seja possível, é necessário defender as conquistas feitas.

As implicações políticas das greves, têm por isso, de ser severamente pesadas pelos trabalhadores, vanguarda das forças democráticas portuguesas. Falta de bens de consumo, paralisação de serviços públicos, falências, serão elementos perturbadores de uma sociedade que enceta um caminho novo no qual tem de caminhar com segurança. Nisso jogam as forças reaccionárias e os aventureiros. Contra isso terão os trabalhadores de opor a sua firme determinação de defender as conquistas que mais do que ninguém sentem suas, cuja perda mais do que ninguém sentirão.

O futuro de Portugal e dos portugueses joga-se hoje mais na consolidação do Estado democrático do que nos grandes aumentos de salários, mais no reforço das organizações sindicais e democráticas do que na reivindicação emotiva da empresa. Porque, sem Estado democrático, sem organizações de massas poderosas, que contem o passo ao fascismo, não haverá aumentos de salários, não haverá reivindicações, mas mais exploração e mais repressão.

O perigo dominante e visível e o da convergência objectiva entre as manobras de direita para travar a democratização em curso e as aventuras de grupelhos ditos de esquerda, fornecendo os ingredientes necessários para a conflitação e quebra da aliança entre as Forças Armadas e o Povo.

De administradores de empresas empurrando com as suas atitudes os trabalhadores para a greve a grupos verbalistas proclamando irresponsavelmente que o caos económico representa a possibilidade de passar a uma forma superior de organização da sociedade, há todo um vasto leque de provocações sutis que podem vir a ser corde-

nadas com o objectivo de criar uma situação que, na actual relação de forças, só pode ser desfavorável ao Povo e possibilitar o regresso do fascismo.

O momento actual impõe grande serenidade uma consciência política muito aguda e um claro assumir de responsabilidades perante os grandes objectivos que se colocam ao movimento popular e às Forças Armadas. Na sua aliança para construir um Estado amplamente democrático em que o nosso Povo possa finalmente escolher o regime em que deseja viver e a profundidade das transformações económicas e sociais que deseja impulsionar.

O Movimento Democrático Português afirma que dará combate sem tréguas a todas as manobras, venham de onde vierem, que visem inutilizar as conquistas alcançadas e ferir de morte a aliança indispensável entre militares e o povo.

O Movimento Democrático Português proclama que o movimento é de confiança, iniciativa e vigilância.

Confiança na importância e irreversibilidade do processo democrático em curso. Confiança em que as forças interessadas na consolidação da Democracia saberão aumentar a margem do que as une e atenuar o que as divide. Con-

fiança na capacidade política do nosso Povo, na sua vontade de agarrar nas suas mãos o destino do País.

Iniciativa na organização popular à volta dos interesses e problemas concretos. Iniciativa para ampliar o já impetuoso movimento popular. Iniciativa para dar passos na solução dos mais graves problemas nacionais. Iniciativa para erguer a grande barreira popular ao regresso das trevas e opressão.

Vigilância sobre as provocações que visem criar conflitos e separar o que unido deve estar. Vigilância sobre as sabotagens económicas e as tentativas para criar um clima de pânico e apreensão. Vigilância sobre o cumprimento rigoroso do programa do Movimento das Forças Armadas e do Governo Provisório. Vigilância, ainda e sempre, sobre as manobras da reacção e dos que com ela pactuam.

Um mês depois do 25 de Abril, voltamos a gritar:

Viva a unidade das forças democráticas!

Viva a unidade do Povo com as Forças Armadas!

O Povo unido jamais será vencido!

Lisboa, 27 de Maio de 1974.

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS

A TOYOTA CONTINUA IMOBILIZADA

Toda a organização («stands», serviços administrativos e de escritório) da firma Toyota continua imobilizada. A comissão de trabalhadores teve, ontem, contactos com um representante da administração que se refugiou numa posição de endurecimento e voltou atrás nos pontos que já tinha oferecido aos trabalhadores, entre os quais estavam incluídos um mês de férias com subsídio de 100 por cento e o aumento de 1250\$00 para todos os empregados, sem discriminação.

Em virtude da situação se complicar, os trabalhadores da Toyota decidiram recorrer ao Ministério do Trabalho e marcaram para amanhã, às 14 horas, uma reunião entre os seus

representantes e a administração.

ITT SEMI-CONDUTORES

Um apelo da administração da Standard Eléctrica aos trabalhadores da Divisão ITT Semi-condutores para que retomem o trabalho começou a ser discutida pelo pessoal esta manhã.

A greve com ocupação das instalações fabris, situadas em Cascais, começou no dia 21, e envolvem cerca de 1900 trabalhadores, a maior parte dos quais mulheres.

A empresa justifica o seu apelo no facto de entender que se devem cumprir as disposições do Contrato Colectivo de Trabalho homologado no passado dia 8.

Os professores e a extinção do ciclo complementar

Professores do ensino primário em comissão de serviço no ciclo complementar do mesmo grau de ensino, que vai ser extinto, enviaram ao ministro da Educação e Cultura um documento em que expõem a sua situação resultante desse facto salientando que:

«a) Essa situação equivalerá a uma despromoção económica destes professores, pois perderão a gratificação que lhes é atribuída e sobre a qual sempre têm descontado para a C. G. A.; b) a falta dessa gratificação irá ter reflexos funestos na já debil economia familiar de cada professor; c) durante todos estes anos perderam o contacto com os programas e metodologia próprios do ciclo elementar; d) irão desalojar os professores agregados que os estão a substituir engrossando número dos que no

próximo ano, ficarão sem colocação.»

Nesse documento, os 16 professores primários que o subcrevem após várias considerações pedem:

1.º) Que sejam integrados no ciclo preparatório pelo menos na mesma situação de comissão de serviço nos lugares vagos mais próximos da sua residência, até que lhes seja dado fazerem o estágio para professores efectivos deste grau de ensino.

2.º) Que lhes seja contado todo o tempo de serviço para efeito de diuturnidades e concurso.

3.º) Que, feito o estágio, possam concorrer em igualdade de circunstâncias com todos os outros professores do ciclo preparatório, sendo graduados apenas pela sua valorização e antiguidade e não pelas habilitações académicas.

Reunião no Bairro das Furnas

Amanhã, às 21 e 30, efectua-se, no salão de festas do Bairro das Furnas, uma reunião de es-

clarecimento promovida pelo Movimento Democrático das Mulheres.

MRPP E A PRISÃO DE PERALTA

No momento em que encerramos a nossa edição, simpatizantes do MRPP permanecem no Largo da Estrela, no seguimento no processo desencadeado no sábado, que exige a libertação do capitão cubano

Peralta. Bandeiras do MRPP empunhadas por alguns dos presentes. Os simpatizantes daquela organização maoísta conversam com os transeuntes a fim de os tentarem esclarecer acerca da sua linha política.

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE ESCRITÓRIO DE LISBOA

LISTA A

LISTA DA DIRECÇÃO PROVISÓRIA

Convidam-se todos os colegas a participar no

COMÍCIO ELEITORAL

que se realizará dia 30, às 21.30, no Pavilhão dos Desportos

A LISTA A TEM A CONFIANÇA DOS TRABALHADORES

LIVRARIA MULTINOVA

AV. SANTA JOANA PRINCESA, 12-E

Lisboa 5

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Solucionados os problemas da transformação e aumento de capital da MULTINOVA — União Livreira e Cultural, S.A.R.L., e nomeado o Administrador-Delegado, foi possível debruçarmo-nos sobre a expansão da Empresa cujos reflexos começaram a evidenciar-se a partir de Setembro.

Assim, nos quatro últimos meses de exercício atingiu-se um volume de vendas que se traduziu em 50 por cento da facturação anual, enquanto em 1972, em idêntico período, se atingiu apenas 25 por cento. No conjunto da actividade o movimento de vendas subiu 45 por cento relativamente ao ano transacto. As vendas a prazo registaram um aumento de 34 por cento e as de balcão 80 por cento, o que revela, por si só, a nossa aceitação sobretudo na zona habitacional de Alvalade.

Pode a MULTINOVA orgulhar-se de ter uma equipa de colaboradores competentes e dedicados que contribuíram de forma decisiva para au-

mentar a eficiência e o prestígio da firma.

O saldo da Conta de Resultados do Exercício é de — 130 230\$80.

Apesar deste resultado, estamos convictos de ter alcançado o caminho certo para o engrandecimento da Empresa, convicção esta baseada no facto de, antes da transformação em sociedade anónima, o resultado do primeiro semestre ter sido de — 125 421\$80, e, na apreciação feita ao segundo semestre, se ter verificado apenas o resultado de — 4 809\$00.

A terminar queremos manifestar o nosso reconhecimento ao Conselho Fiscal pelo interesse e apoio demonstrado aos problemas da Empresa.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1974

O Conselho de Administração — Manuel José Bidarra de Almeida
— Presidente; Carlos Leonel Pereira dos Santos-Ad. Del.; Henrique José Santa Clara Gomes; Maria Teresa Gonçalves Cardoso; Mário da Silva Neves

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

ACTIVO		PASSIVO	
Disponível		Exigível	
Caixa	5.129\$80	Fornecedores	590.627\$60
Bancos	19.400\$70	Fornecedores C/Distribuição ..	355.325\$00
	24.530\$50	Devedores e Credores....	157.707\$60
Realizável		Letras a Pagar	634.735\$30
Clientes	535.625\$50		1.738.395\$50
Devedores e Credores	12.699\$00	Regularização do Activo	
Letras a Receber	18.090\$80	Amortizações até 1972 ..	79.814\$70
	566.415\$30	Amortização de 1973 ...	32.008\$40
Valores de Exploração			111.823\$10
Mercadorias	1.073.374\$80	Contas a Regularizar	13.862\$00
Mercadorias C/Distribuição	355.325\$00		
	1.428.699\$80	Situação Líquida	
Imobilizado		Capital	1.200.000\$00
Móveis e Utensílios	25.377\$40		
Máquinas	28.069\$00		
Instalações	159.568\$20		
Despesas de Constituição	15.089\$30		
Despesas Transformação ..	25.424\$40		
	253.528\$30		
Contas a Regularizar	4.500\$00		
Resultados			
Prejuízo exercícios anteriores.....	656.175\$90		
Prejuízo do exercício ..	130.230\$80		
	786.406\$70		
	3.064.080\$60		
O Técnico de Contas		O Presidente do Conselho de Administração	
Mário da Silva Neves		Manuel José Bidarra de Almeida	

CONTA DE LUCROS E PERDAS DO EXERCÍCIO DE 1973

Débito	
Saldo do exercício anterior	656.175\$90
Compras	1.626.105\$00
Despesas com o pessoal	
Remuneração aos Órgãos Sociais	48.000\$00
Remuneração ao Pessoal	348.942\$10
Encargos Sociais Obrigatórios	48.461\$50
	445.403\$60
Contribuições e Impostos	8.970\$60
Publicidade	13.905\$90
Encargos Diversos	160.112\$40
Encargos Financeiros	24.092\$00
Amortizações	32.008\$40
	2.966.773\$80
Crédito	
Vendas	2.086.120\$60
Receitas Financeiras	20.497\$60
Outras Receitas	12.278\$40
Resultados do Armazém	61.470\$50
Saldo:	
Dos exercícios anteriores	656.175\$90
Do exercício	130.230\$80
	786.406\$70
	2.966.773\$80

RELATÓRIO E PARECER

DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas

1 — Ao longo do exercício findo acompanhamos de perto a vida da empresa tendo verificado que a contabilidade estava devidamente montada e em ordem.

2 — Tendo-nos sido apresentados, verificámos que o Balanço, a Conta de Ganhos e Perdas e o Relatório da Administração, satisfazem as disposições legais e estatutárias e notamos que as mesmas traduzem com verdade a sua situação.

3 — O Conselho de Administração prestou-nos todos os esclarecimentos que a propósito da análise dos elementos citados no n.º 2 lhe solicitámos.

4 — Verificámos ainda que o critério valorimétrico utilizado na avaliação das existências foi o legal.

5 — Propomos um voto de louvor ao Conselho de Administração pela sua actuação esforçada a partir da normalização da vida da empresa imprimindo um ritmo que nos deixa adivinhar um promissor exercício em 1974.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 1974

O Conselho Fiscal — Dr. João Calado Barrento — Presidente; Dr. Reinaldo Vasconcelos Gonçalves, Luís Glórias Ferreira

EXCURSÕES CP

FÉRIAS NO MINHO E ALGARVE PRIMAVERA / VERÃO

- VIANA DO CASTELO
- LAGOS
- ALBUFEIRA
- QUARTEIRA
- FARO
- MONTE GORDO

— Viagem em 1.ª classe, nos comboios Rápidos e «Sotavento», incluindo Hotel em três modalidades: pensão completa, meia pensão e residencial.

— Partidas diárias, exceptuando o comboio Sotavento (trisemanal).

— Proceçência: LISBOA, PORTO e restantes estações da C. P.

— Preços e serviços verdadeiramente aliciantes, graças aos nossos contratos especiais com os Hotéis que seleccionámos, quase todos de 1. classe.

Programas e informações:

LISBOA — Estações de Lisboa-Rossio e St. Apolónia.

— E. G. T. — Rua do Arsenal, 124.

PORTO — Estação de Porto-S. Bento

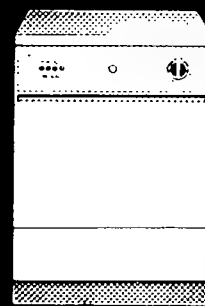
Reservas rápidas — LISBOA Telef. 36 75 29

PORTO Telef. 5 70 61

OU NA SUA AGÊNCIA DE VIAGENS

Máquina de lavar louça G 230

Distinguida pela sua apurada técnica de lavagem, fruto duma longa experiência



- Programas universais
- 3 braços de aspersão rotativos
- Potente bomba de circulação
- Descalcificador de água de grande capacidade
- Secagem por condensação com aquecimento adicional
- Interior em aço inoxidável — exteriormente esmaltada

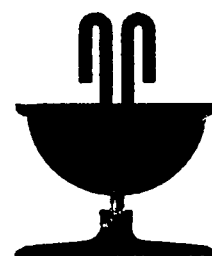
Miele®

AGENTE OFICIAL:

M. L. FERREIRA

Rua D. Estefânia, 48-A
Telef.: 58958
LISBOA

Av. da República, 54-B
Telef.: 769430
LISBOA



TERMAS DE CALDELAS

Famosas no tratamento
de Doenças Intestinais

ABERTAS DE 1 DE JUNHO
A 10 DE OUTUBRO

GRANDE HOTEL DA BELA VISTA
GRANDE HOTEL DE CALDELAS

Beneficiários da A. D. S. E. terão direito ao desconto de 10 % nas inscrições e tratamentos, no mês de Junho e de 25 de Setembro a 10 de Outubro





PROCONSTROI, SARL

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACCIONISTAS: Temos a honra de submeter à apreciação de V. Ex.^{as} o balanço e contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1973.

Viveu o Mundo, durante o ano de 1973, e apesar de todos os acontecimentos internacionais e nacionais conhecidos, um eufórico clima de expansão o qual foi, no entanto, afectado por uma inflação galopante, a todos os títulos perniciosos, e eventualmente destruidora, se não for encarada como realidade com a qual é preciso viver.

Combater e tentar dominar a inflação em termos de crescimento é uma atitude construtiva e empresarial, enquanto que, acreditar que é possível debelar totalmente uma inflação com as características conhecidas, nos parece inconsciência, de resultados necessariamente desastrosos. Evidentemente que o fenómeno internacional inflacionário se sentiu e sente perfeitamente no nosso País onde as estruturas e as mentalidades, aliadas aos condicionamentos próprios da fase de expansão atrasada são, a nosso ver, elemento óptimo para desenvolvimento do fenómeno.

Por mais desagradável que seja, torna-se necessário dizer que, durante o ano de 1973 se assistiu, de um modo geral e especificamente no ramo da nossa indústria e congêneres, a verdadeiros actos especulativos, adicionando-se à real inflação de custos uma especulação comercial a todos os títulos reprovável até porque, muitas vezes se associou a stockagens mais propriamente apelidáveis de açambarcamentos.

A falta de matérias-primas ligadas às ramas de petróleo, a escassez de matérias-primas ligadas à indústria siderúrgica, as faltas de matérias-primas de quase toda a ordem, bem como de produtos industriais importados ou fabricados no País e considerados matérias-primas fundamentais para a indústria da construção civil, aliada à especulação e «stockagem» já referidas, trouxeram, durante o ano findo, um clima de insegurança e até de pânico em parte da indústria do nosso ramo.

Adicionando a todos estes factores e posições tomadas, a importante contração na liquidez da Banca Comercial Portuguesa consequente das posições assumidas pelo Governo (política de redesconto, apoio a projectos públicos de elevadíssimos encargos, obrigatoriedade de aquisição de obrigações do Tesouro e contração por cativação nas subscrições de capitais) pode-se considerar que o panorama foi efectivamente difícil e continua fortemente preocupante. Verificou-se ainda em 1973 e em consequência do exposto, o aumento da taxa de desconto do Banco de Portugal com as inerentes alterações nas taxas de juro a praticar em depósitos e créditos, o que vem reforçar as preocupações apresentadas em relação à evolução da situação no ano em curso.

Evidentemente que a vossa sociedade, embora não recorresse a quaisquer créditos comerciais no exercício findo, foi afectada e mais virá a ser no ano em curso, pelas situações sucintamente expostas embora possamos considerar que o extraordinário surto de desenvolvimento e movimento de capitais que nela se verificou durante os dois últimos anos, aliado à ponderada política de adjudicações em tempo e mediante contratos com fornecedores e subempreiteiros e ainda à política de pagamentos consolidada e de confiança, não permitiu a criação, por enquanto, de situações que se reflectissem fortemente nos resultados do exercício. Temos, no entanto, a noção e não queremos deixar de a transmitir a V. Ex.^{as}, que os variadíssimos problemas havidos e os previstos na evolução conjuntural que se vive deverão fazer encerrar o ano de 1974, como bastante difícil, pelo menos no referente à indústria em que a vossa sociedade trabalha, e mantendo-se as condições e condicionamentos do contexto económico em que obrigatoriamente se insere.

Em nossa opinião necessita o País de colaboração efectiva, válida e estreita entre os sectores público e privado, de educação e mentalização educacional, social e profissional da população, de formação de quadros executivos a todos os níveis e de informação real em termos exequíveis da população válida para que seja possível planejar, programar, executar e resolver, a todos os níveis, sem obstruções sectoriais e muitas vezes de ordem pessoal, que se reflectem de uma forma incrível e afiliva além de obsoleta, no desenvolvimento real de uma comunidade.

Necessita o País de empresas na verdadeira acepção da palavra, máquinas organizadas e estabilizadas por estruturação real que, sem especulações, artifícios, expedientes ou concorrência desleal e inconsciente (factores infelizmente tão generalizados entre nós) procurem, no entanto, o seu desenvolvimento efectivo em termos de produtividade, rentabilidade, aumento de postos e condições de trabalho com segurança e dignidade, consumo de materiais e utilização de equipamentos que justifiquem maior industrialização com criações de novos postos de trabalho, etc.

A escassez e carência de habitações no nosso País, como aliás em outros, é um facto conhecido, cuja resolução poderia e deveria ser um dos objectivos e um dos incentivos da colaboração atrás citada.

A vossa sociedade tem vindo, com um desenvolvimento de assinalar, a impor a sua presença no mercado, procurando manter o nível e a idoneidade que sempre norteou toda a orientação estratégica que V. Ex.^{as} imprimiram às Assembleias Gerais anteriores.

Conforme V. Ex.^{as} se recordam podia ler-se no relatório do Conselho de Administração referente ao exercício de 1971:

«Quanto a equipamento, tem vindo a ser seguida a política já anteriormente estruturada e por V. Ex.^{as} aceite na fase de transformação. Pretendia-se e pretende-se realizar um investimento ponderado, mas real, evitando, assim, que a mão-de-obra infelizmente cada vez menos qualificada e motivada e que os elevados encargos sociais correspondentes criem o dilema qualidade-rentabilidade tão comum em qualquer organismo ou firma e especificamente no ramo em causa. Evidentemente que o saneamento desta situação só pode ser conseguido a médio ou longo prazos, desde que o mercado de obras cubra as despesas fixas existentes, justifique os investimentos feitos ou, de um modo mais objectivo, que o mercado esteja efectiva e não fictícia ou artificialmente preparado para máquinas realmente organizadas».

O exame dos gráficos anexos e do activo imobilizado, das nossas contas, bem como a observação das contas de exploração de equipamentos e viaturas, podem dar a V. Ex.^{as} a noção da realidade do afirmado. A política prevista para 1974 integra-se na mesma ordem de pensamento e nas linhas de acção que se mantêm com as adaptações inerentes às alterações de mercado, níveis de produção e novidades técnicas.

Conforme se lia também em determinado ponto do relatório do Conselho de Administração de 1972:

«Foi preocupação permanente dos responsáveis o conceito

extraordinariamente importante da transformação, pois qualquer empresa, quer seja por vontade própria, quer seja pela pressão dos factos (com resultados em geral pouco brilhantes) necessariamente se transforma. Dentro deste espírito, procurando evitar que a transformação fosse pressionada por modificações da estrutura do mercado e coerentemente com uma atitude activa prospectora em relação ao futuro, foi feito novo aumento de capital social da Proconstroi e consequente adaptação estrutural em Novembro de 1972».

Ainda no mesmo relatório lia-se, em três das frases em que se tentou definir a linha de acção:

« — Tentativa de integração num mercado deficientemente preparado, inconstante, inseguro e em que ainda há total predominância do aspecto financeiro sobre os aspectos técnicos, económicos e técnico-económicos.

— Aliança flexível entre as actividades de empreiteiro e de promotor-construtor, de molde a sofrer o mínimo de flutuações e abalos importantes consequentes da variação das curvas de oferta e procura, das alterações e adaptações de administração pública e da concorrência desleal ou inconsciente.

— Crescimento de preferência rápido, mas controlado em todos os aspectos. Especificação de um limite superior de dimensão a partir do qual seria necessário um superdimensionamento com os inconvenientes inerentes».

Conforme V. Ex.^{as} podem verificar, do estudo das contas e dos anexos a este relatório do Conselho de Administração, com predominância do referente a Participações Financeiras e a Empreendimentos de Promoção, foram cumpridas, dentro do possível, as premissas de linha de acção que a nós próprios em devido tempo impusemos.

Os problemas de mão-de-obra e a inflação salarial verificada, aliadas ao desenvolvimento de movimento da Empresa, foram também ponderados, tendo a vossa Sociedade decidido adquirir um mini computador NCR 399 que, durante o próximo exercício de 1974, ajudará ao que julgamos, de maneira importante, aos processamentos salariais, contabilísticos e de gestão.

Para não tornar ainda mais extenso o presente relatório, referiremos apenas, no Capítulo de Participações Financeiras, que foram adquiridas durante o ano de 1973-99,5 por cento das quotas da Casa Manuel Nunes Tiago, Herdeiro, Lda, firma esta transformada em Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, em 9 de Janeiro de 1974, com o nome de Construções M.N. Tiago, SARL.

Referiremos ainda que dentro do Capítulo de Participações Financeiras e com ligação ao capítulo de Empreendimentos de Promoção, contamos encerrar, nos primeiros meses de 1974, a aquisição, pela Proconstroi, SARL e por Construções M.N. Tiago, SARL, das quotas de uma sociedade de investimentos turísticos, detentora de terrenos para construção em Montechoro — Albufeira.

Atendeu-se, nas Participações Financeiras referidas, à estratégia diferente das empresas e, fundamentalmente, a noção de preferência de organizações paralelas flexíveis do que grandes colossos de elevados encargos e riscos.

Cumpramos referir, no capítulo de Empreendimentos de Promoção que, durante o ano de 1974, o nosso nível de produção como promotores deverá realizar a totalidade dos 100 000 000\$00 de nossa propriedade, que foi vendido em 1973 o terreno da Avenida do Brasil no mesmo ano adquirido e ainda que a participação já referida na firma de investimentos turísticos permitirá um volume de construção da ordem de 10 000 m² com total venda a preço 1974 da ordem dos 120 000 000\$00. Estão, entretanto, em curso, mais negociações integráveis no capítulo promoção.

Para completa informação de V. Ex.^{as}, o objectivo de angariação em termos de nível de produção para o exercício de 1974 está completamente atingido quer para a Proconstroi, SARL quer para construções M.N. Tiago, SARL, existindo já uma fase de penetração importante nas duas sociedades no referente a objectivos — angariação para 1975.

Os lucros do exercício findo, depois de deduzidas importâncias referentes a amortizações, provisão para devedores duvidosos e ao pagamento de encargos desfeitos foram de Esc.: 9 502 843\$52, igual (12 502 843\$52 — 3 000\$000\$00).

Como é do conhecimento de V. Ex.^{as} e conta dos gráficos anexos e dos balanços anteriores, a totalidade dos prejuízos contabilísticos anteriores ascende a 4 996 100\$06 (1970, 1971 e 1972).

Como é do conhecimento de V. Ex.^{as} e consta dos gráficos correspondente aos poucos meses de exercício de 1970 (133 078\$43) não é recuperável fiscalmente porque a Proconstroi era ainda uma sociedade por quotas (Grupo B). Além deste facto e continuando a encarar o problema fiscal, a valorização recebida em 1972 pelos accionistas do Grupo A não é fiscalmente dedutível pelo que, para contribuições, o valor referente ao exercício de 1973, a considerar tributável é de Esc.: 4 506 743\$46 mais 4 000 000\$00 mais 3 000 000\$00 mais 133 078\$43 igual a 11 639 821\$29.

Contabilisticamente, o saldo líquido dos exercícios para o qual é de propor aplicação à Digníssima Assembleia Geral é de Esc.: 9 502 843\$52 menos 4 996 100\$06 igual a 4 506 743\$46.

Atendendo aos preceitos legais e estatutários, à consolidação que consideramos estrategicamente aconselhável e ainda às possibilidades de novas participações financeiras, propomos a seguinte aplicação do saldo em causa (artigo 27.º dos Estatutos):

Reserva Legal	270 000\$00
Para Reserva Especial	2 000 000\$00
Para Pessoal e Direcção	765 000\$00
Para Órgãos Sociais	450 000\$00
À disposição da Assembleia Geral	1 000 000\$00
Para conta nova	21 743\$46

O valor de 1 000 000\$00 deixado à disposição da Assembleia Geral poderá ser adicionado a Reservas Especiais ou distribuído como dividendos (5 por cento ao capital). Cabe a V. Ex.^{as} a decisão.

Atendendo a que terminámos o nosso mandato cumpre-nos afiançar a V. Ex.^{as} que muito foi exigido durante este pequeno período de 3 anos, ao pessoal da Proconstroi com quem tivemos a honra de trabalhar. Conforme V. Ex.^{as} verificam nos quadros anexos, a nossa equipa de trabalho passou de 35 (trinta e cinco) pessoas em inícios de 1971 para 851 (oitocentas e cinquenta e uma) pessoas em finais de 1973. Acrescentando ao pessoal da Proconstroi o pessoal de Construções M.N. Tiago, verifica-se

que, em finais de 1973, a totalidade das equipas próprias de trabalho atingiu 1295 (mil duzentas e noventa e cinco) pessoas. E a este grupo de indivíduos que V. Ex.^{as} ficam a dever o desenvolvimento francamente válido e rápido da nossa sociedade. Reiteramos a honra que tivemos de trabalhar com toda a equipa e agradecemos a valiosa colaboração prestada.

Cumpramos, ainda, recordar a V. Ex.^{as} que termina neste exercício o mandato da ilustre Mesa da Assembleia Geral e do Digníssimo Conselho Fiscal. Lembramos que todos podem ser reeleitos.

Terminamos agradecendo reconhecidos ao Conselho Fiscal a forma criteriosa como foram desempenhadas as suas funções, manifestando aos senhores accionistas o nosso reconhecimento pelo apoio sempre dado e apresentando ao Ilustre Presidente da Mesa da Assembleia Geral os nossos melhores cumprimentos e agradecimentos.

15 de Fevereiro de 1974

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Joaquim Carlos Silveira (Presidente)
Vitor Manuel da Costa Forjaz de Lacerda
Anibal Fernando Barros da Fonseca
REALIMO, SARL-representada por Serge Bernard Polakoff
PROMIGESTE, SARL-representada por Júlio David Cândido Ferreira

CONTA DE LUCROS E PERDAS			
Do 31. de Dezembro de 1973			
DÉBITO			
SALDO ANTERIOR		4'996'100\$06	
CUSTOS DE OBRAS		107'578'510\$20	
CUSTOS DE PROPRIEDADES		13'910'129\$00	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E PESSOAL			
Órgãos Sociais	320'150\$00		
Remunerações Direcção e Pessoal	4'019'820\$50		
Encargos Fiscais e Parafiscais	734'497\$00	5'074'467\$50	
DESPESAS GERAIS		1'481'175\$70	
ENCARGOS C/OPORTUNIDADES EM ESTUDO		37'975\$18	
MENOS VALIA		433\$80	
REINTEGRAÇÕES		2'055'833\$80	
PROVISÃO P/DIVIDAS COBRANÇA DUVIDOSA		250'000\$00	
		135'384'614\$64	
PROVISÃO P/CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS		1'000'000\$00	
		138'384'614\$64	
SALDO			
Resultados do Exercício (Após Provisão)	+9'502'843\$52		
Saldo Anterior	-4'996'100\$06	4'506'743\$46	
		4'506'743\$46	
CRÉDITO			
PROVEITOS DE OBRAS		127'337'237\$43	
PROVEITOS P/VENDA DE PROPRIEDADES		13'057'000\$00	
RESULTADOS DE EXPLORAÇÕES ACESSÓRIAS		487'005\$54	
JUROS E DESCONTOS		10'113\$13	
		142'991'356\$10	

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

No desempenho das suas atribuições este Conselho acompanhou com regularidade a marcha dos negócios sociais. Verificou os documentos e conferiu os respectivos registos contabilísticos tendo sempre encontrado tudo em ordem, bem como recebeu prontamente as explicações que solicitou.

Considerando que os critérios valorimétricos usados na avaliação do património expressam o seu real valor, somos do seu parecer que aproveite:

— O Relatório, Balanço e Contas apresentado pelo Conselho de Administração respeitante ao exercício de 1973,
 — a proposta para aplicação dos resultados, e
 — um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma como conduziu a actividade da Empresa, acompanhando-o nos agradecimentos ao pessoal pelo zelo e dedicação postos no desempenho das suas funções.
 Lisboa, 5 de Março de 1974

O CONSELHO FISCAL
Isaac Salomão Levy — Presidente
José Leonel Voss Ribeiro em representação da COBRIMPE, SARL — Vogals
Vitor Manuel Antunes de Sousa
Pedro José de Albuquerque da Costa Alemão
David Sérgio Pereira Rivotti

Continua na pág. 21

Os tradutores literários querem um Sindicato

Poderá fazer o uso que entender (incluindo a sua não publicação; a sua reedição; seja qual for o número e tipo de reedições, e a sua subcendência a outrem, mesmo para o Ultramar ou estrangeiro, seja qual for o preço e condições de subcendência) sem que seja lícito reclamar quaisquer outros pagamentos direito ou indemnizações por tal uso — esta é (e até quando continuará a ser?) uma das cláusulas que figura no recibo de pagamento de determinada editora aos seus tradutores literários, tendo estes de declarar «expressamente que cedem à referida editora os eventuais direitos sobre a mesma tradução, pelo que fica esta sendo propriedade exclusiva da editora»

Assim têm vivido os tradutores literários. Mais uma profissão marginalizada. Sem sindicato, sem previdência, e dependendo exclusivamente das decisões do patronato (nesta caso das editoras) cedendo às suas exigências para poder sobreviver. Para conseguir trabalho.

Agora porém, alguns tradutores literários pretendem que o seu trabalho seja devidamente reconhecido e não mais olhado como um gancho. Sobre este problema, deslocaram-se ao nosso jornal algumas tradutoras literárias: Fernanda Pinto Rodrigues, Alice Nicolau e Gina de Freitas (esta mais por solidariedade, pois neste

momento encontra-se afastada das traduções literárias, mas durante bastante tempo fez delas o seu trabalho exclusivo).

O CASO MAIS FLAGRANTE

Fernanda Pinto Rodrigues é o caso mais flagrante, pois há treze anos que trabalha exclusivamente como tradutora literária. Diz-nos:

— Tanto eu como o meu marido, Adelino dos Santos Rodrigues trabalhamos apenas em traduções literárias. É essa, portanto a nossa profissão. É sobre o que auferimos com o seu exercício que desconta-

mos para o Fundo do Desemprego e pagamos Imposto Profissional — e quando as coisas correm menos mal, Imposto Complementar. No entanto, para todos os outros efeitos não não-pagamentos — ser tradutor literário é profissão que não existe, como o comprovam entre tantas outras coisas, os nossos passaportes, onde figuramos «sem profissão». Naturalmente, vivemos dos rendimentos!

Gina de Freitas recorda: Traduzi bastantes livros para a Bertrand, quando lá estava o António Ramos. Alguns livros que traduzi tiveram diversas edições e nunca recebi mais um tostão por isso. Há, no entanto algumas casas que pagam. É de exigir a partir de agora o pagamento nos nossos direitos de tradução.

PRETENSÕES

As tradutoras literárias apresentam agora as suas reivindicações:

— Queremos segurança social. O tradutor literário não pode adoecer nem envelhecer. Quando adoece não ganha. Queremos tabelas de preços justas. Queremos deixar de financiar editores, isto é, quere-



«Queremos uma carteira profissional» — declaram algumas tradutoras literárias

mos receber o nosso dinheiro quando entregamos as traduções, em vez de esperarmos 30 e 60 dias e de termos de andar a pedinchar o que é nosso como se fosse uma esmola. Queremos que o nosso nome apareça em todas as traduções e não queremos que certas editoras retalhem e arranjem o nosso trabalho sem nos darem cavaco...

— Estamos certas, afirma Alice Nicolau, que se todas estas regalias forem concebidas, carteira profissional e as outras a que já se fizeram referência, muitas pessoas adeririam a esta profissão. A nossa vinda aqui é para chamar a

atenção dos outros tradutores literários para a necessidade de uma reunião de todos os trabalhadores para definir os

objectivos e os processos de os conseguir. Dentro de pouco tempo haverá uma convocação.

CURSOS DE FÉRIAS

De 2 a 29 de Agosto próximo vão realizar-se, organizados pela secção de língua e literatura francesas, da Universidade Livre de Bruxelas, cursos de Férias, cujo prazo de inscrição termina em 20 de Junho futuro.

Existe um número limitado de bolsas para os inscritos, reservadas a estudantes de diversos países com os quais a Bélgica concluiu acordos culturais, entre os quais se inclui Portugal.

Os respectivos pedidos deverão ser dirigidos pelos interessados à Direcção das Relações Culturais do Ministério de Instrução Pública do país de origem.

Os referidos cursos destinam-se ao aperfeiçoamento de conhecimento de língua e literatura francesas, sendo a idade mínima dos concorrentes nunca inferior aos 18 anos.

Continuação da pág. 20

PROCONSTROI, SARL

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

ACTIVO

DISPONIVEL			
CAIXA	4 130\$10		
BANCOS	5 266 035\$16	5 270 165\$26	
REALIZÁVEL			
CLIENTES	32 069 439\$07		
DEVEDORES E CREDITORES	431 731\$80		
FORNECEDORES (Adiantamentos)	869 934\$40	33 371 105\$27	
REMANESCENTES			
TERRENOS	20 375 000\$00		
OBRAS EM CURSO (Promoção)	22 759 951\$83		
CUSTOS ANTECIPADOS	1 995 387\$60	45 130 339\$43	
IMOBILIZADO			
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS			
- Manuel Nunes Tiago, Herdº Lda.	9 955 000\$00		
DESPESAS CONSTITUIÇÃO E AUMENTO DE CAPITAL			
Custo	310 579\$50		
Reintegração	212 968\$60	97 610\$90	
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS			
Custo	8 162 817\$00		
Reintegração	1 573 184\$00	6 589 633\$00	
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS			
Custo	3 025 630\$20		
Reintegração	899 431\$20	2 126 199\$00	
MOVEIS E UTENSÍLIOS			
Custo	833 666\$70		
Reintegração	138 255\$70	695 411\$00	
INSTALAÇÕES			
Custo	974 469\$60		
Reintegração	115 135\$70	859 333\$90	
VIATURAS			
Custo	213 960\$60		
Reintegração	84 612\$00	129 348\$60	
CASAS DESMONTÁVEIS			
Custo	86 216\$30		
Reintegração	24 943\$00	61 273\$30	
		20 513 809\$70	
		104 285 419\$66	
CONTAS DE ORDEM			
FIANÇAS E CAUÇÕES	1 181 200\$00		
GARANTIAS BANCÁRIAS	5 164 510\$30		
LETRAS DESCONTADAS	2 102 900\$00		
SAQUES DE GARANTIA EM CARTEIRA	15 000\$00		
DEVEDORES POR GARANTIAS BANCÁRIAS	16 581 998\$69	25 045 608\$99	

O CHEFE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
LINO MANUEL LOPES SIMÕES

PASSIVO

EXIGÍVEL			
FORNECEDORES	25 592 376\$70		
LETRAS A PAGAR	4 875 750\$90		
ORGANISMOS OFICIAIS	1 132 705\$10		
DEVEDORES E CREDITORES	8 357 722\$20		
LIVRANÇAS	27 898 997\$20		
CLIENTES (Contratos-Promessa e Abonos p/ Obras)	7 171 124\$10		
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	3 000 000\$00	78 028 676\$20	
NÃO EXIGÍVEL			
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS		250 000\$00	
REMANESCENTES			
PROVEITOS ANTECIPADOS		1 500 000\$00	
		79 778 676\$20	
SITUAÇÃO LÍQUIDA			
INICIAL			
CAPITAL	20 000 000\$00		
ADQUIRIDA			
LUCROS E PERDAS			
Resultados de Exercícios Anteriores	-4 996 100\$06		
Resultado do Exercício de 1973	+9 502 843\$52	4 506 743\$46	24 506 743\$46
CONTAS DE ORDEM			
CREDITORES POR FIANÇA E CAUÇÕES	1 181 200\$00		
CREDITORES POR GARANTIAS BANCÁRIAS	5 164 510\$30		
RESPONSABILIDADE EM LETRAS DESCONTADAS	2 102 900\$00		
CREDITORES P/ SAQUES DE GARANTIAS EM CARTEIRA	15 000\$00		
GARANTIAS BANCÁRIAS PRESTADAS	16 581 998\$69	25 045 608\$99	

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Joaquim Carlos Silveira - Presidente
Vitor Manuel da Costa Forjaz de Lacerda
Anibal Fernando Barros da Fonseca
REALIMO, SARL representada por Serge Bernard Polakoff
PROMIGESTE, SARL representada por Júlio David Cândido Ferreira

IGNIS LUSITANA, S.A.R.L.

LISBOA

RELATÓRIO E CONTAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas

O ano de 1973 foi fértil em mutações, designadamente no seio da nossa Sociedade.

Foi por escritura de 8 de Março de 1973 que a antiga Metalúrgica Ignis, Lda., se transformou em sociedade anónima de responsabilidade limitada com a denominação social «Ignis Lusitana, S.A.R.L.». Consequentemente, é este o primeiro relatório que temos a honra de vos apresentar.

É de referir aqui a posição da Metalúrgica Duarte Ferreira, S. A. R. L., no capital social da Sociedade que nos permite encarar o futuro com redobrada confiança, atendendo ao apoio na gestão que já começou a prestar-nos.

Apesar dos enormes aumentos de custos suportados (mão-de-obra e matérias-primas) e do intenso esforço de reestruturação empresarial, salientamos desde já que os resultados de 1973, no montante de 2.391 contos, são francamente superiores aos de 1972, que foram apenas de 75 contos.

A explicação destes valores reside essencialmente no substancial aumento de vendas (superior a 50 por cento das de 1972) e no de produtividade que permitiu conter os custos em valores razoáveis. E o aumento das vendas poderia ter sido ainda mais significativo, se não fora a retração da procura de aparelhos de aquecimento a butano, originada pela falta deste gás, ocorrida no último trimestre do ano e pela inexistência das «Campanhas de Natal» das companhias distribuidoras.

A nossa actividade durante o exercício além da gestão normal que permitiu os resultados já referidos, visou a preparação do futuro, quer quanto a novos produtos, quer quanto a reestruturação interna.

Assim, asseguramos a representação de uma vasta gama de produtos destinados às indústrias hoteleira e de lavandaria, o que diversifica a nossa oferta permitindo uma introdução noutras mercados considerados de grande potencialidade.

Também as negociações havidas pela Metalúrgica Duarte Ferreira, S. A. R. L., e pela nossa Sociedade com o conceituado fabricante europeu de electrodomésticos «Groupe Martin» (que brevemente serão concretizadas), virão a traduzir-se num enriquecimento da nossa gama tradicional permitindo-nos atingir novos segmentos de mercado com produtos de elevada qualidade.

Reforçaram-se as infraestruturas de comercialização e assistência após venda, criando departamentos com responsabilidades definidas nos domínios do material termo e electrodoméstico, do equipamento para as indústrias hoteleira e de lavandaria e do equipamento para a construção civil.

A assistência após venda verá no próximo ano, a sua eficiência acrescida, pois será dotada com viaturas com radiotelefone.

Está em curso a total remodelação do stand da Av. Almirante Reis, para adequada apresentação e demonstração de produtos e, principalmente, para melhor acolhimento dos clientes.

As novas instalações de Queluz (cerca de 4 000 m² de área coberta) permitiram-nos no final do ano, beneficiar substancialmente o armazenamento e expedição de produtos acabados e, paralelamente, libertar áreas para uma organização mais racional da produção.

Em conformidade com o artigo 36.º dos Estatutos, propomos que o saldo do exercício transite para conta nova.

É de inteira justiça referir o apoio que as instituições de créditos têm prestado e que muito contribuiu para o nosso desenvolvimento. Cumpre-nos também destacar a estreita colaboração recebida dos fornecedores e clientes.

Ao Conselho Fiscal expressamos o nosso agradecimento pela sua valiosa acção.

É também muito grato podermos manifestar a todo o pessoal o nosso reconhecimento pela sua dedicação e esforço generosamente despendido.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 1974

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

a) Metalúrgica Duarte Ferreira, S.A.R.L., representada por A. Martins Simões — Presidente

Carlos de Magalhães Duarte Ferreira
Francisco da Cunha e Silva
João António Simões Raposo

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas

Decorreu de forma muito auspiciosa o primeiro exercício económico após a transformação que, há cerca de um ano, se operou na Sociedade.

Foi com muita satisfação que o Conselho Fiscal pode observar uma forte expansão das vendas da empresa e a melhoria da rentabilidade dos capitais nela investidos. Esta evolução foi conseguida sem sacrifício do equilíbrio financeiro, que ainda foi reforçado, o que permite depositar as maiores esperanças na continuidade da evolução verificada.

A Contabilidade, o Balanço, a Conta de Resultados e o Relatório da Administração satisfazem as disposições legais e estatutárias e as verificações a que se procedeu foram devidamente esclarecidas e provadas. Os critérios valorimétricos adoptados foram

— o preço medio para as matérias-primas e produtos acabados adquiridos no exterior

— o custo industrial para as produções próprias o que está de acordo com as boas regras da técnica contabilística.

Felicitemos o Conselho de Administração pelo êxito que obteve na sua gestão, não obstante alguns difíceis obstáculos que se lhe depararam ao longo do exercício.

Pelo exposto temos a honra de propor:

- 1.º) A aprovação do Relatório, Balanço, Contas e Aplicação de Resultados apresentados pela Administração
- 2.º) Um voto de louvor ao Conselho de Administração
- 3.º) Um voto de louvor ao Conselho de Administração
- 3.º) Um voto de agradecimento a todos os colaboradores da Empresa.

Lisboa, 9 de Março de 1974

O CONSELHO FISCAL

a) Rogério Fausto de Oliveira Cansado — Presidente
Octávio Mântua
José Henrique Machado Barreto
Henrique Manuel Corbu Brando (Vogal Suplente)

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

ACTIVO	
DISPONÍVEL	
Caixa	1.560\$90
Bancos	5.833.579\$83
REALIZÁVEL	
Letras a Receber	5.232.366\$50
Compradores	27.592.066\$50
Fornecedores	390.326\$60
Devedores por Consignação	670.105\$70
Devedores e Credores	211.155\$40
Armazéns Gerais	2.779.710\$30
Matérias Primas	7.221.131\$40
Obras em Curso	1.507.727\$50
Rendas Adiantadas	53.200\$00
IMOBILIZADO	
Máquinas e Ferramentas	7.073.463\$62
Móveis e Utensílios	1.406.824\$60
Viaturas	1.465.494\$30
Instalações	667.420\$90

Total do Activo

62.106.134\$05

CONTAS DE ORDEN

Títulos em Caução	200.000\$00
Letras Descontadas	18.621.447\$90
	18.821.447\$90

O TÉCNICO DE CONTAS

JOÃO ANTÓNIO SIMÕES RAPOSO

PASSIVO

EXIGÍVEL

Letras a Pagar	28.617.701\$30
Compradores	4.638.486\$80
Fornecedores	4.737.318\$10
Devedores e Credores	663.973\$75
Imposto de Transacções	1.676.477\$40
Créditos Bancários	2.480.896\$60
	42.836.853\$95

NÃO EXIGÍVEL

Sócios Conta Suprimentos	2.943.750\$00
--------------------------------	---------------

REGULARIZAÇÃO DO ACTIVO

Reg. Valores Consignação	332.354\$25
Prov. p/ Desvalorizações	1.150.856\$90
Prov. p/ Dívidas Incobráveis ...	2.057.835\$20
Amortizações	6.524.383\$22
Total do Passivo	10.065.429\$57
	55.846.033\$52

SITUAÇÃO LÍQUIDA

INICIAL

Capital	1.500.000\$00
Reserva Legal ..	400.000\$00
Reserva Especial	1.968.645\$69
	3.868.645\$69

ADQUIRIDA

Resultados do Exercício	2.391.454\$84
Total do Passivo e Situação Líquida	6.260.100\$53
	62.106.134\$05

CONTAS DE ORDEM

Credores por Títulos em Caução	200.000\$00
Responsabilidade por Letras Descontadas	18.621.447\$90
	18.821.447\$90

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

METALÚRGICA DUARTE FERREIRA, S.A.R.L. - Presidente

Representada por: A. MARTINS SIMÕES

CARLOS DE MAGALHÃES DUARTE FERREIRA

FRANCISCO DA CUNHA E SILVA

JOÃO ANTÓNIO SIMÕES RAPOSO

CONTA DE RESULTADOS (1)

DÉBITO

EXISTÊNCIAS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	12.286.448\$66
CUSTO DAS MATÉRIAS PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	45.951.664\$60
ENCARGOS COM ORGÃOS SOCIAIS	687.500\$00
REUNIAÇÕES E OUTROS ENCARGOS COM O PESSOAL ..	9.296.410\$00
ENCARGOS COM PUBLICIDADE	151.921\$40
ENCARGOS FISCAIS E PARAFISCAIS	2.149.188\$20
OUTROS ENCARGOS	7.185.074\$70
AMORTIZAÇÕES	1.254.845\$20
PROVISÕES	1.471.436\$00
	80.434.688\$76

RESULTADOS:

DO EXERCÍCIO	3.862.890\$84
PROVISÕES	-1.471.436\$00
	2.391.454\$84
	82.826.143\$60

Lisboa, 31 de Dezembro de 1973

O TÉCNICO DE CONTAS

JOÃO ANTÓNIO SIMÕES RAPOSO

CRÉDITO

EXISTÊNCIAS NO FIM DO EXERCÍCIO	11.508.569\$20
PROVEITOS DA ACTIVIDADE - VENDAS	70.700.394\$20
ANULAÇÃO PARCIAL DA PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÕES	57.143\$10
RENDIMENTOS FINANCEIROS	560.037\$10

Exercício de 1973

82.826.143\$60

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

METALÚRGICA DUARTE FERREIRA, S.A.R.L. - Presidente

Representada por: A. MARTINS SIMÕES

CARLOS DE MAGALHÃES DUARTE FERREIRA

FRANCISCO DA CUNHA E SILVA

JOÃO ANTÓNIO SIMÕES RAPOSO

(1) De conformidade com o disposto no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 49.381, de 15/11/69

DL/DESPORTOS

ABRE-SE O TENEBROSO PROCESSO DO SINDICATO DOS TREINADORES

Na Casa do Desporto (Porto) reuniram-se ontem, durante a tarde, cerca de cem treinadores de futebol, a fim de tomarem conhecimento de um plano de trabalhos elaborado pela Comissão Directiva que, neste momento, dirige o Sindicato dos Treinadores.

António Mota teceu várias considerações sobre o sindicalismo até 25 de Abril e aquele que se pratica actualmente, após o que pediu a união de todos em volta do seu Sindicato, pois os dirigentes sentiram-se frustrados se não tivessem a colaboração total da classe que representam.

Artur Baeta falou de algumas atitudes do então presidente do Sindicato (José Fernandes) entre as quais se salientam o indelével em documento de requerimento de passaporte feito por um associado. Outro viu o seu lugar ocupado pelo ex-presidente quando, com determinação de clube, já tinha firmado um contrato verbal. Sobre as afirmações de Fernando Vaz (vindas a público) esclareceu que os treinadores foram forçados a arrombar a porta das instalações do Sindicato, uma vez que lá estava afixado um letreiro no qual se lia: **Encerrado para férias do pessoal**. Disse, ainda, que em comunicação com o gabinete do ministro do Trabalho, soube a Comissão que Fernando Vaz não estabeleceu quaisquer contactos para pedir a sua demissão de presidente da Assembleia Geral do Sindicato.

José Augusto leu o primeiro relatório da peritagem feita sobre os escassos documentos existentes, uma vez que (como é do conhecimento geral) todos os livros contabilísticos haviam desaparecido. Assim, analisadas as despesas de 1973, ficou-se a saber que José Fernandes, por quilometragem percorrida, subsi-

dios de tempo perdido e hospedagens, havia debitado ao sindicato quase 125 contos...

O dr. Fidalgo Martins continua por vontade unânime da Assembleia a desempenhar as funções de consultor jurídico. E, por último, Joaquim Meirim leu o esquema de trabalhos para a reorganização do novo e desejado Sindicato, ao mesmo tempo que prestou esclarecimentos. Este esquema será apreciado no Congresso dos Treinadores, que terá lugar no dia 3 de Julho.

PORTO

Aimoré Moreira é um dos treinadores pretendidos pelo F. C. do Porto.

LEIXÕES

O Leixões moveu um processo por «perdas e danos» à Federação. Motivo: a paragem que a sua equipa está a sofrer entre o termo do campeonato e o início da «liginha». Valor do processo: 350 contos.

Lamenta-se que, quando dos múltiplos «Congressos» federativos, o delegado portuense (sempre muito operoso...) não tivesse pensado neste e noutros problemas, para caprichar (quase exclusivamente) em terçar armas pelos aumentos de divisões...

CLUBES

Na 6.ª feira, efectua-se na sede federativa uma reunião dos clubes profissionais, para análise dos desejos dos jogadores de futebol.

ÁRBITROS

Os árbitros querem levar por diante o propósito de afastamen-

to dos campos enquanto não tiverem o mínimo de garantias para a salvaguarda da sua integridade física. Últimas notícias de mais agressões: em Ovar, energúmenos maltrataram de tal modo o trio dirigido por Manuel Gonçalves Pereira (de Leiria) que os pobres homens, socados desvairadamente, tiveram de garantir que nada iriam escrever no boletim de jogo referente ao Ovarense-Alba! Inacreditável e a pedir urgentemente intervenção por quem de direito: a menos que o silêncio do director-geral dos Desportos continue até à sua mudança...

HOSPITAL

O árbitro Mário Fevereiro continua em estado de coma, não registando qualquer melhoria após a cobarde agressão que espectadores de Montemor-o-Novo lhe «proporcionaram».

ALVALADE

Em face dos incidentes registados no Estádio Padinha (que vão ser analisados pelo Conselho de Disciplina da Federação e estão registados no boletim do árbitro) parece que o encontro Olhanense-Sporting terá de se efectuar em Lisboa. O gesto impensado de uma parte do público algarvio conduziu a uma severa pena do Olhanense?

PROTESTO

A Cuf acusa: para além dos incidentes verificados dentro do relvado das Antas, o autocarro que conduzia os seus jogadores foi apedrejado e sofreu diversos prejuízos.

ACADÉMICA

Está deveras periclitante a continuidade do futebol a nível de campeonato da Federação na Académica de Coimbra. O caso dos encapotados «subsídios a atletas» está a dar que falar e coloca-se na raiz da realização de uma assembleia magna, que terá lugar na noite de 6.ª feira próxima. Uma situação dúbia irá, enfim, morrer na paz dos tempos?

ATLÉTICO

A reunião magna anunciada pelo Atlético para amanhã, foi adiada para data a marcar oportunamente.

REGISTO

NATAÇÃO: a infantil Luísa Cavaleiro Madeira melhorou para 1 m 18.1 s. o seu próprio «record» nacional dos 100 metros mariposa.

BASQUETEBOL: a turma feminina da Académica de Coimbra é campeã nacional. O «cinco» vencedor integrava Carmo, Olga, Milú, Marina e Camila. Em segundo lugar ficou o Académico do Porto (Arlete, Conceição, Emília, Maria Sameiro, Fernanda, Beatriz, Helena, Sara e Ana Ribeiro). Terceiro posto para o CIF (Ana Fernandes, Diana, Albertina, Romi, Ana Magalhães, Madalena, Manuela, Conceição e Alice Moniz). Em quarto e último classificou-se o Sporting (Maria da Luz, Conceição, Catarina, Guida, Lúcia e Maria Gonçalves).

HÓQUEI EM PATINS: o técnico José Virgílio deixou a direcção dos hoquistas do Dramático de Cascais.

CICLISMO: indigita-se, como reforço para a turma profissional do Sporting, o corredor Fernando Ferreira, que pertencia à Coelima.

PUNIÇÕES: a Federação de Basquetebol castigou, com diversas faltas de comparência, oito clubes (CDUL, Sporting Figueirense, Olivais Futebol Clube, Desportivo da Covilhã, Illium, Naval 1.º de Maio, Lusos do Barreiro e Nacional de Natação). Motivo: fizeram alinhar irregularmente diversos jogadores em partidas oficiais. Nomes, por ordem de citação clubista: Bruno Figueiredo Martins Gomes, João José da Costa Martins, Jorge Gomes dos Santos, Carlos Alberto Dias Dinis, José Adriano Soares Grego, António Manuel Lopes Ribeiro, Valter

Luís Ferro Rodrigues e Carlos Alberto Xavier Marques (os dois do Lusos) e, ainda, Salvador José da Silva Costa. No mesmo comunicado, a Federação anuncia cursos de treinadores, de 1 a 14 de Julho (Lisboa) e de 2 a 15 de Setembro (Porto).

ASSEMBLEIA GERAL: reunião dos associados do Clube Atlético de Alvalade, amanhã à noite, para análise da situação financeira e agremiativa.

Os amadores do Benfica perdem em duas frentes

Não andam felizes os tempos para os praticantes benfiquistas das modalidades ditas «amadoras». Enquanto a turma de basquetebol comprometer seriamente os seus desejos de obter o título nacional, a formação de hóquei patinado baqueia estrondosamente ante o Sporting e fica também em maus lençóis no campeonato metropolitano.

Em Lourenço Marques, para o nacional de basquetebol, eis os resultados da jornada de on-

tem: Sporting de Lourenço Marques, 84-Benfica, 71 e Malhangalene, 84-F. C. Luanda, 70.

No pavilhão da Amadora, o «cinco» benfiquista de hóquei integrado de todas as suas vedetas (Ramalheite, Garrancho, Livramento, Jorge Vicente, Virgílio, Vasques e Almaça) perdeu por 3-7 com o Sporting (que alinhou com Vítor Ferreira, Paulo, Rendeiro, Chana, Salema, Quim, Azevedo e Coelho).

MODELOS

PUBLICIDADE E DE MODA

Convocam-se para uma reunião, que se realiza amanhã, às 21 h., no Sindicato dos Bancários, Rua de S. José, 131, n.º qual se tratarão de assuntos relativos àquelas profissões.

No INEF também se contesta

Enquanto propagandistas de serviço à causa dos alunos do INEF vão emitindo conceitos acerca do pretensão revisionismo do indigitado secretário de Estado da Juventude e Desportos; enquanto esses mesmos propagandistas não se coíbem de adiantar que o Governo provisório está sistematicamente a procurar contornar os problemas que um povo oprimido, neste momento exprime e denuncia, enquanto os comunicados da Comissão Directiva Provisória da Escola surgem apenas assinados por um trabalhador e pela representação dos alunos na Comissão os professores reafirmaram o seu propósito de não participar sem os alunos reverem o processo de saneamento e dois representantes, efectivo e suplente, dos trabalhadores recusa-se a participar na reunião da dita Comissão Directiva Provisória) enquanto isso, diziamos, os alunos do INEF vão ao Ministério da Educação Nacional com aparato e alguns cartazes regressando pelo mesmo caminho sem alcançarem os seus objectivos mas com o conselho de um certo refratamento de atitudes.

Como ponto assente resta a promessa de ser proposta desde já a suspensão do director professor Nelson Mendes. No mais, o problema volta ao princípio. Os alunos têm de arranjar a solução no próprio INEF em colaboração com professores e funcionários.

Pelo menos foi-lhes afirmado isso mesmo no MEN.

Para hoje está marcada uma reunião das comissões representativas dos sectores da Escola a fim de contactarem com a Comissão Directiva e darem resolução breve ao actual impasse imposto pelo isolamento do grupo de professores.

A Comissão Directiva Provisória, cujo comunicado da reunião de ontem vem, apenas, assinado por dois representantes dos alunos e um trabalhador informa, entretanto, que organizou piquetes para assegurar o encerramento da Escola.

O problema de fundo, esse continua por resolver ainda que se anuncie estarem para breve grandes broncas. Os alunos exigem a demissão dos professores Jorge Moreira, Albano Estrela, Celestino Marques Pereira, Reis Pinto, Moniz Pereira e Ingrid Figueiredo e do director Nelson Mendes a reunião geral dos professores repudia o processo de acusação formulado pelos alunos e alguns professores exigindo que as acusações sejam devidamente pormenorizadas e comprovadas em inquéritos prévios garantidos por entidades juridicamente reconhecidas.

Os professores reafirmam, ainda, a sua posição de não reconhecimento de qualquer validade à Comissão Directiva Provisória e às suas decisões declarando também que não é utilizando processos não democráticos que se criará a escola que todos desejam.



Os cartazes e a manifestação organizada por alguns alunos junto do Ministério da Educação Nacional

EXCURSÕES CP

PROGRAMA DE JUNHO

FINS-DE-SEMANA

- «BARRAGENS E SERRAS TRANSMONTANAS»
Dias: 1/2 e 15/16 — LISBOA... 990\$00
PORTO... 740\$00
- «CEIA E FESTA MINHOTA EM VIANA DO CASTELO»
Dias: 1/2, 15/16 e 29/30 — LISBOA, desde 940\$00 PORTO, desde 690\$00
- «COMBOIO HISTÓRICO — AMARANTE E ENTRE-OS RIOS E DOURO»
Dias: 9/10, 15/16 e 29/30 — LISBOA... 980\$00
PORTO... 390\$00
- «BOM JESUS — CANIÇADA — GERÊS»
Dias: 29/30 — LISBOA... 890\$00
PORTO... 640\$00

3 DIAS

- «LAGOS — SAGRES — TORRALTA»
Dias: 1 2 3, 8 9 10, 15 16 17 e 29 30 — 1 Julho
LISBOA... 1.250\$00 PORTO... 1.500\$00
- «PASSEIO MISTÉRIO E ALMOÇO-PIQUENIQUE NA PENEDA - GERÊS»
Dias: 8 9 10 e 22 23 24 — LISBOA, desde 1 120\$00
- «QUARTEIRA — ALBUFEIRA — FARO»
Dias: 8 9 10 e 22 23 24 — LISBOA... 1.200\$00
PORTO... 1.450\$00
- «VALE DO VOUGA E SUAS SERRAS DESCONHECIDAS...»
Dias: 8 9 10 e 21 22 23 — LISBOA... 1.100\$00
PORTO... 1.050\$00
- «S. JOÃO EM BRAGA»
Dias: 22 23 24 — LISBOA... 1.190\$00
PORTO... 940\$00

SÓ UM DIA

- «UM DIA NA SERRA DA ESTRELA»
Em 2 e 16 — LISBOA... 390\$00
PORTO... 340\$00
- «BEIRA ALTA E MIRADJURÓS DE LORIGA»
Em 13 e 30 — LISBOA... 390\$00
PORTO... 340\$00
- «CONIMBRIGA — FIGUEIRA DA FÓZ E SERRA DA BOA VIAGEM»
Em 30 — LISBOA... 390\$00
PORTO... 340\$00
- «ALMOÇO-PIQUENIQUE NA PENEDA - GERÊS» —
Partida do Porto
Em 9 e 23 — PORTO... 280\$00

Programa e informações:

LISBOA — Estações de Lisboa-Rossio e St. Apolónia
» — E. G. T. — Rua do Arsenal, 124.
PORTO — Estação de Porto-S. Bento.
Reservas Rápidas — LISBOA T. 36 75 29
» — PORTO T. 5 70 61
OU NA SUA AGÊNCIA DE VIAGENS



SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE ESCRITÓRIO DE LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL EM 31 DE MAIO DE 1974

ELEIÇÕES DOS CORPOS GERENTES PARA O PERÍODO DE 1 DE JUNHO DE 1974 A 31 DE MAIO DE 1975

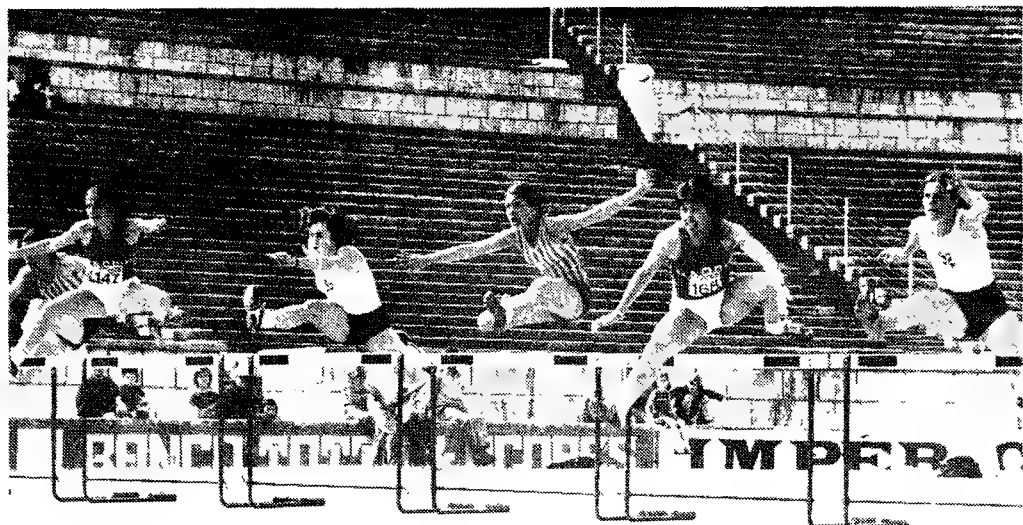
CONVOCATÓRIA

De acordo com o que foi decidido na Assembleia Geral efectuada em 3 do corrente mês, convocam-se os profissionais de escritório, maiores de 18 anos, inscritos neste Sindicato, para a Assembleia Geral a efectuar em 31 de Maio de 1974, no Edifício do antigo S. N. I. (Palácio Foz), aos Resguardados, para a eleição da Mesa da Assembleia Geral e Direcção do Sindicato, para o período de 1 de Junho de 1974 a 31 de Maio de 1975.

O acto eleitoral inicia-se às 12 horas e termina às 23 horas. Lisboa, 25 de Maio de 1974.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL
Álvaro de Campos Marçal

DL/DESPORTOS



Seis raparigas a voar sobre as barreiras numa imagem significativa do que foi o fim-de-semana do atletismo ibérico.

ATLETISMO IBÉRICO

Lopes, Mamede e Adília : as figuras de proa do grupo de Lisboa

Nos encontros triangulares ibéricos de Atletismo, que este fim-de-semana se realizaram

no Estádio Nacional, a selecção de Lisboa ganhou o torneio masculino, à frente de Madrid

e Barcelona e através de uma excelente actuação das suas principais figuras.

Se é certo que o triunfo colectivo não significa muita coisa (Lisboa reúne, praticamente, todos os bons valores do Atletismo português, enquanto na Espanha a divisão por zonas, para além de Madrid e Barcelona se faz de forma muito mais equilibrada), também é certo que a jornada valeu, sobretudo, pelas exibições individuais de determinados atletas portugueses.

Carlos Lopes foi o melhor da sessão, se tomarmos como medida aferidora a tabela portuguesa do dr. Fernando Amado. Fez 28 m 38 s e 8 d nos 10 mil metros, o equivalente a 982 pontos. Em segundo lugar, como valor absoluto, outro português: Fernando Mamede. Ao estabelecer novo «record» nacional dos 1.500 metros, Mamede ganhou os louros da jornada. Somou 3 m 39 s e 8 d, o que representa 973 pontos. Ambos estes atletas conquistaram direito a participar nos campeonatos europeus, pois figuram os mínimos exigidos pela Federação portuguesa.

Na classificação final, Lisboa foi primeira (com 156 pontos e oito vitórias individuais) seguindo-se as selecções de Barcelona (147 pontos e 11 vitórias) e Madrid (110 e uma única vitória individual).

Vencedores e tempos referentes a atletas portugueses:

Peso: José Galvão, 14,66 metros; **400 metros:** José Carvalho, 48,1; **1.500 metros:** Fernando Mamede, 3,39,9 minutos (record nacional); **Vara:** Joaquim Serra, 4,80 metros; **10.000 metros:** Carlos Lopes, 28,38,8; **Triplo-salto:** Luis Azevedo, 15,39 metros; **4 x 400 metros:** Carlos Cabral, José Câmara, Domingos Capindica e José Carvalho, 3,17,8; **400 metros barreiras:** José Carvalho, 51,4.

Nas provas femininas as lisboetas ganharam apenas duas, pertencendo a Adília Silvério: no peso, com 14,68 metros e no disco com 41,84 pelo, que ela foi a grande atleta da sessão. Salientaram-se também Filomena Vieira e Conceição Alves. Lisboa classificou-se em terceiro lugar (com 85 pontos) antecedida pelas selecções de Madrid (113 pontos) e Barcelona (85).



Fernando Mamede e Carlos Cabral em pleno esforço na melhor prova da sessão: os 1500 metros.

HOSPITAIS CIVIS DE LISBOA

Admissão de EMPREGADOS GERAIS

(Antiga designação --
SERVENTES)

Nos Hospitais Civis de Lisboa Serviço de Pessoal aceitam-se inscrições até ao dia 31 de Maio corrente, para a admissão de empregados gerais, categoria a que corresponde o salário mensal ilíquido de 2.400\$00.

Os candidatos deverão obedecer às seguintes condições:

- IDADE: mais de 18 e menos de 35 anos;
- HABILITAÇÕES LITERÁRIAS: aprovação no exame do 2.º grau do ensino primário elementar;
- Idoneidade moral atestada pela Junta de Freguesia, Regedor ou Pároco.

As inscrições podem ser feitas mediante o envio de carta, onde constem os elementos referidos nas alíneas a) e b).

A BEM DA NAÇÃO
O ADMINISTRADOR,
Fernando Pimenta

HOSPITAIS CIVIS DE LISBOA

Admissão de EMPREGADAS AUXILIARES

(Antiga designação --
CRIADAS)

Nos Hospitais Civis de Lisboa Serviço de Pessoal aceitam-se inscrições até ao dia 31 de Maio corrente, para a admissão de empregadas auxiliares, categoria a que corresponde o salário mensal ilíquido de 1.700\$00.

As candidatas deverão obedecer às seguintes condições:

- IDADE: mais de 18 e menos de 35 anos;
- HABILITAÇÕES LITERÁRIAS: aprovação no exame do 2.º grau do ensino primário elementar;
- Idoneidade moral atestada pela Junta de Freguesia, Regedor ou Pároco.

A sua inscrição pode ser feita mediante o envio de carta, onde constem os elementos referidos nas alíneas a) e b).

A BEM DA NAÇÃO
O ADMINISTRADOR,
Fernando Pimenta

OS "CANCROS" DO DESPORTO (6)

O "DESPORTIVISMO" DO PÚBLICO

Por
NEVES DE SOUSA

Inacreditavelmente, a Federação Portuguesa de Futebol continua a divulgar comunicados sobre aquilo que ela própria denomina de **melhoria do público desportivo**, editando periodicamente uns nomes de clubes e umas classificações pontuais que não consigo compreender como foram estabelecidas. Melhor ainda: como continuam a ser atribuídas, pois pelo menos cá por casa nenhum redactor desportivo (do Norte ou do Sul, do Centro ou das pontinhas) recebeu qualquer solicitação para **ajudar ao trabalho de pontuação**, desde que principiou a temporada de futebol até hoje. Isto é: ao longo (pelo menos) de 30 domingos...

Mas, para além desta inexpressiva manifestação da actividade federativa não merecer a menor confiança (dezenas de colegas nossos, da Imprensa como da Rádio, da Televisão como de Agências noticiosas, estão em posição semelhante à dos jornalistas do «Diário de Lisboa...») o curioso é que cada vez está a tornar-se pior o ambiente em torno dos campos de futebol geridos pela disciplina emanada da Praça da Alegria.

Não vamos mais longe: sem qualquer comentário extra, recordemos ao leitor meia dúzia de factos ocorridos no pretérito domingo. Assim:

Caldas da Rainha: quando o futebolista local Zéinho

conseguiu o 2.º golo do Caldas, centenas de pessoas invadiram o recinto, agrediram o árbitro português Melo Acúrsio e diversos futebolistas dos dois emblemas. O «espectáculo» durou 10 minutos tornou-se aviltante e vergonhoso.

Anote-se que o Caldas (clube rececionista) está colocado (pelos federativos e seus amigos mais chegados) em 31.º lugar da tal tabelinha a que nos referimos e que o grupo visitante (Atlético) mora no 2.º posto dessa mesma classificação...

Olhão: estádio Padinha, jogo entre os proprietários do terreno e o União de Tomar. Perfeitamente dentro do que está preceituado pelas leis do futebol (o guarda-redes Barroca moveu-se antes de João Carlos pontapear uma grande penalidade) o árbitro lisboeta Nemésio de Castro ordenou a repetição do castigo: que deu o segundo tento para o União. Ai, uma grande parte do público não esteve com mais conversas: saltou para o campo e deu uma valentíssima tarefa no juiz, escapando o pobre homem com vida porque os futebolistas tomarenses o cercaram e encaminharam para trata-

mento nas cabinas. Meia hora durou o pandemónio.

Saliente-se que o Olhanense conta o 15.º **público desportivo da 1.ª divisão** e o União de Tomar encontra-se (na famigerada lista federativa) em 5.º posto...

Porto: estádio das Antas. Acabara o embate F.C. Porto-Cuf. A certa altura, com o relvado pejado de pessoas estranhas à função, viu-se o defesa cufista Castro a ser agredido (e a ripostar...) só a muito custo atingindo a porta do balneário.

Recorde-se, novamente em face da «famosa» escala organizada (ou apenas divulgada?) pelos federativos que o Porto (visitado) se encontra em 4.º lugar, pois o comando pertence exactamente à Cuf, por sinal o «leader» da tabelinha...

Costa da Caparica: partida de juvenis entre o grupo da casa e o Sesimbra. Invasão do terreno, jogo a correr e (sem pausa) ataque cerrado (murros, pontapés, cabeçadas e até pedradas) contra dois infelizes moços do Sesimbra que, quando dali foram retirados, partiam ao encontro de duas camas no hospital mais próximo.

Creio que não valerá a pena que o leitor se debruce mais sobre o triste panorama do **público desportivo** do Continente. Resta-nos, a todos, dar os **parabéns** à Federação pela sua **útil** campanha do ano corrente...

A SITUAÇÃO DOS PROFESSORES DO I.N.E.F.

A mesa da reunião de professores do Instituto Nacional de Educação Física remeteu-nos o seguinte comunicado:

«Os Professores, reunidos em R.G.P., ouviram a leitura de um documento apresentado pelo professor Albano Estrela, bem como a exposição que a esse propósito fez o referido professor. Através dos documentos apresentados, o dr. Albano Estrela esclarece e comprova a sua posição e actuação (pessoal e profissional), tanto no que se refere a problemas da Escola, como às «acusações» que lhe foram feitas.

Em face desse documento e dessa exposição, passam os professores a informar da sua posição actual:

1.º — Não participarem em qualquer Assembleia de Escola ou reunião Inter-Comissões, enquanto os alunos não fizerem a revisão do processo de saneamento e não discriminarem e se responsabilizarem pelas acusações feitas aos professores. Pelo exposto não pactuam com atitudes dúbias e calúnias e declararam-se na disposição firme de sanearem as estruturas actuais do I. N. E. F., a fim de que o ambiente da nossa Escola deixe de estar tão «pesado» de suspeitas e pressões.

2.º — Esclarecem, ainda, que não participaram na convocação da Assembleia de Escola pelo que declinam toda a responsabilidade das decisões nela tomadas em nome da Escola. Mais informam que não se podem associar, de momento, à mesma não só pelo exposto no comunicado da sua reunião em 21.5.74, mas principalmente pelo que se informa no n.º 1 deste comunicado.

3.º — Aguardam que os alunos se pronunciem sobre os pontos acima mencionados, a fim

de poderem volta a participar numa rápida democratização das estruturas da Escola, segundo os princípios referidos em comunicado de R. G. P. de 16. 5. 74, que se passam a transcrever:

a) A escola deverá usufruir de total autonomia administrativa, financeira, pedagógica e científica;

b) Consideram que o processo de co-gestão interna será o mais adequado, de momento;

c) Todas as formas de participação deverão ser paritárias (isto é, igual representatividade das bases: alunos, professores e funcionários).

4.º — Informam que a sua posição em relação a aproveitamento obtido nas frequências e a exames finais é a definida na seguinte:

Proposta para a normalização de certos aspectos da vida escolar para alunos normais.

1.º Não haver segundos exames de frequência;

2. Os alunos que obtiveram na frequência uma informação única de pelo menos 10 valores ficam dispensados da realização de exame final.

3. Os alunos que nas aulas práticas não tiveram aproveitamento poderão submeter-se a testes finais, a realizar na primeira quinzena do mês de Junho. A matéria e a forma de que se deverão revestir estes testes serão estabelecidas em reunião dos respectivos professores com os alunos;

4. A matéria para exame final corresponderá à dos exames da primeira frequência. Ficarão dispensados da prova oral os alunos que tiverem obtido 10

TOTOBOLA o Nosso Palpite

Oliveirense - Espinho	2
Riopele - Salgueiros	X
Tirsense - Penafiel	X
Vilanovaense - Fafe	2
Aves - Braga	2
Lousa - Sanjoanen.	2
G. Vicente - U. Coimbra	2
Sintrense - T. Novas	4
Sacavenense - Caldas	X
Alhandra - Lusitano	2
Peniche - Marinhense	4
C. Piedade - Sesimbra	4
Odivelas - Portimon.	2

MINICONTESTAÇÃO: MINIATESTE! MINIARRUME! MINIGASTE!



PUBLIFRMA



Seja minicontestário e atire-se de Mini em punho para a manifestação geral do trânsito. Miniatesta! Miniarrume! Minigaste! Tenha a alegria revolucionária de contribuir para a economia geral do combustível e do trânsito com um Mini na lapela! Miniatesta! Miniarrume! Minigaste! Faça um verdadeiro saneamento nas despesas do seu transporte e venha para a rua colaborar com o seu Mini!


Mini

Distribuidores: British Leyland de Portugal - Automóveis, Lda.
À venda nos Concessionários AUSTIN e MORRIS em todo o País

CRIE UMA MENTALIDADE ECONÓMICA. É O **MINI**MO POR ONDE COMEÇAR

DL/GERAL

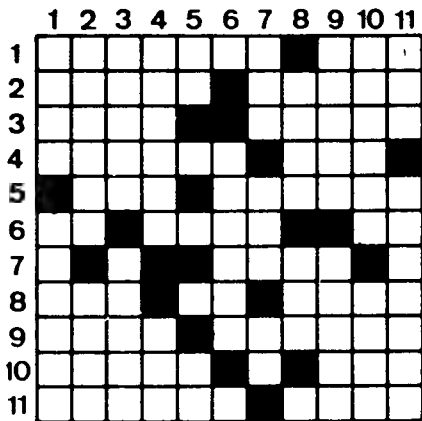
palavras cruzadas

COM PROVÉRPIO

PROBLEMA N.º 10795

HORIZONTAIS:

- 1 Infelicitadine. (pop). Força Aérea Brasileira.
- 2 Estimara. Opinião.
- 3 Enfiada. Encanto (fig).
- 4 Porto do sul de Marrocos sobre o Atlântico. Patria.
- 5 Pedra de altar. Ateadas.
- 6 Post scriptum. Passaro le- virrosto na região australiana. Catedral
- 7 Coisa inchada em água.
- 8 Faço rotação de. Pronome reflexo. Nascimento de um acto.
- 9 Rei. Curara.
- 10 Antiga cidade da Macró- nia. Possuir.
- 11 Filósofo romano a quem Ne- ro ordenou que abrisse as veias. Cura



VERTICAIS:

- 1 Garra. Diz-se do que é sara- pintado de preto e branco.
- 2 Amantes. Enano (inv.).
- 3 Embalar, ninar crianças pa- ra as adormecer. Departa- mento da Guatemala.
- 4 Encolherizarias. Festa do Ano Novo ou festa de to- nos para a qual os Negros se cotizam.
- 5 Sorrio (s.q). Antes de Cris- to.
- 6 Rei do Egipto.
- 7 Medida de líquidos da Ale- manha. Holanda. e Suíça. Animal domestico. Prata (s. q.).
- 8 Planície entre duas monta- nhas ou colinas. Prepo- sição
- 9 Amuletos. Pesariume
- 10 Empunharas. Numeral carni- nal
- 11 Bonitosa. Fizera sorrir

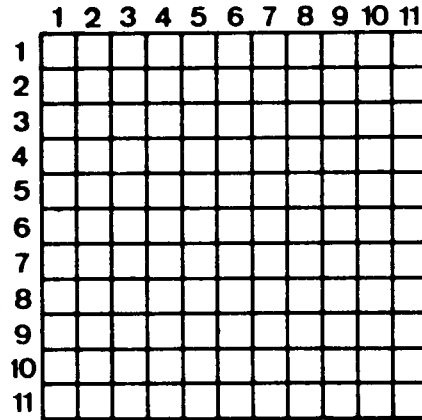
Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRPIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 6953

HORIZONTAIS:

- 1 Trama. Marca
- 2 Concorrentes. Terra nova e arrochada de fresco
- 3 Agora. Paga. Liguim.
- 4 Tempo do verbo u. Metal precioso de cor amarela. Carta de jogar
- 5 Acrescentar. Montão
- 6 Peixe do Algarve. Faro (pop).
- 7 Chuva. Numeral cardinal.
- 8 Preposição. Nojo. Apa- rência
- 9 Filha mais velha de. Labão, uma das esposas de Jacob Reis. Larva das feridas dos animais
- 10 Protector das letras e das artes, ou nos seus cultores. Cinquenta e dois em roma no
- 11 Letra grega. Equipas



VERTICAIS:

- 1 Pontal de arca em frente de Setúbal. Personagem do Frei Luís de Sousa
- 2 Porção de cereais, que se embulham por uma vez na era. Grêmios
- 3 Czar da Rússia cognomina- do "O Terrível". Sufixo que designa pequenez. Misto anestésico de alcool, cloro- formio e eter.
- 4 Em partes iguais. Do bra- germânico (s. q.) (inv.).
- 5 O mesmo que ion. Jogo de cartas originário da Espa- nha. Ema
- 6 Igualidade. Cidade e porto no golfo da Guiné setentri- nal na Costa do Ouro
- 7 Primarias do sobreiro. Seta- ra de Portugal
- 8 Apellido. Horror
- 9 Fava de um centímetro de diâmetro usada em quanti- dade minúscula como con- sumimento. Agência Telegrá- fica de Imprensa. Cidade de Ale- manha.
- 10 Canto para acalantar. Ama- raria.
- 11 Aplano. Verbais

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 10794

HORIZONTAIS

- 1 VAI. E VEM.
- 2 Im. Filame.
- 3 Ramelas. Leu.
- 4 Iro. Macha.
- 5 Agita. São.
- 6 Tas. Cm. Vala.
- 7 Teima. Ao.
- 8 Quintal.
- 9 Curro. Ogo.
- 10 Ledo. Amarre.
- 11 Amolares.

VERTICAIS

- 1 Viniato. Clã.
- 2 Amarga. Quem.
- 3 Mois. Urdo.
- 4 DE Tirol.
- 5 Aceno.
- 6 Fam. Mit. Ar.
- 7 Visas. Maomé.
- 8 El. Cavalgai.
- 9 Malhoa. Ors.
- 10 Meã. Lãs.
- 11 SEU. Cão. TEM

Proverbio: VAI E VEM, QUEM DE SEU TEM.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 6952

HORIZONTAIS

- 1 Tardo. Secar.
- 2 Ota. Ssa. Ora.
- 3 Quem. Ocas.
- 4 Uaria. Acaba.
- 5 Era. Pesem
- 6 Cabal.
- 7 Refugou.
- 8 Aleio. Nei.
- 9 Coma. Pica.
- 10 Oco. Clã. Cor.
- 11 Sasse. Brasa.

VERTICAIS

- 1 Toque. Sacos
- 2 Atuara. Toca.
- 3 Raera. Remos.
- 4 Mi. Ceia.
- 5 Os. Abafo. Ce
- 6 So. Bu. Kl.
- 7 Sa. Apaga. Ab.
- 8 Ocelo.
- 9 Cocos. Unica.
- 10 Arabes. Ecos.
- 11 Rasam. Fiara.

televisão

HOJE

1.º Programa (22.05)

NOITE DE CINEMA

«Sob o Sol de Roma»
Filme realizado por Renato Castellani

2.º Programa (22.30)

PANORAMA

«As Grandes Batalhas do Passado»
Alesia no ano 52 antes de Cristo

SIEMENS ESTORIL

HOJE

1.º Programa

1.º Período

- 12.45 Abertura e desenhos animados «Abbot e Costello»
- 13.00 Almanaque
- 13.15 «O Rapaz e o Elefante»
- 13.45 Telejornal — 1.ª edição
- 14.00 Escrever e lutar
- 14.15 Logo à noite

2.º Período

- 14.40 Ciclo preparatório TV
- 19.00 TV Educativa — Matemática Mo- derna
- 19.25 «O Diário das Fabulas»
- 19.30 TV juvenil
- 20.00 Sanguê na «estrada»
- 20.30 Em foco
- 21.00 Teatro e a máscara
- 21.30 Telejornal — 3.ª edição
- 22.05 Noite de Cinema «Sob o Sol de Roma»
- 23.40 Telejornal — 4.ª edição
- 23.50 Fecho

2.º Programa

- 20.30 Abertura e desenhos animados «Abbot e Costello»
- 20.45 Escrever e lutar
- 21.00 «O Rapaz e o Elefante»
- 21.30 Telejornal — 3.ª edição
- 22.00 Concerto
- 22.30 Panorama — As grandes bata- lhas do passado
- 23.30 Fecho

AMANHÃ

1.º Programa

1.º Período

- 12.45 Abertura e desenhos animados «Universal Cartoons»
- 13.00 Fronteiras do amanhã
- 13.15 «Agulhas e alfinetes»
- 13.45 Telejornal — 1.ª edição
- 14.00 Imagens da vida de uma cidade
- 14.15 Logo à noite

2.º Período

- 14.40 Ciclo Preparatório TV
- 19.00 TV Educativa — Iniciação Des- portiva
- 19.25 «O Diário das Fabulas»
- 19.30 Telejornal — 2.ª edição
- 19.45 TV infantil
- 20.10 Vamos jogar no Totobola
- 20.25 Eurovisão: Futebol — final da Taça UEFA do jogo Feyenoord- Tottenham
- 22.25 Telejornal — 3.ª edição
- 22.55 «A Família Strauss»
- 23.55 Telejornal — 4.ª edição
- 00.05 Fecho

2.º Programa

- 20.30 Abertura e «Agulhas e Alfinetes»
- 20.55 Imagens da vida de uma cidade
- 21.10 Desenhos animados
- 21.30 Telejornal — 3.ª edição
- 22.00 «O Aventureiro»
- 23.20 Encontro com o mundo
- 23.20 Fecho

Situação do tempo
09.00 H.

Em Portugal Continental
o céu estava muito nublado e o
vento era fraco.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	18º
P. DOURADAS	12º
COIMBRA	15º
PORTALEGRE	14º
LISBOA	16º
FARO	19º
FUNCHAL	19º

TEMPERATURAS EXTREMAS

ELVAS E MONTE ESTORIL

Máxima	28,9º
MONTEALEGRE	
Mínima	04,8º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Agua do mar	15,0º
Atmosfera	20,0º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR BAIXA-MAR

9.28	3,4 m	2.49	1,4 m
21.51	3,6 m	15.09	1,4 m
Dia 29			
10.33	3,3 m	4.01	1,2 m
23.00	3,5 m	16.24	1,4 m
Dia 30			
11.41	3,4 m	5.09	1,2 m
		17.33	1,3 m

PREVISÃO GERAL ATÉ
AS 24 H. DE AMANHÃ

Ceu temporariamente muito nu-
blado e vento fraco

urgência

Emergência	115	Judiciária	53 5360
Bombeiros	32 2222	Intoxicações	76 1176
CVP	66 5342	Aeroporto	71 1397
H. de S. José	86 0131	C.R.G.E.	53 7021
H. de S. Maria	73 0231	C. Águas	36 1361
P.S.P.	36 6141	Combóios	32 6222

AMANHÃ

NAScer ÀS 6.15
OCASO ÀS 20.52

DIA 28 DIA 4 DIA 13 DIA 20



CAUNY

Relógio suíço



Exija a marca
CAUNY gravada na
coroa e na parte
exterior da caixa

100% Impermeável

radio

EMISSORA 1.º Programa 16.00 Noticiário 16.05 Canções de hoje 16.30 Convívio 18.05 O convidado de hoje: Elton John 18.30 Forças Armadas 19.05 Orquestras e canções 20.00 Jornal da noite 20.30 23.º aniversário do folclore «O Ourives do Rei» 21.00 Momento 74 21.20 Que quer ouvir 22.00 A grande música negra por Jo- se Duarte, José Nuno Miran- da, Raul Bernardo e Vasco Fer- nandes 23.05 De um dia para o outro 00.00 Sinal horário 2.º Programa 16.00 Uma ... duas interpretações 17.15 Curiosidades musicais 17.45 Intercâmbio musical — Sema- nas Musicais de Budapeste de 1973 18.29 Gravações históricas 19.00 Música de bailado 20.00 Jornal da noite 20.30 Música de câmara 21.00 Música coral pelo Grupo Coral de Pamplona dir. por Luis Mo- ronto 21.45 Sonata n.º 3 em la maior op. 69 de Beethoven, por Zara Nel- sova (violoncelo), ao piano, Ar- tur Balsam 22.15 O gosto pela música 22.45 Música sinfónica 00.15 Missa de requiem op. 54, de Saint-Saëns 01.00 Fecho.	Programa Estereofónico MF 2 21.00 Música ligeira variada 22.00 Intercâmbio musical: Dijon, en- cruzilhada do folclore interna- cional 22.20 Vocaliso op. 34, n.º 14 de Rachmaninoff 22.30 Música de câmara 22.35 Música sinfónica 00.25 Suite n.º 6 em re maior, BWV de Bach por Raul Tortelier (violoncelo) 01.00 Fecho RADIO CLUBE Onda Média 16.00 Noticiário 16.04 Programa CJC 18.02 Programa Movimento 20.40 Programa Movimento — radio- teatro 21.03 Rádio Placard 21.17 Portugal além da Europa 21.32 Quando o telefone toca 22.05 Antiquário 22.30 Quando o telefone toca 23.06 Varatojo conta-lhe 23.30 No mundo aconteceu 02.00 A noite e nossa 06.00 Diário rural 07.00 Talismã Modulação de Frequência 16.00 Noticiário 16.04 Programa CDC 18.02 O nosso programa 19.04 Em órbita-1 21.02 Boa noite em FM 22.02 Club à gô-gô 23.00 Noticiário clube à gô-gô (cont.) 00.02 Em órbita-dois 01.02 Banda sonora Sonipol	02.00 Perspectiva 03.00 Fecho RADIO RENASCENÇA 16.00 Noticiário 16.05 Radiograma 18.00 Tri'S 18.23 Palavra do dia — no final: terço e bênção da Basílica dos Martires. 19.00 Jornal do Serviço de Moti- cionários e Reportagens de Rádio Renascença 19.30 Página 1 21.04 Meditando 21.08 Po-ni- 21.30 Curso de Língua Alemã 21.45 Pentagrama 22.00 Quando o telefone toca 22.30 Esquema 13 23.05 A 23.ª hora EMISSORES ASSOCIADOS DE LISBOA Rádio Voz de Lisboa Das 06.00 às 10.00 e das 14.30 às 17.00 Rádio Graça Das 10.00 às 12.00 e das 22.00 às 02.00 Clube Radiotónico de Portugal Das 12.00 às 14.30 e das 17.00 às 19.30 Rádio Peninsular Das 19.30 às 22.00
---	--	--

cinemas

LISBOA

TURNO J 1
ATÉ ÀS 22 HORAS

ALCANTARA
Nogueira, Rua de Alcantara, 5-A (Telef. 637563)

ALFAMA
Cruz de Malta, Largo do Chafariz de Dentro, 36 (Telef. 886126)

ALVALADE
Lábia, Av. da Igreja, 4-B (Telef. 711681); Celso, Rua Moura Girão, 3-B (Telef. 710621)

AMOREIRAS
Amoreiras, Praça das Águas Livres, 8-B (Telef. 681515)

ARCO DO CEGO
Providência, Rua D. Filipe de Vilhena, 9-C (Telef. 770324)

AREJO
Lusitana, Av. de Roma 18-A (Telef. 725443); Paes, Rua Abade Faria, 22-A (Telef. 723965)

ARRIO
Magalhães, Av. Almirante Reis, 4-D (Telef. 49479)

BAIRRO DA ENCARNACÃO
Zira, Praça das Casas Novas, lote 66 (Telef. 310172)

BELEM
Botânica, Rua da Junqueira, 38 (Telef. 638132)

BENFICA
Macado, Estrada do Poço, 69-C (Telef. 703697); Canto, Estrada das Laranjeiras, 202-B (Telef. 780841)

CAMPOLIDE
Nova, Rua de Campolide, 297 (Telef. 687475); Ronil, Rua Rodrigo da Fonseca, 153 (Telef. 683438)

CONDE BARÃO
Açoreana, Largo do Conde Barão, 2 (Telef. 661330)

ESTEFÂNIA
Dêlio, Rua Açores, 32 (Telef. 52388)

ESTRELA
Linaia, Rua Ferreira Borges, 30 (Telef. 660955)

LUMIAR
Patuleia, Alameda das Linhas de Torres, 262 B

PEDROUÇOS
Higilux, Rua de Pedrouços, 50 (Telef. 610280)

PENHA DE FRANÇA
Europa, Av. General Roçadas, 27-A (Telef. 843880); Higienica, Rua Heitor Salgado, 20-A (Telef. 844361)

S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Berne, Avenida de Berna, 44-A (Telef. 735681); Oliveira Viegas, Rua do Viriato, 29-A (Telef. 48966 553601)

TURNO J 2
TODA A NOITE

AJUDA
Mendes Gomes, Calçada da Ajuda, 222 (Telef. 638256); Tapada, Calçada da Tapada, 83-A (Telef. 634721)

ALTO DE S. JOÃO
Dalton, Avenida Mouzinho de Albuquerque, (a Praça Paiva Couceiro), 7-A (Telef. 843571)

ANJOS
Antônio, Av. Almirante Reis, 88-B (Telef. 821773)

AREJO
Marbel, Av. de Roma 131-A (Telef. 776235); Chinde, Rua Agostinho Lourenço, 6-B (Telef. 710331)

BAIRRO ALTO
Gonçalves, Rua da Rosa, 176 (Telef. 362687)

BAIRRO DA LIBERDADE
Zénel, Rua A, 182 (Telef. 651840)

BAIXA
Normal, Rua da Prata, 220 (Telef. 321342-325553)

BENFICA
Bentiluz, Estrada de Benfca, 444-A (Telef. 782606)

CAMPO DE OURIQUE
Fidor, Rua Maria Pia, 514 (Telef. 687949)

CAMPO DE SANTANA
Peninsular, Campo dos Mártires da Pátria, 117, (Telef. 553308)

CASTELO

Santa Luzia, Rua da Saudade, 2-B (Telef. 869831)

ESTRADA DA DAMAIA
Progresso, Estrada da Damaia, 64-C (Telef. 702226)

ESTRELA
Naves, Rua da Bela Vista, 35 (Telef. 661251)

LUMIAR
Douro, Alameda das Linhas de Torres, 33-A (Telef. 791131)

MADRE DE DEUS
Madre de Deus, Rua da Margem, 15-B (ao Bairro do Grilo) (Telef. 382470)

OLIVAS
Simão, Rua Cidade de Cabinda, 16-A (junto à piscinal) (Telef. 310581)

PENHA DE FRANÇA
Zema, Rua General Justiniano Padrel, 21 (à Calçada dos Barbadinhos) (Telef. 832580)

PICHELEIRA
Mariz, Calçada da Picheleira, 140-B (Telef. 720703-728395)

S. BENTO
Micael, Rua de S. Bento, 380 (Telef. 662162)

S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Sá da Bandeira, Rua Marquês de Sá da Bandeira, 36-42 (Telef. 41961-54672)

LINHA DE CASCAIS

ALGES
Miramar, R. Ernesto Silva, 81 (Telef. 212048)

CAXIAS
Nova, R. Bernardino Ribeiro, 1-A (Telef. 242839)

PAÇO DE ARCOS
Godinho da Silva, Av. Patrão Lopes, 4 (Tel. 2432039)

OEIRAS
Godinho, R. Cândido dos Reis, 98 (Tel. 2430090)

PAREDE
Aisir, Av. Gago Coutinho, B. das Caixas de Previdência (Tel. 2472948)

S. JOÃO DO ESTORIL
S. João (Tel. 261186)

MONTE ESTORIL
Lopes, R. Hangar, 3 (Tel. 260008)

CASCAIS
Marginal, Av. Marginal (Telef. 280078); A. Costa, R. Freitas Reis, 24-C (Telef. 280214)

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Lelo, P. D. João I — Lot. 146-B, Janeiro (Tel. 932756); Central, Av. Cardoso Lopes, 25 (Telef. 932210); Igreja, P. da Igreja, 22-A (Telef. 937740); Jardim, Av. Conde de Oeiras, Lote X-1-Reboleira (Tel. 928424)

DAMAIA
D. João V — Av. Gorgel do Amarelo, 2-A (Tel. 970461)

VENDA NOVA
Nova, R. Elias Garcia, 10 (Telef. 974161)

QUELUZ
Gil, Av. Miguel Bombarda, 28 (Tel. 960117); Simões Lopes, Av. Elias Garcia, 51 (Tel. 950123)

CACÉM
Garcia, Av. dos Missionários, 2 (Tel. 2942181)

MEM MARTINS
Quimica, Est. Mem-Martins, 283 (Tel. 2910012)

S. PEDRO DE SINTRA
Valentim, (Tel. 980456)

SINTRA
Misericórdia, L. dr. Gregório de Almeida, 2 (Tel. 980391)

COLARES
Abreja, (Tel. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (Telef. 234100)

ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (Telef. 224020)

GALERIA 111 — Pintura de Jorge Martins (das 10 às 13 e das 15 às 19 h)

GRAFIL — Trabalhos de Manuel P. Pinheiro (das 10 às 13 e das 15 às 20 h)

INSTITUTO BRITÂNICO — Trabalho de David Posonby

INTERIOR — Tapeçarias de Charrua (das 10 às 13 e das 15 às 19 h)

OTTOLINI — Trabalhos de Man. Palácio FOZ — Pinturas de Manuel de Meneses e Vitor Peon (das 15 às 20 h)

PAVILHÃO DE CONGRESSOS (Estoril) — XIX Salão da Primavera (das 11 às 13 e das 15 às 19 h)

QUADRANTE — Fotografia de José Nogueira (das 10 às 13 e das 15 às 19 h)

S. MADEIRA — Pintura de Maria Fernanda (das 10 às 13 e das 15 às 20 h)

ALMADA

Algarve, R. Fernão Lopes, 1 (Telef. 270271)

BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fatima, Est. Nacional, 221-B (Telef. 224141)

BARREIRO
Central, Av. Alfredo da Silva, 48 (Telef. 2073207)

COVA DA PIEDADE
Morgado, R. Cabo da Boa Esperança, 31-A (Telef. 270254)

MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (Telef. 239025)

MONTIJO
Moderna, R. Bulhão Pato, 60 (Telef. 230156)

SESIMBRA
Lopes, R. Cândido dos Reis, 67 (Telef. 229028)

SETÚBAL
Rosado Pinto, P. do Bocage (Telef. 22484); Nova, R. General Gomes Freitas (Telef. 22052)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218560)

PORTO

9.º TURNO

SUB-TURNO A

Martino, Sucr., Praça Mar. de Pombal, 122; Pombeiro, C. Martires da Pátria, 152; Prelada (da), Rua Central de Francos, 316; S. Roque da Lameira, Rua S. Roque Lameira, 1111; Sá da Bandeira, Rua Sá da Bandeira, 236.

SUB-TURNO A

Ameal, Rua do Ameal, 1227; Campo Alegre (do), Rua do Campo Alegre, 723; Ferreira da Silva, Rua dos M. da Liberdade, 150; Peninsular, Rua Chã, 100-102; S. Lázaro, Av. Rodrigues de Freitas, 297

COIMBRA

TURNO G

Rodrigues da Silva, R. Ferreira Borges, 32 (Tel. 24348)

ROXI

(T. 48560)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo D (18 anos)
Colorido
Uma matou por ele, outra morreu por ele! Sarah Miles O HOMEM QUE AMOU CAT DANCING com Burt Reynolds, Lee J. Cobb, Jack Warden e George Halmilton (Metro: Anjos)

CASINO ESTORIL

(T. 264521)
17.00 e 21.30
Grupo B (10 anos)
Technicolor
NEM VISTO NEM ACHADO com Kurt Russell e Cesar Romero

CONDES

(T. 322523/326710)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo D (18 anos)
2.ª Semana! Colorido
CHAMARIZ DE SAIAS
Fresca, brejeira, irreverente!

ESTÚDIO APOLO 70

(T. 763319)
15.15 e 21.45
Grupo D (18 anos)
Ryan O'Neal e Tatum O'Neal LUA DE PAPEL um filme de Peter Bogdanovich Oscar da Academia para a melhor atriz secundária
18.30
Grupo B (10 anos)
III Festival Apolo
O MEU TIO de Jacques Tati

LONDRES

(T. 801313)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo D (18 anos)
5.ª Semana!
Obra admirável, diamante intacto... HIROSHIMA MEU AMOR o filme de Alain Resnais com Emmanuelle Béart, Eiji Okada e Bernard Fresson

MUNDIAL

(T. 538743)
15.15, 18.30 e 21.45
Grupo B (10 anos)
Color-Scope
Enrico Montesano, Francis Balthazar e Bernard Blier em O FURTO E A ALMA DO NEGÓCIO

ROMA

(T. 727778)
15.30 e 21.45
Grupo C (14 anos)
Omar Sharif e Florinda Bolkan
O DIREITO DE AMAR

EUROPA

(T. 661016)
21.30
Grupo C (14 anos)
Estreia, Color
OS CENTURIÕES com Anthony Quinn, Alain Delon e Claudia Cardinale

ALVALADE

(T. 717480)
15.30, 18.45 e 21.45
Grupo D (18 anos)
Colorido
Uma matou por ele, outra morreu por ele! Sarah Miles O HOMEM QUE AMOU CAT DANCING com Burt Reynolds, Lee J. Cobb, Jack Warden e George Halmilton (Metro: Alvalade)

ROYAL

(T. 865037)
15.00 e 21.00
Grupo C (14 anos)
ANTONIO E CLEOPATRA. Em complemento GANGSTERS FALHADOS

CINEARTE

(T. 660446)
21.00
Grupo D (18 anos)
TESTEMUNHA INCONSCIENTE e O DOCE SABOR DA VINGANÇA

CINEMAS CASTIL

(T. 530194)
15.15, 18.30 e 21.30
Grupo D (18 anos)
7.ª Semana!
Eastmancolor
SEGREDOS PROIBIDOS com Jacqueline Bisset
(Estacionamento: Parque Castil)

IMPERIO

(Tel. 555134)
15.15, 18.30 e 21.30
Grupo D (18 anos)
2.ª Semana!
Color
Alain Delon e Sonia Petrova OU. TONO ESCALDANTE
Amanhã
18.30
Grupo D (18 anos)
«Sessão Clássica»
FALSTAFF de Orson Welles com Orson Welles, Jeanne Moreau e Walter Chiari
(Metro: Alameda)

VOX

(Tel. 720808)
15.15, 18.30 e 21.45
Grupo C (14 anos)
4.ª Semana!
«DOIS HOMENS NA CIDADE» com Alain Delon e Jean Gabin

PATHE

(T. 821933)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo C (14 anos)
Colorido
HITLER OS ÚLTIMOS 10 DIAS com Alec Guinness. O estreitor de uma tirania
(Metro: Arroios)

POLITEAMA

(Tel. 328306)
15.15, 18.15 e 21.45
Grupo C (14 anos)
2.ª Semana! Colorido
«O BRAC O VIOLENTO DO KUNG-FU» com Chu San-Liu Cheng

ESTÚDIO 444

(T. 779095)
21.45
Grupo D (18 anos)
A VIRGEM E O SORTILEGIO com Françoise Fabian e Jean Marcobory
15.30 e 18.30
Grupo D (18 anos)
O PORTEIRO

ODEON

(T. 326283)
15.15, 18.15 e 21.30
Grupo D (18 anos)
2.ª Semana! Colorido
Uma comédia brejeira que é de gritos PARA MIM AS MULHERES... NIM FU NIM FA com o famoso cantor Pirelli

ESTÚDIO

(Tel. 555134/5)
15.30, 18.30 e 21.45
4.ª Semana! Grupo D (18 anos)
A obra-prima de Serge Eisenstein «O COURACADO POTEMKIN». Em complemento «JAIME» de António Reis
(Metro: Alameda)

BERNA

(Tel. 776098)
15.15, 18.30 e 12.45
Grupo C (14 anos)
Technicolor - TODU-AO 35
24.ª Semana!
O filme de Norman Jewison «JESUS CRISTO SUPERSTAR»

MONUMENTAL

(T. 555131)
21.30
Grupo D (18 anos)
Estreia, Color
NICOLAU E ALEXANDRA um filme de Sam Spiegel
Amanhã
18.30
Grupo D (18 anos)
«Quinzena Ingmar Bergman»
SORRISOS DE UMA NOITE DE VERÃO com Ulla Jacobson e Bibi Andersson

AVIZ

(Tel. 47163)
15.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
2.ª Semana! Technicolor
Barbara Jefford, Ralph Bates «PRAZERES DE VAMPIRA»

S. JORGE

(T. 54154)
15.15, 18.15 e 21.30
Grupo D (18 anos)
6.ª Semana!
Em versão integral. O celebre filme de Ken Russell TCHAIKOWSKY DELÍRIO DE AMOR (THE MUSIC LOVERS) com Glenda Jackson e Richard Chamberlain

EDEN

(T. 320768)
21.45
Grupo C (14 anos)
Estreia, Color
OS CENTURIÕES com Anthony Quinn, Alain Delon e Claudia Cardinale
15.30 e 18.30
Grupo D (18 anos)
O DIREITO DE AMAR

RESTELO

(T. 610375)
21.30
Grupo D (18 anos)
QUANDO PASSAM AS CEGONHAS com Tatiana Samoilova e Alexei Batalov

SATÉLITE

(Tel. 562632)
15.30, 18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos). 3.ª Semana!
Maria do Céu Guerra, João Mota e Zita Duarte «O MAL-AMADO». Realização de Fernando Matos Silva

TIVOLI

(Tel. 50595)
15.15-18.30 e 21.45
(Grupo D-18 anos)
6.ª Semana! Technicolor
Paul Newman, Robert Redford e Robert Shaw A GOLPADA (The Sting) premiado com 7 Oscars incluindo o do melhor filme e do melhor realizador.

EXPOSIÇÕES

ARCADAS NO PARQUE — Pintura de Armando Teixeira Lopes (das 10 às 22 h)

ARTE MODERNA — Obras de Eduardo Neves e Filipe Blanch Diniz (das 14 às 20 h)

BELAS ARTES — Gravuras sobre o tema «Desastres e Miséria na Guerra» e pinturas de Jaime Murtel e Pinna «E margh» (das 14 às 20 h)

CASINO ESTORIL — Pinturas de Eduardo Placido (das 15 às 19 h)

«DIÁRIO DE NOTÍCIAS» — Trabalhos de Isabel Gândora (das 10 às 12.30 e das 14.30 às 19.00 h)

DIPROVE — Pinturas de Teresa Arraiga (das 15 às 21 h)

FUTURA — Desenhos e guaches de Luis Camacho (das 10 às 13 e das 15 às 19 h)

FOTO CLUBE 6x6 — Fotografia artística de Pedro Foyo (das 12.30 às 24 h, às 3.ª feiras e 6.ª feiras)

BARS BOITES

NINA — Dancing com atrações Rua Paiva de Andrade, 7-13, T. 34859/365167, Zorina, vedeta inglesa de «sexy»

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Varedades ineficacais, T. 26461/264526/264596/264621/264946.

ESPADARTE CLUB — SESIMBRA. Discoteca e acidentalmente fado ou música de folclore inter. por clientes e dedicado aos turistas presentes. Encer. domingos. T. 229189.

HIPOPÓTAMO

Com Mário Simões Encerra aos domingos Av. António Augusto de Aguiar, 5-A, T. 48384.

SOLAR DA HERMÍNIA

Hermínia Silva, hoje e sempre Largo Trindade Coelho, n.º 10-11. Encerra aos domingos T. 320164.

TAMILA

Marão e s/ conjunto «Matrões» todos os dias. Encerra aos domingos Av. Fuque de Loulé, 69, T. 53317.

CACO

Dancing com música ambiente com sibilur quarteto. Rua Camilo Castelo Branco, 23-A.

COIMBRA

GIL VICENTE

21.30 (14 anos)
«Justiça de Cahill»

AVENIDA

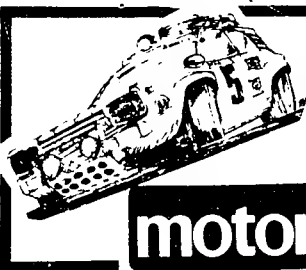
21.00 (18 anos)
«Ritual»

SOUSA BASTOS

21.30 (14 anos)
«Os Cavaleiros das Estepas»

TIVOLI

21.30 (18 anos)
«Nupcias Vermelhas»



DL/NACIONAL



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
E PUBLICIDADE:
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º E 4.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 57
END. TEL. DIBOA TELEF. 2363
LISBOA-PORTUGAL

Militares mortos em combate

O Serviço de Informação Pública das Forças Armadas comunica que morreram em combate: no Estado de Angola, o soldado n.º00485/73, António José Duarte Silva, natural de Marmelede, concelho de Monchique, filho de José Manuel da Luz Silva e de Francisca da Encarnação Duarte; no Estado de Moçambique, o furriel miliciano, n.º174437/72, Francisco José Nunes Gonçalves, natural de Vale de Santiago, concelho de Odemira, filho de José Inácio Gonçalves e de Ofélia Francisca Nunes; o soldado, n.º169809/71

João Carlos Mota Medeiros, natural de Pico das Canas, concelho de Ponta Delgada (Açores), filho de Manuel Medeiros e de Inês Mota; na Província da Guiné, o soldado, n.º021963/73, Joaquim dos Santos Pinho, natural de Quinta, concelho de São João da Madeira, filho de José Ferreira Pinho e de Amélia Gomes dos Santos; e o soldado, n.º027144/73, Domingos da Silva Ribeiro, natural de Bairro do Bosque, Venda Nova — Oeiras, filho de José Ribeiro e de Elvira de Jesus Peixoto da Silva.

Ponte sobre o Tejo

Continuação da pág. 1

e de 1.ª 3 100\$00. O chefe de cobrador de 3.ª, 2.ª ou 1.ª ganha respectivamente 3 400\$00, 4 100\$00 e 4 900\$00. De salientar que até 25 de Abril, estes funcionários não recebiam os feriados, as diuturnidades, o trabalho nocturno. Mas o mais incrível é o desconto que estes funcionários sofriam quando se enganavam. Nestes vencimentos chegaram a descontar 500 e até mesmo 1200 escudos. Apresentavam já os recibos com estes descontos e com o carimbo de «PAGO» à administração. Factos consumados a que os trabalhadores não podiam contestar.

Entretanto, os trabalhadores estão na firme decisão de continuar a greve. Greve que agrada ao povo, mas que significa um prejuízo para os cofres do Estado da ordem dos 600 a 700 contos diários. Ao fim da manhã, aqueles trabalhadores continuavam a aguardar respostas.

Setecentas "fans" feridas

«Fans» do ídolo David Cassidy brigaram umas com as outras no decorrer de um concerto que este artista deu em Londres. Mais de setenta jovens ficaram feridas e tiveram de receber tratamento no hospital (Telefoto UPI/Telimprensa/DL)



O povo do B. da Liberdade elegeu uma comissão

Recebemos da comissão do Bairro da Liberdade, em Lisboa, a seguinte comunicação à Imprensa:

«O povo do Bairro da Liberdade reunido num comício organizado pelo Comité de Bairro Estrela Vermelha, decidiu que:

I — Fosse eleita uma comissão que represente os interesses do povo do bairro.

II — As posições definidas e votadas pelo povo fossem defendidas pela comissão eleita.

III — As posições são:

a) Exigir casas dignas, pois o povo tem direito a casas dignas, e que para isso só a sua luta autónoma e não a espera em qualquer promessa de reforma resolverá o problema.

b) Exigir a construção de um mercado.

Quanto aos problemas gerais da luta do povo português:

a) Exigir a imediata e completa independência para os povos irmãos das colónias,

condenando qualquer forma neocolonialista que continue a exploração imperialista sobre esses povos, incluindo nesta desde a tese da federação até à tese dos revisionistas do referendo.

b) Saudar o povo da Boavista e os operários em greve, achando que as lutas desenvolvidas por esses camaradas são a única forma justa do mov. de massas e do mov. operário conquistarem os seus justos objectivos imediatos.»

Greve nos C.T.T.

A Estação Central dos Correios de Lisboa continuava esta manhã em greve. No pátio da estação os trabalhadores discutiam em grupos, havendo uma certa dificuldade de coordenação. As reivindicações expressas em comunicado ontem emitido têm em vista um ordenado mínimo de 6500 escudos com efeitos retroactivos a partir de 1 de Maio, congelamento imediato dos vencimentos superiores a 15 mil escudos, admitindo que outras reivindicações serão apresentadas brevemente.

A greve iniciou-se ontem à tarde e chegou a alastrar a outros sectores, mas esta manhã parecia estar localizada no Terreiro do Paço. Segundo conseguimos saber o telegrafo continua a trabalhar. As estações da província, as restantes estações de Lisboa, Coimbra e Porto não aderiram, segundo informações que nos foram fornecidas por um elemento da Comissão Pró-Sindical. A referida Comissão tornou público um comunicado já ontem divulgado na televisão e na rádio segundo o qual a greve na E. C. C. não passa de uma «manobra cujo objectivo se afigura duvidoso». Diz-se ainda que «não há motivos justificativos para uma greve uma vez que não existe uma recusa em satisfazer as reivindicações básicas dos trabalhadores». Acrescenta o comunicado que a Comissão entregou já à gerência provisória um caderno de reivindicações, o qual está a ser estudado, tendo sido concedido o prazo de cinco dias para uma resposta.

Entretanto uma comissão de delegados dos sectores em greve estava reunida esta manhã com a Comissão Pró-Sindical para estudar as reivindicações formuladas pelos grevistas.

Exigências protelam o acordo em Londres

Continuação da pág. 1

processo de descolonização está a decorrer.

O problema nas conversações para um cessar-fogo que aqui se realizam parece ser que o Governo rebelde da Guiné-Bissau argumenta que, uma vez que já foi reconhecido por 84 países — mais de metade dos membros da ONU — a autodeterminação está ultrapassada. A Guiné-Bissau aderiu também à Organização da Unidade Africana.

O dr. Soares salientou que o movimento da Guiné-Bissau está a exportar Portugal a reconhecer esta situação, e também a estabelecer um prazo para a evacuação das forças portuguesas — ao mesmo tempo que promete salvaguardar os interesses portugueses.

Afirmam os mesmos círculos

que os portugueses creem que aceitar este ponto de vista pode estabelecer um precedente que possa prejudicar a declarada política de autodeterminação antes da independência.

Nenhum dos lados intervenientes nas conversações fez comentários a estas notícias. Ambos acentuaram que as conversações, embora difíceis, estão a decorrer em espírito de boa vontade na esperança de se chegar a acordo.

O dr. Soares afirmou já que o princípio de autodeterminação também se aplica às ilhas de Cabo Verde, base naval e área estratégica portuguesa no Atlântico Sul. As ilhas são também reivindicadas pela Guiné-Bissau, mas este assunto ao que parece não constitui problema de maior nas actuais conversações.

A competência dos ministros sem pasta

Por despacho da Presidência do Conselho, o ministro sem pasta dr. Francisco Sá Carneiro foi designado ministro adjunto do primeiro-ministro, prof. Adelino da Palma Carlos, que nele delegou genericamente os poderes da sua competência para a prática dos actos e despacho dos assuntos que pessoalmente lhe competir.

Outro despacho da Presidência do Conselho encarrega o ministro sem pasta Alvaro Cunhal de coadjuvar o ministro

do Trabalho nos assuntos da respectiva competência.

Também por despacho da Presidência do Conselho, o ministro sem pasta doutor Francisco Pereira de Moura foi encarregado de coadjuvar o ministro do Trabalho nos assuntos da respectiva competência e o ministro da Administração Interna no respeitante ao ordenamento do território. O sr. dr. Pereira de Moura também passa a despachar os assuntos correntes de administração relativos aos serviços do Instituto Nacional de Estatística.

NOTAS VÁRIAS

REUNIÃO DA O.C.D.E.

A fim de participar nos trabalhos da reunião anual, a nível ministerial, da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (O.C.D.E.), que se inicia amanhã e se prolongará por dois dias, partiu hoje para Paris a delegação portuguesa, chefiada pelo ministro da Coordenação Económica, dr. Vasco Vieira de Almeida. Dela fazem parte, o dr. Rui Vilar, secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo; o embaixador dr. Teixeira Guerra, que foi representante do nosso País nas Comunidades Económicas Europeias e o dr. Hernâni Lopes, do Banco de Portugal; o eng.º Carlos Lourenço, presidente da Comissão Interministerial de Cooperação Económica Externa; e o dr. Luís Góis Figueira, adjunto do director-geral dos Negócios Económicos do Ministério dos Estrangeiros. Serão debatidos problemas importantes nos domínios financeiros e económicos, nomeadamente a complexa conjuntura da inflação.

CONTRA O EMBAIXADOR DO BRASIL

Promovida pelo Grupo Autónomo do Partido Socialista (G.A.P.S.), efectuou-se ao fim da tarde de ontem uma manifestação contra a nomeação do general Carlos Fontoura para embaixador do Brasil no nosso País, na qual se integraram muitas dezenas de pessoas. Aquele diplomata, que se encontra em Lisboa desde sábado, foi até há pouco tempo chefe da Polícia Política Brasileira, corporação policial correspondente à PIDE/DGS portuguesa.

COMÍCIO DO P.C.P.

Milhares de simpatizantes do Partido Comunista Português participaram num comício que decorreu no campo de jogos do Odifelas, durante o qual usaram da palavra vários oradores. Foi guardado um minuto de silêncio à memória das vítimas do fascismo, tendo também sido lembrado o povo mártir do Chile. Foram igualmente saudados os povos que vivem escravizados pelo fascismo, como a Grécia e a Espanha, ou sob o domínio colonial.

QUEDA DO MONOPÓLIO DA TAP

Segundo um telegrama da «Lusitânia», o comandante Soares afirmou em Luanda que «o monopólio da TAP não está enterrado, está morto», pelo que a companhia angolana T.A.A.G. passará a ter as «asas livres» para voar como e para onde quiser, o mesmo acontecendo em relação à companhia moçambicana D.E.T.A.. O comandante Soares faz parte da nova administração da TAP, em representação dos empregados e por nomeação da Junta de Salvação Nacional.

Espectáculo m/ 6 anos



Quinta-feira, dia 30 de Maio às 22 horas

NOVILHADA OPORTUNIDADE A JOVENS TOUREIROS

CAVALEIROS
GUSTAVO ZENKL • EMÍDIO PINTO
ESPADAS
CARLOS PIMENTEL • JOSÉ MARECO
ANTÓNIO POEIRA • ANTÓNIO MANUEL

FORCADOS AMADORES DE SOUSEL
7 NOVILHOS - TOIROS DE ANTÓNIO 7
LAMPREIA

É facultada a entrada gratuita aos soldados fardados (porta 16)

ESTÂNCIA TERMAL DE LISBOA «BANHOS DE S. PAULO»

TRAVESSA DO CARVALHO, 23 (A S. PAULO)
TELEF. 32 55 58

Aberta todos os dias, excepto aos domingos
das 8.30 às 13 horas

Milhares de doentes beneficiam da acção das ÁGUAS SULFÚREAS DO ARSENAL DE LISBOA — as mais mineralizadas e sulfúricas, levemente radioactivas, reconhecidas como sendo das mais ricas da EUROPA — no tratamento de Reumatismos, Gota, Nevralgias, Clíctica, Asmas, Sinusites, Faringites, Laringites, Rinites, Bronquites, Doenças da pele, Circulatórias e Hipertensão, Obesidade, Celulite, etc.

Economia

N.º 107
28 DE MAIO
DE 1974

Esta gravura ilustrava um artigo saído na revista francesa «France Nouvelle». «Prix cassés» et fragilité de la vie littéraire, onde se podia ler: «Como esquecer na verdade que um dos aspectos mais dramáticos da situação da literatura no nosso país decorre do facto de um francês em cada dois nunca ler um livro e de segundo o Sindicato Nacional dos Editores, mais dos livros serem lidos por cerca de 10 por cento da população?» Parece-nos oportuna citação a propósito da Feira do Livro, que este ano se faz num ambiente bem diferente. E também a propósito da urgência de fazer do acto de escrever uma intervenção mais funda e responsável. Um exercício de cidadania ponte para estreitar laços entre os concidadãos. Com particular lugar para os temas económicos.



Registo e Comentário

UM GOVERNO PROVISÓRIO E UMA POLÍTICA ECONÓMICA E SOCIAL

Embora com grande atraso, o que se nos impõe registar e comentar respeita a uma reunião de economistas, promovida pelo seu sindicato e de acordo com o ambiente de mobilização que atravessa o nosso país.

Procurava-se, nessa reunião, encontrar forma de canalizar essa potencialidade de mobilização, organizando grupos de trabalho onde ela se concretizasse e enquadrasse.

Continua na página dois

LEIA NAS
PAGINAS
INTERIORES

ACTUALIDADE
ECONOMICA
DEMOCRATICA

NEM SEMPRE ANTE
NEM SEMPRE

AUTOGESTÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA

No momento em que o País atravessa um período de alteração de estruturas a todos os níveis, os problemas económicos e de relações de trabalho, têm, como não podia deixar de ser, particular acuidade

O socialismo e a democratização da sociedade são, a nosso ver, as metas a atingir, e os caminhos são varios

O materialismo dialéctico preconiza, nates de mais, a análise detalhada das diferentes vias potenciais a utilizar; como tal, a nível de gestão de empresas, propomo-nos apresentar várias pistas para uma acção que vise, como objectivo primordial, uma sociedade mais justa à luz do socialismo

Em artigo anterior escrevemos alguma coisa sobre a autogestão. Ao fazê-lo fomos motivados pelo actual momento português e, em concreto, pelas reivindicações dos trabalhadores TAP visando aquela forma de gestão. A nossa posição ficou demonstrada no artigo referido.

Hoje propomo-nos contribuir para a clarificação de dois conceitos que, em si mesmos, definem duas opções de via socialista no tocante à gestão das empresas. Temos, assim, que de um modo geral, podemos associar a autogestão aos partidos ditos socialistas e a gestão democrática aos partidos ditos comunistas. Quais as diferenças?

No Programa Comum de Governo, resultante da União Popular dos partidos socialista e comunistas franceses e a que também aderiram os radicais de esquerda, lê-se, na parte relativa à extensão do poder dos trabalhadores, o seguinte: «Quando os trabalhadores da empresa manifestarem vontade disso e quando a estrutura empresarial o permitir, a intervenção dos trabalhadores na gestão e na direcção da empresa tomara novas formas, que o Partido Socialista inscreve nas perspectivas da autogestão e o Partido Comunista no desenvolvimento permanente da gestão democrática».

Estamos em presença da dicotomia «autogestão» — «gestão democrática». Vamos, como foi dito, tentar clarificar essa dicotomia e, para tal, socorremo-nos do caso jugoslavo quanto ao modelo autogestionário; e do modelo russo, acrescido da posição da maior central sindical francesa — a Confederação Geral do Trabalho — quanto à segunda forma de gestão. Escolhemos a Jugoslávia atendendo a que é o país aonde há mais tempo funciona o modelo autogestionário e igualmente por ser aquele que, na via socialista, mais se «opõe» ao modelo de gestão democrática, clássico na URSS.

Os traços característicos e os objectivos do sistema de «gestão dos trabalhadores» ou de «autogestão» nas empresas, tais como os expõem as obras jugoslavas, mostram poderem ser brevemente resumidos como segue:

1. A autogestão não põe absolutamente nada em causa o princípio da propriedade pública dos meios de produção. Não é a propriedade das empresas que se transfere para os trabalhadores, mas somente a sua gestão e o direito de participar nos resultados.

2. A autogestão no conjunto da economia leva a efeito, em

contrapartida, um abandono completo do sistema de direcção administrativa da economia. Em lugar de se concentrarem todos os poderes no cume da pirâmide, a autogestão visa a apoiar-se na base, a descentralizar e a fazer regular os problemas pelos próprios interessados no quadro das empresas e de outras colectividades locais.

3. Nas empresas, o objectivo central da autogestão é a abolição do assalariado e a supressão de toda a distinção entre os que dirigem a produção e decidem a repartição dos resultados e os que prestam o seu trabalho. Os trabalhadores de empresa jugoslavos não devem mais ter a designação de assalariados, mas sim a de produtores livres, membros de uma colectividade de trabalho autónoma, à qual incumbe a responsabilidade da gestão da empresa e da repartição dos resultados obtidos. Dito de outra forma, só o simples facto de o trabalho se processar na empresa e seja qual for a sua espécie, confere automaticamente ao trabalhador uma parcela do direito de gestão.

4. Este direito deve exercer-se colectivamente por intermédio de órgãos eleitos. O conjunto do pessoal da empresa, constituindo a «colectividade do trabalho», elege o «conselho de trabalhadores», que tem a seu cargo o definir as linhas essenciais da política da empresa: produção, investimentos, preços, repartição dos resultados, relações de emprego e de trabalho, etc. O «conselho de trabalhadores» elege ele próprio, de entre os trabalhadores da empresa, uma «comissão de gestão», órgão executivo cujos três quartos dos membros devem ser trabalhadores directamente empregados na produção e do qual faz igualmente parte, sem todavia o poder presidir, o director da empresa. Este é responsável pela sua actividade perante os órgãos da autogestão e é assistido por um aparelho técnico. Compete-lhe aplicar as decisões do conselho de trabalhadores e do conselho de gestão, organizar e orientar o processo de trabalho e assegurar a disciplina. É pessoalmente responsável perante a sociedade pela legalidade das actividades da sua empresa; igualmente o é perante toda a colectividade do trabalho e do conselho operário. O director é eleito pela colectividade de trabalho ou pelo conselho operário — conforme a dimensão da empresa — mas por via de concurso público. A eleição é obrigatória todos os quatro anos e, como publica que é, há geralmente diversos candidatos ao posto. Este indivíduo

deve possuir todos os conhecimentos técnicos e económicos exigidos para o lugar, além de possuir as capacidades que o sistema de autogestão operária e social implica. Não está submetido à vontade da administração central, como no sistema estatal. Do mesmo modo, não há entre ele e a autogestão confronto de classe, como acontece com o director e os sindicatos nas empresas capitalistas.

5. Tomando em mãos a gestão da sua empresa, a colectividade dos trabalhadores deve assumir, assim, tanto os riscos como as vantagens. Permanecendo «trabalhadores», os membros da empresa estão interessados em assegurar as melhores condições de trabalho e de remuneração possível. Enquanto gerentes, dispõem dos poderes necessários para tomar decisões nos assuntos inerentes à gerência. O direito de participação nos resultados da sua gestão é considerado não somente como uma consequência lógica deste direito de gestão, mas como factor essencial da eficácia da própria gestão. E o elemento motor do sistema. Quanto melhores forem os resultados da empresa, maior será a quota-parte que terão para repartir. Mas se o seu esforço produtivo não estiver em relação com os encargos sociais que decidiram, ou se, em consequência de uma má gestão, a empresa se encontra em dificuldades, serão eles também quem directamente será chamado a sofrer as consequências na sua remuneração. Com a ressalva de que lhes é garantida uma remuneração mínima por lei, estão um pouco na situação de trabalhadores que determinam a sua própria situação e que se encontram desde então empossados das responsabilidades de gestão agora acrescentadas às suas tarefas anteriores.

6. E pois no seio de cada colectividade de trabalho que devem tomar-se as opções fundamentais e que devem resolver-se as contradições ou as divergências entre o interesse colectivo e os interesses individuais. Na medida em que se atingir o objectivo, o papel da administração económica nos escalões superiores aos da empresa, encontra-se particularmente reduzido. Toda a intervenção directa nos assuntos da empresa surge como contrária ao espírito do sistema. Em contrapartida, este deve permitir à colectividade da empresa utilizar plenamente os recursos ora disponíveis, adaptar a sua actividade às condições locais e às necessida-

des do consumidor, numa palavra, tornar o trabalho dos seus membros tão produtivo quanto possível, do ponto de vista da sociedade. A autogestão trabalhadora deve substituir-se à administração económica do Estado e à iniciativa privada; deve ser o principal estímulo de um desenvolvimento espontâneo das actividades económicas numa economia que continua, contudo, completamente socializada.

No tocante à base económica da democracia soviética e possível afirmar que o carácter dessa mesma democracia, a sua essência socialista e as suas variedades e limites assentam, fundamentalmente, no tipo das relações de produção. Para conhecer tais bases democráticas e sua particularidades é pois preciso ter em conta o modo de produção, as classes que detêm os instrumentos e os meios de produção, a existência dos direitos e liberdades dos cidadãos, elementos estes que determinam profundamente a participação social das massas. Quanto ao sistema socialista da economia, a propriedade socializada dos instrumentos e meios de produção, garantia efectiva da democracia na URSS, impedem os soviéticos de sofrer a exploração e a crise económica, o desemprego colectivo e a miséria, asseguram a todos o mesmo direito ao trabalho e uma remuneração calculada em função da sua contribuição social.

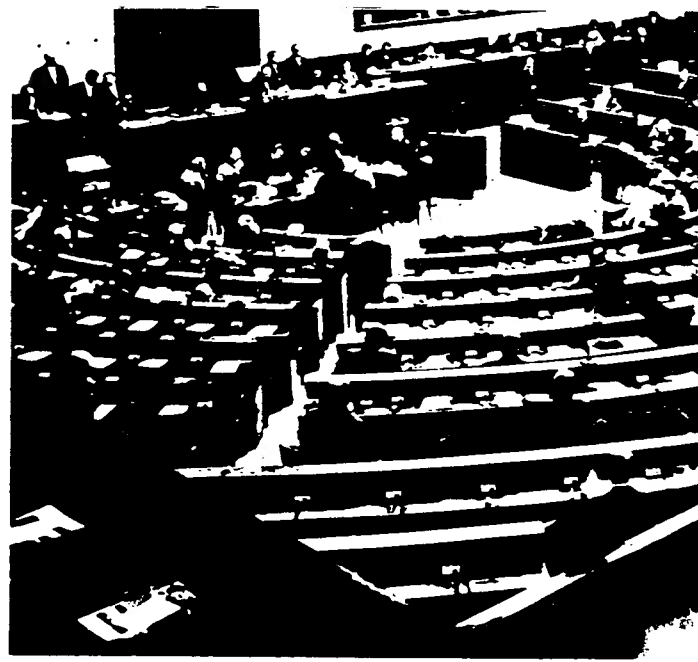
Uma elevação constante do nível de vida dos trabalhadores é o fim principal da produção socialista. Lenine sublinhou, especialmente, que a revolução socialista substitui a propriedade privada dos meios de produção pela propriedade social, introduz uma organização planificada da produção com vista a assegurar o bem-estar e o desenvolvimento harmonioso de todos os membros da sociedade, sendo a nova sociedade criada em nome do povo e para seu bem. Em nome de toda a sociedade e pela via de organismos apropriados, o Estado dirige as «empresas do Estado». Todos os meios de produção e todos os produtos destas empresas são um bem de todo o povo.

À frente de cada empresa encontra-se um director nomeado pelo Estado, o qual assume a responsabilidade da sua posição e da sua actividade.

Mas os operários e os empregados não se matêm à parte dos assuntos. Pelo contrário, desempenham também um papel na sua gestão.

O estatuto da empresa socialista do Estado, adoptado pelo Conselho de Ministros da URSS em 1965, estabelece que aquela empresa, que é o fulcro principal da economia nacional da URSS, realiza a sua actividade associando a direcção centralizada à sua independência e iniciativa próprias, assim como a uma participação activa da colectividade na solução de todas as questões económicas.

Trabalhando segundo um



plano, na base da autonomia financeira, a empresa deve obter, por interesse da economia

nacional, resultados máximos com gastos mínimos em trabalho e recursos materiais e fi-

Registo e Comentário

Continuação da página um

Os três temas que começaram por ser propostos e que serviriam de catalizadores para a formação de grupos foram o da inflação, o da política antimonopolista e o do controlo de pontos-chave da economia portuguesa.

Durante a discussão dois outros temas apareceram e eram eles o do salário mínimo e o de uma política económica de descolonização. Mas, bem mais importante que os temas propostos nos parece ter sido o relativo desnorte em que decorreu a reunião. Não o dizemos com a menor animosidade dirigida seja a quem for, mas pareceu-nos evidente que os economistas, em vez de definirem a perspectiva em que se deveriam lançar ao trabalho, com que finalidade e depois... começar a trabalhar, andaram «às voltas» com questões que podem ajudar a passar uma noite, que até ajudará à «boa consciência», traduzindo a intenção de «fazer coisas», mas não contribuirá para pouco mais se não forem trampolins para outro tipo de trabalho.

Uma questão prévia deveria estar, ou deverá ser, definida. Depois do 25 de Abril, nesta fase de mobilização, que orientação terá a actividade de economistas que se querem mobilizáveis para esta tarefa de salvação nacional?

Quanto anos, é indispensável que se tome claramente consciência que determinados esquemas de actuação estão ultrapassados, e que essa pontencialidade mobilizadora se reflecte no terreno da prática de uma cidadania. E aí consideramos prioritário que se olhe para os... concidadãos e suas condições de vida.

Independentemente das actividades profissionais — onde também há algo de sal-



financeiros. As organizações sociais e o conjunto da empresa dão grande relevo à discussão

e à realização das medidas indispensáveis para cumprir o Plano de Estado, para desen-

volver e aperfeiçoar a produção, para melhorar as condições de trabalho.

Nas empresas de Estado (a propriedade de Estado abarca todos os sectores-chave e é por isso que ela ocupa o principal lugar na economia do país; basta dizer que 90 por cento de todos os fundos fixos de produção na URSS aí se encontram) organizam-se regularmente conferências de produção, conferências técnicas e económicas, conferências de peritos, no decurso das quais se discutem as questões relacionadas com o progresso técnico e económico de dada empresa e se põem em prática medidas próprias para eliminar as ineficiências na actividade.

As reuniões dos trabalhadores discutem, a partir dos relatórios emanados da Administração, os projectos de planos de trabalho e os resultados da sua execução. Dá-se grande importância ao pôr em prática e à conclusão dos contratos colectivos, ao exame de questões relativas ao seu cumprimento, à produção, às condições de vida dos trabalhadores e aos serviços públicos de que eles beneficiam. A administração encarrega-se de tomar conta da realização das decisões tomadas nas reuniões.

Assim, a direcção única está associada a uma participação activa dos trabalhadores na gestão da empresa. Nomeadamente elas — as empresas — serão dirigidas por um conselho de administração constituído por representantes eleitos dos trabalhadores, por certas categorias de utilizadores ou consumidores e por representantes designados pelo novo poder democrático (estes não podem ser maioritários; naturalmente que o termo «poder democrático» se refere aos representantes do poder político

co socialista chegados às esteras do Poder e imbuídos da prossecução da perspectiva comunista).

A Confederação Geral do Trabalho — CGT — concebe a gestão democrática da empresa da forma que iremos relatar. Inicialmente, contudo, impõem-se duas definições. Assim, o termo *empresa nacionalizada* refere-se ao carácter nacional da propriedade e comporta formas e métodos de gestão diferentes e infinitamente menos «rígidos» que a *empresa estatizada*, a qual implica um carácter de administração pública sob a orientação e autoridade directa e total do Governo. Quanto às empresas nacionalizadas é-lhes naturalmente indispensável, no ponto de vista da CGT, uma direcção que possa desempenhar o seu papel, deixando o campo necessário para que os trabalhadores desempenhem o seu.

Esta direcção, que trabalha para todos e sob o controlo de todos, está personificada no Conselho de Administração. Este organismo é composto por elementos eleitos pelo pessoal (a partir de listas apresentadas pelos Sindicatos), representantes do poder central e representantes de categorias essenciais de utilizadores ou consumidores. Mas é evidente que, para que estes conselhos sejam democráticos devem reflectir necessariamente os comportamentos da sociedade mais directamente relacionadas com as actividades da empresa.

O Conselho de Administração e, assim, plenamente responsável pela gestão da empresa, fixação da sua política e nomeação da direcção; esta, por sua vez, deve apoiar-se solidamente em boas estruturas financeiras, técnicas e administrativas para o bom

desempenho das suas funções.

Parece, pois, pertinente perguntar: — Qual o papel dos trabalhadores neste modelo gestor proposto pela CGT?

Esse papel utiliza como principal veículo as organizações sindicais; de facto, os objectivos e perspectivas fundamentais que se abrem à participação dos trabalhadores vão desde a discussão à própria solução de problemas de gestão, dos objectivos e condições de trabalho, organização do mesmo, condições sociais do trabalho e controlo das actividades de administração e gestão. Para tal, propõe-se um esquema bem elaborado de formação da consciência do trabalhador, quer a nível sindical, quer a nível da sua inserção numa empresa dada; e, par tal, consideram-se os seguintes pontos como condição «sine qua non»:

1. Uma informação real e constante, além do livre direito de expressão.

2. Instituições aos diversos escalões úteis da empresa que permitam, directamente aos trabalhadores ou aos seus representantes eleitos, exercer todos os direitos acima apontados. Sendo um dado a dimensão e complexidade das grandes empresas, isso implica que, a certos níveis, a participação dos trabalhadores seja feita pelos representantes por eles eleitos, bem como se requerem conselhos municipais e de deputados.

3. Nestes moldes, os «comités» de empresa (os que vigoram neste momento) têm uma enorme tarefa a desempenhar, o que significa que as suas competência e prerrogativas devem ser, consequentemente, alargadas e as respectivas estruturas adaptadas para que não funcionem como uma «cabeça sem corpo».

4. A livre actividade e os direitos alargados das organizações sindicais, a sua presença em todos os organismos onde estão em jogo os interesses dos trabalhadores, a sua responsabilidade na condução dos seus eleitos e a sua vida democrática, são elementos essenciais da solução. Pelos seus representantes sindicais no conselho de administração e nos «comités» de empresa (que respondem perante os trabalhadores e dos quais recebem ordens), pela sua participação directa nas discussões dos assuntos apropriados, pela actividade das organizações sindicais, disporão os trabalhadores dos meios essenciais para serem parte integrante na condução da empresa.

5. Enfim, estabelecer-se a um novo tipo de relações entre as direcções, os seus representantes aos diversos níveis e o conjunto dos trabalhadores, uma vez que os diferentes que venham a surgir originar-se-ão em diferenças de pontos de vista, preocupações ligadas a funções, concepções e métodos de uns e outros, mas não em interesses opostos.

E esta mudança criará todas as outras condições para a participação activa dos trabalhadores na responsabilidade e exercício dos seus direitos.

A esta concepção da CGT, quanto à gestão das empresas, opõe a CFDT — Confederação Francesa Democrática do Trabalho — a sua autogestão. São dois «caminhos» cujo debate, em França (e não só), tem feito correr muita tinta e gasto muita saliva.

Aqui ficam expostos, embora «pela rama» dois tipos de gestão... importados.

Que sirvam de aperitivo para o desejo de maior repasto aos leitores e a nossa intenção.

S.M.

Por SÉRGIO RIBEIRO

vação nacional a fazer! —, os economistas em busca de intervenção cívica, qualquer o grupo de trabalho, ou trabalho isolado, a que se queiram dedicar deverão, a nosso juízo, começar por se decidir a fazer esse caminho olhando para o lado e «para baixo». Mas seriamente e não «de fuga»!

Inflação, antimonopolismo, controlo de pontos-chave? Mas decerto que sim, que serão excelentes temas se forem encarados na perspectiva de uma política económica e social, e não como «temas» a tratar «tecnicamente», esvaziados das condições sociais em que tantos concidadãos vivem ou sobrevivem. Por isso insistimos no tema a agrupar economistas com nome de salário mínimo, mas não o fazemos pensando que o estudo desse tema se pode fazer de forma estanque, isolado de tudo o resto. Um pouco como quem diz: **o salário mínimo é este, arranjem-se os outros que estudam outras coisas, para que não exista um trabalhador que ganhe menos!** Claro que não poderá ser assim. Mas o que é certo é que o contrário é que era norma, e os economistas nunca puseram grandes reservas a colaborar na concretização dessa perspectiva. Ou não era assim? **Para que o lucro seja compensador do capital aplicado, a massa salarial não pode ultrapassar estes níveis, quem não puder trabalhar assim, que se mude...**

Claro que se caricatura, mas não será que, por vezes a realidade ultrapassava a caricatura e vá de organizar as actividades económicas empresariais por forma a que existisse uma certa «dimensão de repressão interna», e fácil apelo à «repressão pidesca» para neutralizar aqueles que eram anticonstitucionais, subversivos, e que ainda não ti-

nham descoberto que o seu lugar era pelas Europas, se por lá houvesse carências de mão-de-obra...

Além de que, mesmo sem vir lembrar a realidade ultrapassadoura da caricatura quando se contava com toda a protecção do regime fascista para não ser preciso ser muito exigente no plano da racionalidade técnica, não é facto que aquela procura exclusiva do lucro máximo ainda nem chegara ao nível de consideração de técnicas como a de definição de massa salarial, ficando-se por um mercado de trabalho ao nível da concorrência perfeita em que à oferta faltava força contratural e a quem se criara condições para não ser nada exigente?

Mas voltemos à reunião, reforçando a intenção de lembrar que é necessário começar a procurar ver a actividade por uma outra perspectiva. Em resumo: deixar de a ver pela unilateralidade do capital a acumular, mas chegar a uma política de conjunto, global, através da consideração dos problemas nacionais, isto é, dos nacionais.

Para nós teria sido bastante fácil sentir o desfasamento em que se realizava a reunião pois vínhamos de uma outra provocada por trabalhadores de uma empresa, e nela tinha sido evidente a determinação, a capacidade de chegar a soluções de propostas não rígidas mas unânimes, a vontade de agarrar esta oportunidade de conquistas sociais lucidamente e a par de uma democratização da vida portuguesa. Por isso mesmo, a intervenção do colega que, giz na mão, nos demonstrava a impossibilidade do que não estava em causa, se interessante e a integrar num grupo de estudos, representava, ainda e apesar do seu interesse, um desconheci-

mento pré-juízo das posições dos trabalhadores, que aparecem capazes de não avançar por unilateralidades simétricas às que sofreram, e parecem maduros para apreciar as condições em que se encontra o seu país, e conquistar melhores condições à medida dessas condições. Talvez nem todos, talvez nem sempre...

Entretanto, como um dos elementos de perturbação da reunião apareceu o programa do Governo Provisório. Duas coisas a dizer, muito rapidamente. Uma é que, também relativamente a este programa, a atitude tem de ser diferente. E um programa que apareceu participado, que participado se poderá concretizar. Esta a transformação mais importante ocorrida depois de 25 de Abril, ou que estamos em condições de fazer a transformação concretizada, isto é, conquistada. «Pegar» no programa económico e social como algo exterior à actividade de cidadão no exercício da sua cidadania será não contribuir para que assim não seja.

Outra coisa a dizer é que, nessa reunião, o programa, mais do que motivo de perturbação, deveria ter sido «muleta». Pois não é verdade que o primeiro ponto do domínio económico é o ataque à inflação, necessariamente numa perspectiva nova, e o primeiro ponto do domínio social é o estabelecimento de um salário mínimo, **progressivamente** alargado a todas as classes trabalhadoras? Se menos manobra ou distracção existe para se fugir a assumir a responsabilidade de cidadão, mais responsável se é como concidadão a ter de contribuir para uma sociedade participada.

E os economistas têm tanto para fazer, se olharem para o lado e «para baixo»!

Actividades económicas

NÃO AO SALÁRIO EXORBITANTE NÃO AO SALÁRIO AVILTANTE

Revolução de Portugal: o maior acontecimento no Mundo, depois da II Guerra Mundial —, de longe excedendo o homem na Lua, a Guerra dos 6 dias e outros transcendentais eventos de sempre!!

Isto foi dito pela Imprensa inglesa; um botânico humorista teria dito: «Nos meses de Abril e Maio (2.ª quinzena) planta revoluções em Portugal!».

De facto, plantada a revolução a 25 de Abril, logo floruiu, e, não tardou a frutificar.

FLORAÇÃO: AROMAS E FRA- GRÂNCIAS

Bastou a orvalhada de uma vigília inteligente para revelar um Povo que, dir-se-ia, aceitava o fatalismo da sua ocupação pelos seus, suportando o encargo da felicidade plastificada, moldada contra si, e, contra a sua vontade, julgada e tornada enfermidade.

A um clima de apatia, de indiferença, de alheamento total, em que cada um no meio da multidão se julgava perdido e só, numa descrença parida pela experiência prenhe de desamor, aceite como sujeição sem remissão, eis que sucede a alegria, a espontaneidade, a crença na vida, o amor e carinho pelo próximo, com banimento da cotovelada, e, entronização da cortezia nos contactos da rua, nos seus múltiplos aspectos.

Tal mudança corresponde à revelação do fundo de permanência dum povo, que sabe entesourar as suas alevan-

tadas qualidades, para adequado e oportuno uso específico.

Vamos ilustrar o exposto que todos vivemos: um peão atropelado cerca do Rossio, no largo D. João da Câmara, prostrado no solo, aguarda em contorcida posição a chegada do 115. À roda, mãos compreensivas limpam carinhosamente feridas expostas, enquanto outras com a ajuda de jornais ou livros, agitam o ar para tornar mais suportável, a insuportável postura do acidentado.

Um táxi, num bairro social, pára, arranca, recua, avança, volta a parar. As obras na via principal do bairro, forçando à utilização das acanhadas artérias secundárias, desorientam os ocupantes quanto ao sentido, para atingirem o local pretendido. Há que recorrer a um locatário, actuando aos jeitos de pedreiro, em reparos no muro do seu quintal.

O homem escuta a solicitação, poisa a colher e a trolha, passa as mãos por água e diz, entrando para o seu mini: — façam favor de me seguir, se não nunca mais lá chegam!



A revolução também fez florir as árvores dos frutos... do trabalho. A Economia é tão vasta!... Tudo nesta vida com ela se correlaciona. Mesmo revoluções, flores, frutos — em especial os do trabalho: a riqueza produzida, os salários. Tudo o que é ACTIVIDADE... É ECONOMIA.

Um outro motorista de táxi, alta noite perdido nos Olivais-Sul, não atinando com a rua que o

freguês levava escrita num papel, não vendo ninguém na via pública, tomou a iniciativa de atirar pedrinhas a uma janela iluminada para inquirir da localização do arruamento, e não deixa de completar o serviço em que estava empenhado.

Estas imagens soltas revelam um clima de florescência irrompendo em súbito desabrochar, de impossível continência.

FRUTIFICAÇÃO: ACERTOS E DESACERTOS

Os frutos da revolução de Abril afastam-se das harmonias do trato, das relações de vivência em comum, do respeito devido aos outros, no tocante a, unilateralmente, se reivindicarem salários mínimos de seis, sete e meio, e, oito contos; alguns já concedidos, outros em

vias de deferimento, num desconcerto total.

E então, os pequenos e médios empresários? Mesmo os funcionários públicos?! Pode a economia nacional suportar tal gravame?

Se a grande empresa cujo embaraço maior é negar lucros, suporta perfeitamente o aumento desmedido de encargos, com a contrapartida de eventual enfraquecimento ou a eliminação da concorrência, a empresa modesta, por falta de idênticas circunstâncias, tão necessária como a grandeza de adequado amparo económico.

Ilogo, a correcção do folgado poderio financeiro das grandes unidades empresariais tem de fazer-se pela justa colecta industrial a favor da Nação, e não em desfavor desta e benefício duns quantos, apressadamente buscando a «brasa à sua sardinha», enquanto a governação mal iniciados os primeiros passos, ao encontro das realidades possíveis, busca o rumo certo da produtividade e compensação inerente e justa, ou seja, em clara linguagem, o juro certo para o trabalho produzido por todo e qualquer activo elemento dum Portugal remoçado.

Melhor será não termos amanhã as grandes diferenças hoje existentes realmente pavorosas entre os máximos e os mínimos quanto a salários-escudos mas, acentuação do valor do indivíduo e seu esforço pelo bem comum, com ligeira e simbólica diferenciação salarial, a constituir estímulo para outros se guindarem a igual posto.

JOSÉ ALVES

Haverá cinco maneiras de dizer a verdade. Quando há uma verdade a dizer

Foi Brecht quem escreveu num dos seus pedagógicos textos, denunciando essas cinco maneiras de dizer uma verdade. É nesse texto que encontramos uma frase que se nos agarrou e que se nos afigura mais do que oportuna.

«Não se é perseguido por se ter razão; é-se perseguido por não se ter força»

O grande problema é que a razão, à força de ser perseguida por quem tinha a força, pode encontrar dificuldades em continuar a ser razão quando passou a ser — ou a ter — força. Mesmo que não a força toda, mesmo que não a força necessária para impor a razão. Sejamos mais claros: quando a razão começou a ter alguma força, para além da resistência que lhe vinha de ter razão

O que se devia exigir contra uma força opressiva pode não ser razão se representar um risco para a consolidação da força que começamos a ter

Alguns sacrifícios a recusar por servirem exclusivamente quem deles aproveitava contra quem os fazia, podem ser deveres a cumprir numa tarefa colectiva, e de que todos beneficiem

O desenvolvimento económico ao serviço dos grandes interesses, e ausente de participação, não é o mesmo que um desenvolvimento económico orientado para o progresso social definido participadamente

Não nos estamos a iludir. Procuramos lucidamente não desaproveitar a força da razão que é a nossa. A nossa de quando não tínhamos força, para além da resistência que tínhamos de ser

S R

PRODUÇÃO DE PAPEL E CARTA NA R.F.A.

...A produção de papel e cartão, na R. F. A., voltou a crescer, quantitativamente, de 6,6 por cento no primeiro semestre de 1973, em relação ao período considerado de 1972.

Para 1974 as previsões são pouco optimistas: não se espera nenhum aumento da procura interna e é até provável que se venha a verificar, ao longo do ano, uma diminuição das exportações, relativamente a 1973.



Economia